



RELATÓRIO E CONTAS

1º SEMESTRE 2025

HAITONG BANK, S.A.

Edifício Quartzó Rua Alexandre Herculano, 38
1269-180 Lisboa | PORTUGAL
Capital Social: 871 277 660 euros
Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de
Lisboa e Pessoa Coletiva: 501 385 932

PORTUGAL

Haitong Bank, S.A
Rua Alexandre Herculano, 38
1269 -180 Lisboa | Portugal
Tel: + 351 21 319 69 00
Email: info.haitongbank@haitongib.com

ESPAÑA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de España
Paseo de la Castellana 52, 1º andar
28046 Madrid | España
Tel: + 34 914005400
Email: info.spainbranch@haitongib.com

POLÓNIA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Varsovia
Złota 59, 5º andar
00-120 Varsovia | Polónia
(Entrada “Lumen” pela Pawła II Avenue)
Tel: + 48 22 347 4000
Email: info.warsawbranch@haitongib.com

REINO UNIDO

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Londres
8 Finsbury Circus, EC2M 7EA
Londres | Reino Unido
Tel: +44 207 4569191
Email: info.ukbranch@haitongib.com

BRASIL

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A
Rua Leopoldo Couto Magalhães Junior, nº 758
7º andar, conjunto 72
Itaim Bibi – CEP 04542-000 São Paulo/SP | Brasil
Tel: + 55 11 3074 7444
Email: info.haitongbrazil@haitongib.com.br

MACAU

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Macau
Avenida Doutor Mário Soares, 300 – 322
Centro Financeiro e Tecnológico de Macau 20º andar, F | Macau
Tel: +853 8290 1000
Email: info.macaubbranch@haitongib.com

FRANÇA

Haitong Bank, S.A., Escritório de Representação de Paris
10, Avenue Franklin Roosevelt
75008 Paris | França
Tel: +331 43 87 49 30
Email: Info.paris@haitongib.com

RELATÓRIO DE GESTÃO	4
<i>Senior Management</i>	5
Estrutura Organizacional	7
Governo Societário	8
Enquadramento Macroeconómico.....	9
Principais Indicadores Financeiros	13
Análise Financeira.....	14
ESTRATÉGIA.....	16
Estratégia de Negócio.....	17
Modelo de Negócio e Organização Interna.....	18
Principais Produtos.....	19
ANÁLISE DA ATIVIDADE.....	20
Head Office	21
Portugal	23
Espanha	28
Polónia	31
Reino Unido	35
Macau	38
Brasil	41
França	45
Fixed Income.....	47
Haitong Global Asset Management.....	50
PESSOAS	54
Recursos Humanos	55
Responsabilidade Social e Sustentabilidade.....	58
RISCO	59
Gestão de Risco	60
Governance.....	60
Apetite de Risco	61
Risco de Crédito.....	62
Risco ESG	67
Risco de Mercado	68
Risco do Fundo de Pensões	69
Risco Operacional	70
Risco de TIC e Segurança	72
Risco de Liquidez	72
Gestão de Capital.....	74
RELATÓRIO FINANCEIRO	76
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas às Contas.....	77
Declaração sobre a Auditoria às Contas	199
ANEXOS.....	200
Ações e Obrigações detidas por Membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização	201
Declaração de Conformidade	202

The background of the page is a deep blue color with a series of flowing, wavy lines in a lighter shade of blue, creating a sense of movement and depth. These waves originate from the top and bottom edges and curve across the page. In the bottom right corner, there is a white, curved shape that frames the text.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Conselho de Administração



Pan Guangtao

Presidente do Conselho de Administração



Wu Min

Presidente da Comissão Executiva e Membro Executivo do Conselho de Administração

Gestão das Subsidiárias e Sucursais | CEO Office | Recursos Humanos | Financeiro | Negócio *cross-border*



Alan Fernandes

Membro Executivo do Conselho de Administração

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.



Miguel Guiomar

Membro Executivo do Conselho de Administração

Portugal Branch¹ | Fixed Income | Tesouraria



Nuno Carvalho

Membro Executivo do Conselho de Administração

Compliance & AML-FT | CISO | Special Portfolio Management | IT Development and Application Support and IT Infrastructure | Online Banking | Jurídico



Vasco Câmara Martins

Membro Executivo do Conselho de Administração

Gestão de Risco | Rating | Operações



Lu Xiaoli (Nick Lu)

Membro Executivo do Conselho de Administração

Sucursal de Macau | Coordenação de Negócio com o Grupo

¹ Não corresponde formalmente a uma pessoa jurídica, tendo sido constituído apenas para fins de organização interna



António Domingues

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Maria do Rosário Ventura

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Martina García

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Zhang Xinjun (Jeff Zhang)

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Chen Xuemei (Michelle Chen)

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração

Senior Managers com Assento na Comissão Executiva



Pedro Costa

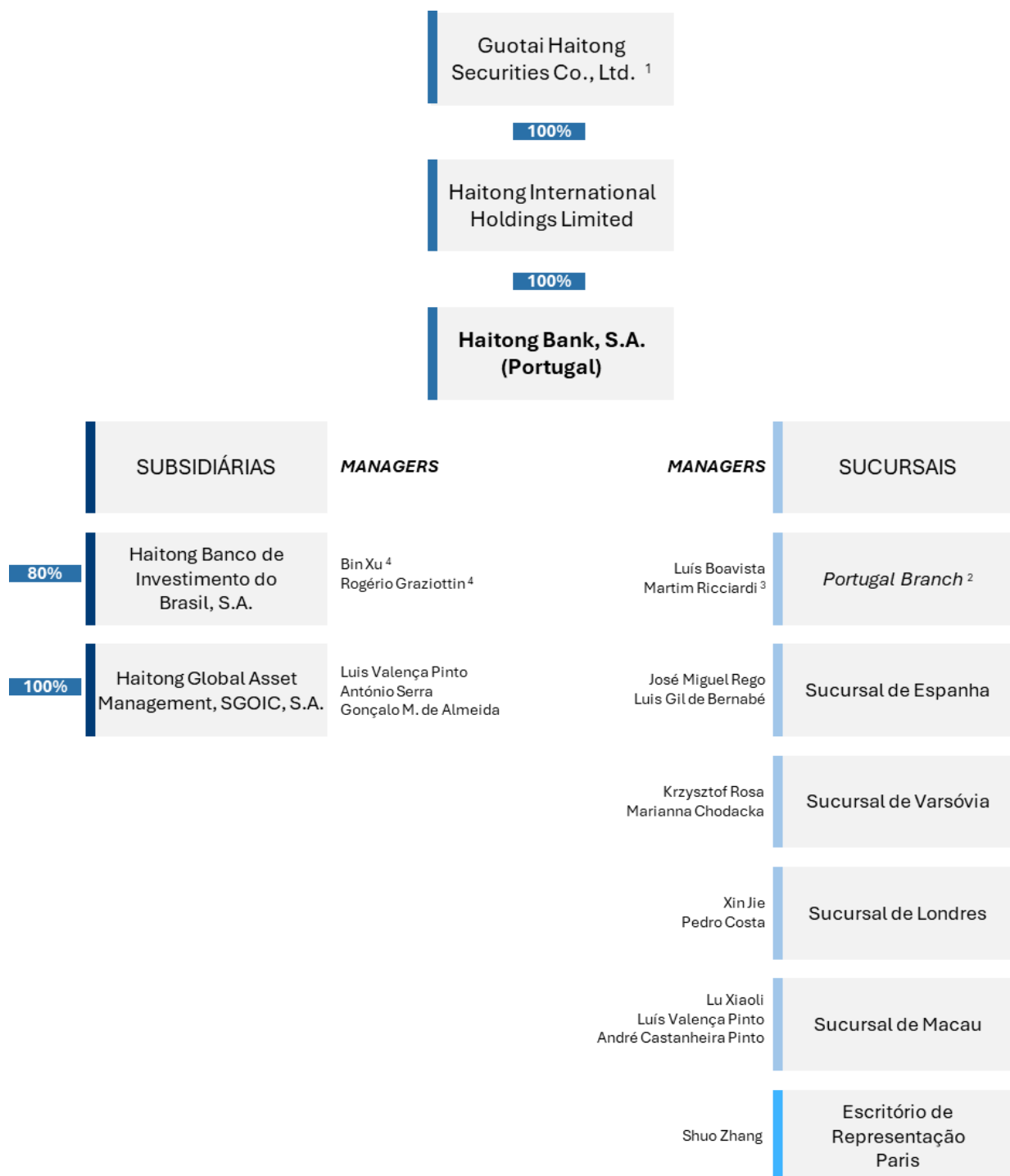
Responsável pelo CEO Office | Manager da Sucursal de Londres | Secretário da Sociedade | Representante para as Relações com Investidores



António Pacheco

Responsável pelo Departamento Financeiro | Secretário Suplente da Sociedade

Estrutura Organizacional



¹ O processo de fusão da Guotai Junan Securities Co., Ltd. e da Haitong Securities Co., Ltd foi submetido aos reguladores relevantes do Grupo Haitong Bank, incluindo o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM), o Banco Central do Brasil e a Autoridade Monetária das Ilhas Caimão. Até à data, a CMVM e a Autoridade Monetária das Ilhas Caimão aprovaram a fusão (esta última condicionada às aprovações do Banco de Portugal e do Banco Central do Brasil), estando pendente a aprovação por parte das restantes entidades reguladoras

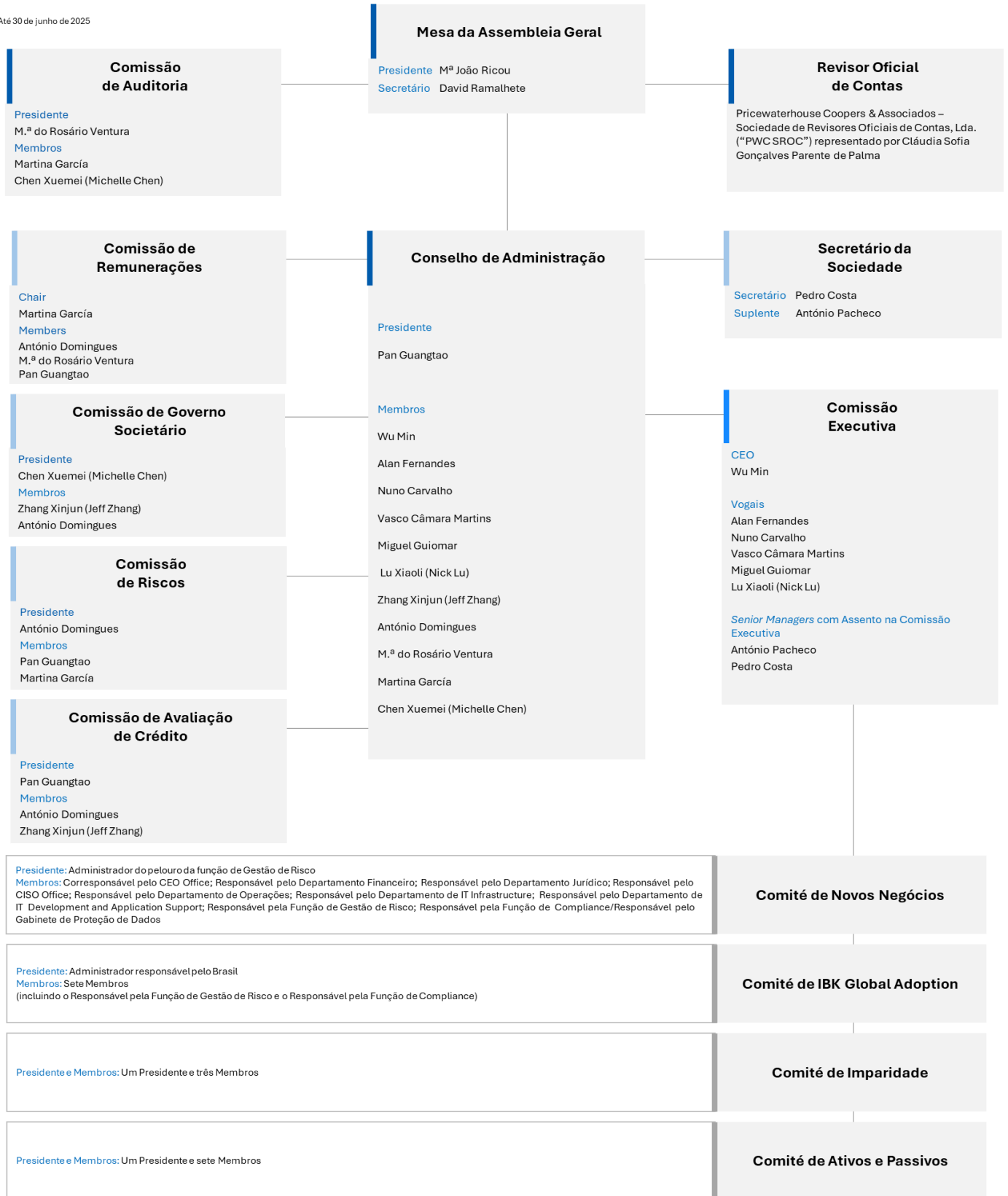
² Não corresponde formalmente a uma pessoa jurídica, tendo sido constituído apenas para fins de organização interna

³ Deputy Branch Manager

⁴ Pendente da aprovação do BACEN

Governo Societário

Até 30 de junho de 2025



Enquadramento Macroeconómico

Visão Global do 1º Semestre de 2025

“Imprevisível” tem sido um dos adjetivos mais usados para descrever as perspetivas para a economia mundial desde o início do mandato da nova administração americana, em janeiro de 2025.

Em retrospectiva, a atividade económica mundial iniciou o primeiro semestre de 2025 numa tendência positiva, com a inflação a abrandar para o ritmo mais baixo desde 2021 e os bancos centrais a prepararem-se para uma última etapa de flexibilização monetária sem incorrer no risco de recessão. Com base num crescimento resiliente do PIB dos EUA em 2024 (2,8% vs. 2,9% em 2023), a perspetiva era de que a esperada retoma económica da Europa e da China suportasse um crescimento mundial próximo de 3% em 2025 (vs. 3,3% em 2024), não obstante os riscos de uma guerra comercial liderada pelos EUA. No entanto, a decisão da Administração dos EUA de renegociar os termos do comércio com todos os países a 2 de abril, no chamado “Dia da Libertação”, conduziu a uma alteração sem precedentes no comércio global de mercadorias. Para além disso, obrigou os governos a adotarem diferentes medidas para proteger as suas economias do impacto das políticas externas altamente incertas dos EUA.

Por sua vez, a incerteza quanto ao resultado das negociações comerciais e ao impacto de direitos de importação inevitavelmente mais elevados nos EUA resultaram numa descida da confiança das empresas a nível mundial. De acordo com o índice PMI da indústria transformadora, as expectativas para a atividade industrial na China baixaram de 52,2 em dezembro de 2024 para 50,6 em junho de 2025. Na Zona Euro, o índice PMI equivalente desacelerou de 51,6 em dezembro de 2024 para 50,5 em junho de 2025. E mesmo nos EUA, o PMI do setor industrial manteve-se abaixo dos 49 em junho de 2025, versus 49,2 em dezembro de 2024, devido ao elevado risco de perturbações nas cadeias de abastecimento mundiais, especialmente as relacionadas com a China.

Antes do anúncio das tarifas, os importadores dos EUA anteciparam o risco de uma guerra comercial. Em resultado do brusco aumento de 37,9% em termos homólogos nas importações, o défice comercial levou a uma contração do PIB de -0,5% no primeiro trimestre de 2025 face ao trimestre anterior, que contrasta com uma subida de 2,4% no quarto trimestre de 2024 relativamente ao trimestre anterior.

Um dos principais impactos previstos da guerra comercial seria o risco de subida da inflação nos EUA e os potenciais limites à capacidade da Reserva Federal (FED) para continuar a flexibilizar a orientação da política monetária em 2025. À data de fecho deste relatório, o IPC subjacente (preços no consumidor excluindo produtos alimentares e energia) tinha voltado a acelerar: de 2,8% entre março de 2025 e maio de 2025 (o valor mais baixo desde o primeiro trimestre de 2021) para 3,1% em julho de 2025. As estimativas da FED apontam para a subida da inflação subjacente para 3,1% até dezembro de 2025. A Reserva Federal manteve a taxa de referência dos *FED Funds* inalterada no intervalo de 4,25% a 4,5% no primeiro semestre de 2025, tendo salientado os riscos de subida da inflação, mesmo caso se registre um crescimento mais baixo em 2025.

A decisão da FED de adotar uma estratégia mais cautelosa e manter as suas taxas de juro inalteradas, visando cumprir o seu mandato de assegurar a estabilidade dos preços e do crescimento (2% de inflação medida pelo índice de preços das despesas de consumo pessoal (PCE) e pleno emprego), não foi bem aceite pela Casa Branca. A equipa governamental aumentou a pressão sobre o banco central para que este flexibilizasse as condições monetárias, com o objetivo de estimular a economia e reduzir o seu peso na dívida federal (121% do PIB em 2024). Apesar da independência jurídica da Reserva Federal, a pressão constante no sentido de alterar a postura do banco central dos EUA veio acrescentar uma nova camada de incerteza ao risco institucional potencial para os participantes nos mercados financeiros.

Uma nova lei orçamental para 10 anos, aprovada em junho de 2025, aumentou o teto máximo da dívida dos EUA em 5 biliões de dólares, para um total de 41 biliões de dólares, e consagrou uma redução fiscal permanente que deverá gerar um défice adicional de 3,3 biliões de dólares até 2035. Os mercados obrigacionistas incorporaram a persistência do desequilíbrio orçamental através do aumento das *yields* das *treasury notes* dos EUA com prazos de vencimento mais longos. O *spread* entre as obrigações a 2 anos e a 30 anos aumentou de 54 pontos base no final de 2024 para 105 pontos base no final do primeiro semestre de 2025 - o valor mais elevado desde o primeiro trimestre de 2022. Em maio de 2025, a Moody's retirou a classificação AAA ao *rating* soberano dos EUA, baixando-o para Aa1 (perspetiva estável), o que equivale à notação AA+ da S&P (perspetiva estável, desde agosto de 2011) e à AA+ da Fitch (perspetiva estável desde agosto de 2023).

O choque causado pela guerra comercial, pela deterioração orçamental e pela pressão sobre a independência da Reserva Federal durante o primeiro semestre de 2025, fez emergir um clima de volatilidade e de aversão ao risco das classes de ativos em USD. O índice do dólar acumulou uma queda de 10,7% no primeiro semestre de 2025, refletindo uma saída de ativos em dólares para moedas com liquidez como o EURUSD (+13,8% neste período), o CHFUSD (+12,6%), o GBPUSD (+9,7%), o JPYUSD (+8,4%) e o CNYUSD (+1,9%). Esta retirada de ativos em USD foi também responsável por uma subida acentuada do preço do ouro, que aumentou 25,9% desde o início do ano até junho de 2025, com este metal a ser transacionado no intervalo histórico de USD3.200/onça-USD3.400/onça desde abril de 2025.

Durante o primeiro semestre de 2025, a atividade económica mundial não foi significativamente afetada pelas novas políticas económicas dos EUA. A antecipação da guerra comercial fez aumentar a atividade industrial e as exportações para os EUA por parte de economias como a UE e a China, especialmente no primeiro trimestre do ano. O PIB real da Zona Euro registou uma subida homóloga de 1,5% no primeiro trimestre de 2025 (vs. subida homóloga de 1,2% no quarto trimestre de 2024) e a inflação abrandou para o valor mais baixo desde 2021, atingindo a meta de médio prazo de 2,0% em junho de 2025 (IPC) e suportando a estratégia do BCE de baixar a taxa de depósito de referência para 2% em junho de 2025 (-100 pontos base no primeiro semestre de 2025). O sentimento económico na Alemanha melhorou significativamente com a aprovação de um novo quadro orçamental no primeiro trimestre de 2025, que inclui a eliminação do limite de 1% do PIB para a defesa (o que permite que a despesa duplique para 2% do PIB, correspondente aos atuais objetivos para os membros da NATO) e a criação de um fundo especial de infraestruturas de 500 mil milhões de euros (plano de despesa a 12 anos).

O crescimento do PIB na China excedeu a meta de 5%, tanto no primeiro trimestre (subida homóloga de 5,4% vs. 5,4% no quarto trimestre de 2024) como no segundo trimestre de 2025 (subida homóloga de 5,2%). As exportações aumentaram 5,7% no primeiro trimestre do ano e 4,5% no segundo, acelerando o crescimento da atividade industrial para 7,7% e 6,2%, respetivamente no primeiro e no segundo trimestres de 2025. A economia nacional foi também impulsionada pela continuação do apoio monetário do Banco Popular da China e pelo estímulo fiscal (crédito às indústrias de produtos de consumo duradouros). As vendas a retalho aumentaram 4,3% no primeiro trimestre e 5,1% no segundo trimestre de 2025. Adicionalmente, as autoridades chinesas aceleraram o ritmo de celebração de acordos comerciais com a UE, os BRIC e os mercados de consumo em rápido crescimento, numa tentativa estratégica de reduzir o impacto das tarifas no mercado dos EUA.

Perspetivas para o 2º semestre de 2025

2025 tem vindo a ser um ano de alterações nas perspetivas, com riscos ainda desconhecidos para o crescimento. A atividade económica foi suportada, de forma artificial, pelas medidas preventivas adotadas pelos participantes no mercado para reduzir o custo da guerra comercial liderada pelos EUA. Além disso, os efeitos desfasados da flexibilização monetária em 2024 (FED, BCE, BOE, Banco Central da China, etc.) e a continuação da expansão orçamental por parte das maiores economias do mundo impediram a verificação de uma recessão no primeiro semestre de 2025.

De acordo com as recentes leituras dos dados económicos, que sugerem uma fraca confiança das empresas e dos consumidores no segundo semestre de 2025, as projeções de consenso (Bloomberg, julho de 2025) também refletem uma atitude pouco convicta na tentativa de implementar os modelos económicos. No entanto, a direção é clara: o PIB mundial deverá abrandar de 3,3% em 2024 para 2,8% em 2025 (vs. a anterior expectativa de 3,0%) e 2,8% em 2026 (vs. a anterior expectativa de 3,0%). A inflação continua a ser pressionada no sentido ascendente pela perspectiva de uma potencial perturbação das cadeias de abastecimento em 2025 e 2026. As estimativas de consenso apontam para um IPC global de 3,8% em 2025 (vs. 3,7% em dezembro de 2024) e de 3,5% em 2026 (vs. 3,3% em dezembro de 2024).

Nos próximos anos, deverá surgir uma nova vaga de *reshoring*, *nearshoring* e *friend-shoring* das cadeias de abastecimento, em resposta às políticas comerciais dos EUA, refletindo sobretudo a estratégia de redução da concentração em geografias vulneráveis. Este movimento tenderá a fazer aumentar os custos ou reduzir as margens de lucro das empresas em 2025 e 2026.

A diversificação para fora do mercado do dólar e a repatriação dos investimentos deverão continuar a favorecer a valorização das classes de ativos em mercados cambiais líquidos, como os mercados do EUR, JPY, CNY, CHF, CAD e GBP, no segundo semestre de 2025. Na eventualidade de novas dificuldades nos mercados do dólar, o EURUSD tenderá a deslocar-se para um intervalo de 1,20 a 1,30 no segundo semestre de 2025 e em 2026. Espera-se também que o Banco Central da China tente evitar alterações excessivas no CNYUSD, possivelmente impedindo que a taxa de câmbio caia abaixo de 7,10 no segundo semestre de 2025, que compara com 7,16 no final de junho de 2025 (-1,9% desde o início do ano).

As moedas dos mercados emergentes poderão enfrentar alguma volatilidade devido ao risco de novas retaliações por parte da administração dos EUA em caso de uma forte desvalorização face ao dólar. O real brasileiro acumulou um ganho de 11,7% no primeiro semestre de 2025 devido ao aperto monetário implementado pelo banco central, com a taxa de referência Selic nos máximos de duas décadas, num contexto de inflação persistente desde o segundo semestre de 2024. É de esperar que o real se mantenha praticamente inalterado no segundo semestre de 2025, com algum risco de queda levando a uma ligeira desvalorização para 5,70, vs. 5,43 em junho de 2025. O zloty polaco avançou 0,9% face ao euro no primeiro semestre de 2025, sendo provável que a taxa do EURPLN oscile no intervalo de 4,20 a 4,30 no segundo semestre de 2025.

Os mercados obrigacionistas encontram-se mais expostos à volatilidade nos EUA, devido ao risco de ruído político em torno da independência da FED, assim como às perspectivas de enfraquecimento do desempenho económico da economia norte-americana no segundo semestre de 2025 e no primeiro semestre de 2026. A FED deverá reduzir a taxa *Fed funds* em 25-50 pontos base no segundo semestre de 2025, face ao atual intervalo de 4,25% a 4,50% no cenário base. No entanto, no caso de uma desaceleração da economia superior à esperada (taxa de desemprego a rondar os 4,5% no segundo semestre de 2025 vs. 4,1% no primeiro semestre de 2025), a FED poderá decidir dar um passo maior e reduzir a taxa em até 25 pontos base adicionais até dezembro de 2025 (intervalo de 3,50% a 3,75%). O acentuar da subida da curva do dólar deverá persistir, com a *yield* das *treasury notes* a 10 anos a situar-se entre 4,0% e 4,5% no segundo semestre de 2025 (4,228% em junho de 2025). Por outro lado, prevê-se que BCE mantenha as taxas inalteradas no segundo semestre de 2025, enquanto o *bund* alemão a 10 anos deverá transacionar num intervalo de 2,4% a 3,0%.

Uma possível revisão em baixa do *rating* soberano (perspetiva e notação de crédito) da dívida dos EUA e do Reino Unido, devido à deterioração persistente dos fundamentos orçamentais, poderá também acrescentar mais volatilidade aos mercados obrigacionistas no segundo semestre de 2025.

A apetência pelo risco das classes de ativos de crédito, ações e ativos de mercados emergentes poderá ser posta à prova face à perspetiva de um abrandamento do crescimento económico global no segundo semestre de 2025. As condições de liquidez na zona euro são elevadas devido à flexibilização monetária do BCE e à expansão orçamental alemã. No entanto, não é de excluir a possibilidade um contágio global decorrente de um cenário de aversão ao risco nos mercados do dólar no segundo semestre de 2025.

Principais Indicadores Financeiros

(milhões de euros)

	junho 2025	dezembro 2024	junho 2024
Balanço			
Total de Ativo	3 568	3 303	3 663
Total de Passivo	2 927	2 665	3 014
Total de Capital Próprio	641	638	649
Resultados			
Produto Bancário	33	66	35
Custos Operacionais	-28	-58	-29
Resultado Operacional	5	8	6
Imparidades e Provisões	2	2	2
Resultado Líquido	1	5	5
Rentabilidade			
Rentabilidade dos capitais próprios médios ("ROE")	0,3%	0,8%	1,6%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽¹⁾	1,0%	1,5%	2,6%
Rentabilidade do ativo líquido médio ("ROA")	0,1%	0,2%	0,3%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	0,2%	0,3%	0,5%
Produto Bancário / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	1,9%	2,0%	1,9%
Eficiência			
Custos Operacionais / Produto Bancário ("Cost to Income ratio") ⁽¹⁾	84,6%	88,0%	82,5%
Custo com o Pessoal / Produto Bancário ⁽¹⁾	56,0%	57,9%	55,2%
Qualidade do Crédito			
Carteira de Crédito (bruta)	768	724	715
Reforço de Provisões para Crédito	2,0	-0,0	-0,5
Rácio de crédito não produtivo ("NPL ratio")	1,6%	1,0%	1,1%
Cobertura de crédito não produtivo	20,9%	26,9%	47,6%
Solvabilidade			
Rácio de Fundos Próprios Principais de Nível 1	19,1%	19,3%	19,3%
Rácio de Fundos Próprios Totais	23,9%	24,2%	24,2%
Alavancagem			
Rácio de Alavancagem	11,4%	12,3%	11,0%
Posição de Liquidez			
Net Stable Funding Ratio ("NSFR")	132%	134%	149%
Rácio de Cobertura de Liquidez ("LCR")	221%	211%	387%
Rácio de Transformação ⁽¹⁾	67%	69%	69%
Nº de Colaboradores	314	331	337

¹ Indicadores de referência do Banco de Portugal (Instruções 23/2011)

Análise Financeira

No primeiro semestre de 2025, o acionista do Haitong Bank concluiu um processo de fusão que resultou na criação do Guotai Haitong, o maior banco de investimento chinês. O foco na conclusão deste processo teve um impacto negativo na colaboração respeitante ao negócio com a China durante o primeiro semestre do ano, refletindo-se sobretudo em Macau.

No entanto, o bom desempenho das restantes operações do Banco compensou parcialmente este impacto. O Produto Bancário cifrou-se em 33 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, uma redução homóloga de 7%. A atividade de Corporate and Project Financing manteve um forte dinamismo, sendo marcada pela conclusão com êxito de várias novas operações de crédito. O negócio de Fixed Income, especialmente na Europa, também registou um desempenho sólido no período, aproveitando o aumento da volatilidade para captar oportunidades no mercado. Não obstante a descida das taxas de juro, a Margem Financeira aumentou 23% no primeiro semestre de 2025, representando o grosso do Produto Bancário do Banco no período. Os Resultados de Capital Markets ficaram 12% aquém dos registados no primeiro semestre de 2024, com a contração de 52% nas Comissões a expor o reduzido desempenho da Sucursal de Macau na atividade de DCM relacionada com a China.

O Banco manteve o seu compromisso para com a rigorosa disciplina de custos que tem sido implementada, de forma consistente, desde há vários anos. Os Custos Operacionais ascenderam a 28 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, representando um decréscimo de 5% face ao período homólogo do ano anterior, enquanto os Resultados Operacionais ficaram ligeiramente abaixo do registo no primeiro semestre de 2025. O Resultado Líquido foi de 1 milhão de euros.

A 30 de junho de 2025, o Total de Ativos cifrava-se em 3,6 mil milhões de euros, um aumento face aos 3,3 milhões de euros alcançados no final de 2024. A volatilidade do mercado beneficiou os investimentos do Banco, enquanto a atividade de crédito continuou a ser uma das áreas de negócio mais dinâmicas.

Os indicadores de qualidade dos ativos permaneceram a níveis historicamente baixos, situando-se os rácios NPL e NPE em 1,6% e 1,7%, respetivamente, no final do primeiro semestre de 2025. No que diz respeito ao capital, o Haitong Bank continua a apresentar uma forte capitalização, com um rácio CET1 de 19,1% e um rácio de Capital Total de 23,9%.

A 5 de setembro de 2024, foi celebrado um acordo de cooperação entre a Guotai Junan Securities Co., Ltd. e a Haitong Securities Co., Ltd. relativamente a uma proposta de fusão através de absorção e participação pela troca de títulos. Em março de 2025, a Guotai Junan Securities Co., Ltd. anunciou a conclusão do processo de fusão e a alteração do seu nome para Guotai Haitong Securities Co., Ltd..

Para efeitos da fusão, foram submetidos pedidos de autorização aos reguladores competentes do Grupo Haitong Bank, incluindo o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o Banco Central do Brasil e a Autoridade Monetária das Ilhas Caimão. A CMVM e a Autoridade Monetária das Ilhas Caimão já aprovaram a fusão (no caso desta Autoridade Monetária, está sujeito à aprovação do Banco de Portugal e do Banco Central do Brasil), estando ainda pendente a aprovação dos restantes reguladores.

No primeiro semestre de 2025, a Standard & Poor's ("S&P") efetuou as seguintes ações de *rating*:

- A 19 de fevereiro de 2025, a S&P colocou a notação de crédito "BB" de longo prazo atribuída ao Haitong Bank em "CreditWatch", com implicações positivas, e afirmou a notação de crédito de curto prazo do Banco em "B";
- a 17 de março de 2025, a S&P reviu em alta a notação de crédito de longo prazo do Banco, de "BB" para "BB+", com *outlook* "Estável", reafirmando a notação de crédito de curto prazo em "B". A melhoria da notação ocorreu na sequência da concretização da fusão entre a Haitong Securities Co., Ltd. ("HTS") e a Guotai Junan Securities Co., Ltd. ("GTJA"), tendo a GTJA assumido todos os ativos e passivos da HTS. À data, a S&P considerava que o Haitong Bank continuaria a ter uma importância estratégica para o novo grupo;
- a 31 de julho de 2025, a S&P reviu o *outlook* do Banco de "Estável" para "Negativo", e afirmou a notação de crédito de longo e curto prazo do Banco em "BB+" e "B", respetivamente. Segundo a S&P, não era totalmente claro se o Haitong Bank iria manter o alinhamento com a estratégia internacional da Guotai Haitong Securities Co., Ltd..

The background of the page features a large, abstract graphic composed of several overlapping, wavy bands of blue. The waves flow from the bottom left towards the top right, creating a sense of movement and depth. The colors range from a deep, dark blue to a lighter, more vibrant blue, with smooth gradients between them.

ESTRATÉGIA

Estratégia de Negócio

O Haitong Bank é um banco corporativo e de investimento empenhado em apoiar os seus Clientes nos vários mercados locais onde opera e em transações *cross-border*.

A estratégia do Banco visa aproximar Clientes a oportunidades de negócio através de uma vasta rede, aliando a longa experiência do Banco na Europa e América Latina com uma importante ligação à China.



A estratégia do Haitong Bank assenta em três pilares:

- Franchise histórico na Europa e na América Latina;
- Ângulo chinês, através da Sucursal de Macau e conectividade com o grupo; e
- Negócio *cross-border*, tirando partido da vasta presença geográfica.

Nos últimos anos, o Banco tem seguido uma estratégia coerente, enquanto banco corporativo e de investimento, suportada na sua presença internacional na Europa, na América Latina e na China. Este posicionamento permitiu ao Banco aumentar a sua resiliência e diferenciação face a outros concorrentes ocidentais e chineses.

A missão do Haitong Bank consiste em prestar serviços de primeira qualidade aos seus clientes, desenvolver o *franchise* global do Grupo e criar valor para o Acionista. Esta missão engloba um forte sentido de preservação de capital impulsionada por uma abordagem conservadora na tomada de riscos e uma base de custos sustentável, operando em plena conformidade com as regras e regulamentos do setor bancário.

O Haitong Bank desempenha as suas atividades à luz de uma cultura empresarial moldada pelos seus valores corporativos: **Transparência, Meritocracia, Perseverança e Integridade**. A pedra angular do objetivo coletivo do Banco para o sucesso consiste em criar confiança juntos dos clientes e de outros *stakeholders*, incluindo as entidades reguladoras. Este objetivo é sustentado por uma organização coerente, baseada em regras, com um código de conduta, uma estratégia abrangente e uma estrutura de governo robusta.

O Banco está empenhado em apoiar as atividades dos seus clientes de forma sustentável, assegurando que todos são tratados de forma igual, que os seus interesses legais e a sua confidencialidade são protegidos e que são sempre prestados serviços eficientes e de elevada qualidade. Para este efeito, o Banco interage estrategicamente com os clientes para compreender as suas necessidades financeiras e oferecer soluções personalizadas, com o objetivo de assegurar uma experiência integrada e consistente.

Modelo de Negócio e Organização Interna



¹ Não corresponde formalmente a uma pessoa jurídica, tendo sido constituído apenas para fins de organização interna

² Em implementação

Principais Produtos

CORPORATE AND PROJECT FINANCING

Crédito a Empresas
Crédito Colateralizado
Project Finance
Acquisition Finance
Garantias

FIXED INCOME

Gestão da Carteira de Investimento
Fixed Income *trading* e *market making*
Distribuição para Clientes Institucionais
Sindicação de Obrigações

CAPITAL MARKETS

Estruturação e tomada firme de Eurobonds *cross-border*
Emissão de obrigações locais
Instrumentos de dívida de curto prazo
Assessoria financeira em operações de *equity*

M&A ADVISORY

Assessoria em fusões e aquisições de empresas
Avaliação de empresas
Assessoria em projetos de reestruturação
Estudos de viabilidade

CORPORATE DERIVATIVES

Soluções de cobertura para empresas
Commodities
Taxas de juro
Taxas de câmbio
CO2

INVESTMENT SERVICES

Global Asset Management
Experiência em diversas classes de ativos: Ações,
Obrigações, Private Equity e Quant
Experiência local: Europa e China
Gestão Discrecional de Carteiras e Gestão de Fundos
Depósitos
Retalho, Corporate e Institucional

ANÁLISE DA ATIVIDADE

Head Office

Visão Geral e Estratégia

O Head Office foi criado no âmbito da estrutura organizacional implementada em março de 2024, na qual as atividades do Grupo Haitong Bank foram separadas em várias unidades, a maioria das quais correspondendo a unidades geográficas (Portugal, Espanha, Polónia, Reino Unido, Brasil, Macau, França, Fixed Income e HGAM).

A estrutura organizacional, estabelecida para fins de organização interna, permitiu a separação entre as funções centrais em termos de coordenação do negócio e o Portugal Branch, que desempenha um papel funcional no que se refere ao desenvolvimento do negócio em Portugal.

Esta estrutura pretende ainda promover um espírito empreendedor e aumentar as responsabilidades a nível regional, tendo em conta o perfil multinacional do Banco, aumentando, assim, a responsabilização das equipas e ainda a transparência de custos.

O Head Office é uma das quatro unidades localizadas em Portugal (para além do Portugal Branch, Fixed Income e HGAM), compreendendo essencialmente:

- A atividade centralizada de Tesouraria, que atende a toda a organização (com exceção do Brasil);
- A atividade de Online Banking, em particular relacionada com os depósitos obtidos através das plataformas de captação de depósitos de retalho do Banco;
- Preços de Transferência; e
- As Funções de Controlo e Suporte, cujos custos são sujeitos a um mecanismo de alocação de custos às várias unidades, de acordo com as regras internas de transferência de preços.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Tesouraria
- ✓ Depósitos

PRODUTO BANCÁRIO ¹

4 M€

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão Junho 2025; informação não estatutária)

Destaques da Atividade

No primeiro semestre de 2025, a economia mundial mostrou sinais de estabilização, num contexto de abrandamento da inflação e de melhoria do sentimento dos consumidores. Após um período de forte aperto monetário em 2022–2023, as taxas de inflação nas economias avançadas continuaram a diminuir, permitindo que os bancos centrais adotassem uma postura mais neutra ou até acomodatória. Esta transição proporcionou um contexto favorável à atividade económica, em especial nos setores mais sensíveis às taxas de juro, como a habitação e o investimento.

Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB manteve-se modesto, mas resiliente, sustentado por um mercado de trabalho robusto e pela redução das pressões sobre os custos. A Reserva Federal manteve as taxas inalteradas e sinalizou a possibilidade de cortes graduais, o que contribuiu para uma maior confiança do mercado. Na Zona Euro, a dinâmica económica foi mais moderada, mas a desinflação e o apoio orçamental direcionado ajudaram a mitigar as dificuldades estruturais. Enquanto a Alemanha e a França deram os primeiros sinais de estabilização da atividade industrial, os países do Sul da Europa beneficiaram do turismo e da procura externa.

No primeiro semestre de 2025, o Haitong Bank manteve uma forte posição de liquidez, suportada numa estrutura de financiamento diversificada. O nível dos depósitos exibiu um crescimento sustentado, com um aumento notável no segmento de retalho.

O Banco continuou a tirar partido das plataformas de captação de depósito de retalho online, que registaram um aumento substancial dos volumes durante o período. Este canal tem provado ser uma fonte estável de financiamento, com contributos positivos para os rácios de liquidez NSFR e LCR.

Durante este período, o Banco recorreu ainda ao mercado monetário para obter financiamento, principalmente através de operações colateralizadas e acordos de crédito interbancário.

Perspetivas para o 2º semestre de 2025

No segundo semestre de 2025, o Departamento de Tesouraria pretende continuar a assegurar a liquidez necessária para apoiar a execução do plano estratégico do Banco. Nesse sentido, focar-se-á na otimização dos custos de financiamento e no reforço de uma estrutura de financiamento resiliente e diversificada. Para o efeito, recorrerá essencialmente a depósitos de retalho, ao financiamento a longo prazo através de empréstimos sindicados ou da emissão de obrigações, e à utilização de ativos colaterais para aceder a financiamento no mercado monetário.

O Head Office em Portugal continuará a assegurar que as funções de Controlo e Suporte se mantêm atualizadas face aos enquadramentos regulamentares aplicáveis mais relevantes, nomeadamente no que diz respeito às áreas mais recentes do Banco: o CISO Office e os Departamentos de IT Infrastructure e IT Development and Application Support.

Visão Geral e Estratégia

A unidade do Portugal Branch¹ foi criada em 2024 como uma unidade de negócio do Haitong Bank. Esta unidade incorpora toda a atividade de negócio de banca corporativa e de investimento em Portugal e detém um *franchise* de mercado com mais de três décadas, oferecendo uma combinação de competências em quatro áreas de negócio: Corporate and Project Financing, Capital Markets, M&A e Corporate Derivatives.

Aproveitando a vasta cobertura de clientes em Portugal, a colaboração entre os *Senior Bankers* e as equipas de execução permite ao Banco melhorar o *cross-selling* entre a sua gama diversificada de soluções de banca de investimento, proporcionando aos clientes um conjunto abrangente de opções que lhes permitam atingir os seus objetivos financeiros específicos.

Com o objetivo de reforçar a competitividade do Haitong Bank em termos de produtos de crédito, tem sido dada especial atenção às soluções de financiamento *best-in-class*. Através da oferta de soluções inovadoras e personalizadas, baseadas na flexibilidade e na experiência, o Banco procura corresponder às mais altas expectativas dos clientes.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Corporate and Project Financing
- ✓ Capital Markets
- ✓ M&A Advisory
- ✓ Corporate Derivatives

PRODUTO BANCÁRIO ²

4 M€

¹ Não corresponde formalmente a uma pessoa jurídica, tendo sido constituído apenas para fins de organização interna
² Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão Junho 2025; informação não estatutária)

Destaques da Atividade

No primeiro semestre de 2025, a unidade de Portugal continuou a contribuir para o crescimento do vasto franchise do Haitong Bank em Portugal e ao nível cross-border.

A atividade de **Corporate and Project Financing** manteve um forte dinamismo, marcado pela conclusão bem-sucedida de novas operações e pelo desenvolvimento contínuo de um sólido pipeline de negócios. Foram ainda originadas várias novas oportunidades de negócio, cuja conclusão está prevista para o final do ano. Este resultado confirma o desempenho consistentemente positivo do negócio de Corporate and Project Financing, refletindo a eficácia da sua capacidade de execução e a sua resiliência.

Apesar de atuar num ambiente complexo e altamente competitivo, a equipa de Corporate and Project Financing do Haitong Bank manteve a sua posição no mercado de crédito em Portugal, sustentada na vasta experiência, reconhecida capacidade de estruturação e historial sólido do Banco. Neste ambiente de forte concorrência, as pressões contínuas sobre os preços exigiram uma abordagem proativa e um acompanhamento constante do mercado, tendo em vista encontrar e selecionar as oportunidades de negócio mais adequadas e que se enquadrem num perfil equilibrado de risco-retorno, continuando simultaneamente a fornecer soluções de valor acrescentado aos clientes.

Do ponto de vista setorial, verificou-se um importante dinamismo nos setores das infraestruturas e da energia. Em particular, foram concluídas duas novas transações e originadas diversas oportunidades de negócio nos setores das infraestruturas e do imobiliário.

A gestão prudente da carteira de crédito e dos serviços de agenciamento do Banco, tanto do ponto de vista do risco como do retorno, manteve-se no topo das prioridades da atividade de Corporate and Project Financing. O Banco continuou a monitorizar esta carteira de forma proativa, visando assegurar a estabilidade e a rentabilidade das suas operações de crédito.

Na atividade de Corporate and Project Financing, o Haitong Bank posiciona-se consistentemente como parceiro dos seus clientes, através de uma abordagem flexível e construtiva, focada em transações de valor acrescentado. Este foco estratégico tem permitido ao Banco responder de forma eficaz a necessidades complexas dos seus clientes, bem como consolidar a sua reputação como um parceiro financeiro de confiança.

Com a atividade global de DCM a registar o primeiro semestre mais forte desde que há registos, a atividade de **Capital Markets** do Banco não foi exceção a esta tendência. No primeiro semestre de 2025, a equipa de DCM liderou várias transações, entre as quais se destacam:

- *Sole Global Coordinator* da emissão de obrigações da Futebol Clube do Porto – Futebol, SAD, no montante de 50 milhões de euros, com prazo de três anos e oito meses e taxa de 5,5%. Esta emissão foi colocada através de uma Oferta Pública de Subscrição e de uma Oferta Pública de Troca, tendo-se registado uma procura final de 58,5 milhões de euros, ou seja, 1,2 vezes o montante emitido;
- *Sole Global Coordinator* da emissão de obrigações da Sport Lisboa e Benfica - Futebol, SAD, no montante de 55 milhões de euros e taxa de 4,5%, a 13ª emissão deste tipo realizada por este emitente e liderada pelo Haitong Bank. Esta emissão foi colocada através de uma Oferta Pública de Subscrição e de uma Oferta Pública de Troca, tendo-se registado uma procura final de 76,5 milhões de euros, ou seja, 1,4 vezes o montante emitido;

- *Joint Global Coordinator* da emissão de obrigações associada a critérios de sustentabilidade da Mota-Engil, SGPS, S.A., no montante de 95 milhões de euros, prazo de 5 anos e taxa de 4,5%, realizada através de uma Oferta Pública de Troca e de uma Oferta Pública de Subscrição. Esta quinta emissão de obrigações associada a critérios de sustentabilidade da Mota-Engil foi a oferta pública de obrigações que mais interesse despertou no mercado de retalho em Portugal até à data, atingindo uma procura total de 106,6 milhões de euros, ou seja, 1,1 vezes o montante emitido.

No primeiro semestre de 2025, o mercado de **M&A** em Portugal registou uma queda homóloga de 23% no valor de transações concluídas, para 2,2 mil milhões de euros. Este decréscimo ocorreu a par de uma redução de 35% em volume, com 81 transações concluídas.

No mesmo período, o Haitong Bank manteve-se ativo no mercado de fusões e aquisições em Portugal, atuando, com sucesso, como assessor financeiro exclusivo dos acionistas da “A Padaria Portuguesa” na sua venda ao Grupo Rodilla. A Padaria Portuguesa, Lda., conhecida sob a marca “A Padaria Portuguesa”, é a principal rede de padarias e cafés de bairro em Portugal, com mais de 80 lojas, duas unidades de produção e um centro logístico. O Grupo Rodilla é uma sociedade gestora de participações sociais espanhola que opera no setor da restauração casual e de serviço rápido, nomeadamente sob as marcas “Rodilla” e “Hamburguesa Nostra”. Faz parte do Grupo DISA, que tem uma presença consolidada em Portugal em vários setores, incluindo nos setores dos refrigerantes e da cerveja, assim como da distribuição de combustíveis. A operação foi assinada em abril de 2025 e concluída em julho de 2025, após a obtenção das usuais autorizações regulamentares.


O Haitong Bank prestou ainda serviços de assessoria noutras operações de M&A, nomeadamente nos setores da construção e materiais de construção e das energias renováveis.

A equipa de **Corporate Derivatives** manteve-se ativa na cobertura de taxas de câmbio, sobretudo através da sua Plataforma Eletrónica que constitui a principal oferta tecnológica do Banco no mercado europeu. A atividade de cobertura de commodities e de taxas de juro registou uma queda significativa devido à persistência da instabilidade económica e volatilidade sentidas neste semestre a nível global, com as empresas a aguardar condições de mercado mais estáveis.

A colaboração com a equipa de Corporate and Project Financing na originação de operações de cobertura de risco associadas a financiamentos tem alimentado um pipeline consistente, testado e comprovado para a originação de operações de cobertura de taxa de juro, que constituem a principal fonte de receita em períodos de volatilidade económica para os ativos subjacentes.

Com o objetivo de garantir uma gestão eficaz do risco, a equipa de Corporate and Project Financing mantém uma abordagem atenta e colaborativa com os clientes, que lhe permite ajustar de forma individualizada as soluções de cobertura do risco. Com décadas de experiência nas áreas associadas aos derivados, a equipa de Corporate Derivatives do Haitong Bank já efetuou a cobertura de um valor equivalente a vários mil milhões de euros e continua a ser um *player* de referência no mercado ibérico.

CONSTRUÇÃO E IMÓVEIS PORTUGAL




MOTAENGIL

4.5% Sustainability-linked bonds due 2030

€ 95.000.000

Joint Global Coordinator
2025



DESPORTO E ENTRETENIMENTO PORTUGAL



BENFICASAD


Public Bond Subscription and Exchange Offers

€ 55.000.000

Sole Global Coordinator
2025



DESPORTO E ENTRETENIMENTO PORTUGAL




FCP

Public Bond Subscription and Exchange Offers

€ 50.000.000

Sole Global Coordinator
2025



PRÉMIOS




MOTAENGIL

Sustainable Finance Sustainability-linked Bonds 2024-2029

€ 80.000.000

Joint Global Coordinator
2025



CONSTRUÇÃO E IMÓVEIS PORTUGAL



MOTAENGIL

Corporate Loan to SCP Financial Investments (Grupo Mota-Engil)

€ 6.000.000

Lender, Arranger
2025



CONSUMIDOR E RETALHO PORTUGAL



A PADARIA PORTUGUESA

Venda da A Padaria Portuguesa ao Grupo Rodilla

Assessoria ao Vendedor
2025



Perspetivas para o 2º semestre de 2025

As perspetivas para a atividade de Corporate and Project Financing nos próximos meses continuam a ser positivas, sustentadas por um *pipeline* de novas transações robusto e diversificado, tanto a nível geográfico como setorial. Espera-se que, durante o segundo semestre, venham a ser concluídas várias operações de crédito em *pipeline* que já obtiveram aprovação interna, contribuindo para atingir os objetivos de negócio do ano. Na área de mercados, um ambiente de taxas de juro mais baixas na sequência dos oito cortes efetuados pelo BCE entre junho de 2024 e junho de 2025 deverá impulsionar a atividade de emissão de obrigações, tanto *investment-grade*, como hipotecárias e *high-yield*, além de ajudar a aliviar a pressão para o refinanciamento das empresas.

As perspetivas para a atividade de Debt Capital Markets em Portugal no segundo semestre de 2025 são encorajadoras, sendo sustentadas pela melhoria dos indicadores de crédito, pela procura positiva por parte dos investidores e por um cenário macroeconómico favorável, embora condicionadas pela persistência da incerteza a nível global e pelas especificidades do mercado local. Para além da volatilidade do mercado, que deverá manter-se ao longo de 2025 devido à incerteza geopolítica e económica resultante da imposição de tarifas pelos EUA e às guerras regionais, o mercado português de emissão de dívida deverá continuar a debater-se com a forte concorrência do setor bancário.

Apesar da persistência destes condicionalismos, as perspetivas macroeconómicas estão a melhorar e a economia a demonstrar maior resiliência. Prevê-se que o mercado de M&A registe uma intensificação da atividade daqui para a frente, impulsionado pela consolidação setorial (nomeadamente nos serviços financeiros e nas energias renováveis), por infraestruturas financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), pela transição energética e por projetos digitais, a par do investimento contínuo no turismo.

A equipa de Corporate Derivatives do Haitong Bank espera uma retoma no volume de transações e nas receitas, se as condições económicas evoluírem positivamente no próximo semestre. No entanto, antecipam-se dificuldades significativas devido a atrasos na regulamentação sobre a adequação de capital, nomeadamente nos regulamentos de Basileia III Endgame. Esta equipa continuará a expandir, de forma inovadora, o seu envolvimento em setores em crescimento, em especial nos mercados de capitais privados, visando diversificar os fluxos de receitas e tornar-se mais resiliente em contextos de abrandamento económico e volatilidade. Além disso, mantém-se focada no desenvolvimento de soluções inovadoras e no aprofundamento das relações com os seus principais parceiros estratégicos.

Visão Global e Estratégia

A unidade de Espanha atua de forma totalmente alinhada com a estratégia do Grupo Haitong Bank, tendo vindo a apresentar resultados financeiros consistentemente positivos.

A atividade desta unidade de negócio é assegurada por uma equipa local experiente, com capacidades de execução de excelência e fortes ligações com a comunidade empresarial espanhola e ainda com as principais instituições financeiras globais.

A unidade de Espanha oferece serviços completos de banca de investimento nas áreas de Corporate and Project Financing, M&A, Debt Capital Markets (DCM) e Corporate Derivatives, prestados a grandes e médias empresas e a investidores ativos em Espanha e/ou que procuram oportunidades de investimento no mercado espanhol.

A unidade de Espanha tem captado, com sucesso, diversas operações relacionadas com a China, detendo uma posição de liderança no segmento de M&A *cross-border* com este país, conquistada através da conclusão de numerosas transações de referência ao longo dos anos.

Esta unidade oferece ainda depósitos a empresas, investidores institucionais e clientes de retalho (estes últimos através de plataformas online), constituindo uma importante fonte de financiamento para o Banco.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Corporate and Project Financing
- ✓ Debt Capital Markets
- ✓ M&A Advisory
- ✓ Corporate Derivatives
- ✓ Depósitos

PRODUTO BANCÁRIO ¹

3 M€

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão Junho 2025; informação não estatutária)

Destaques da Atividade

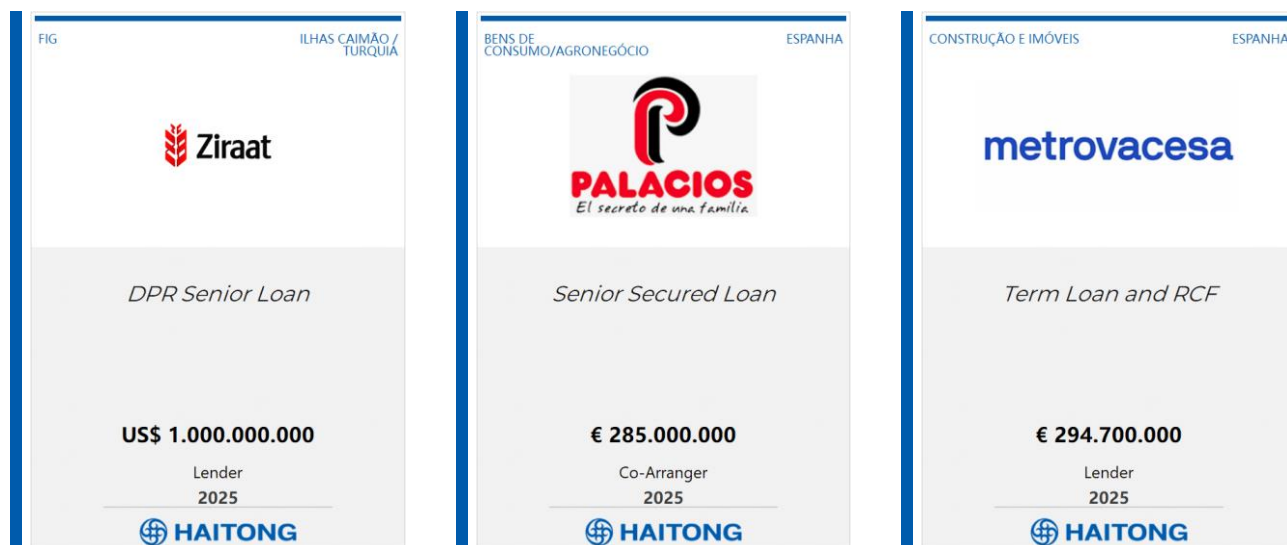
A unidade de Espanha apresentou um desempenho muito positivo no primeiro semestre de 2025, tendo registado um forte crescimento, tanto na Margem Financeira como no Resultado Líquido.

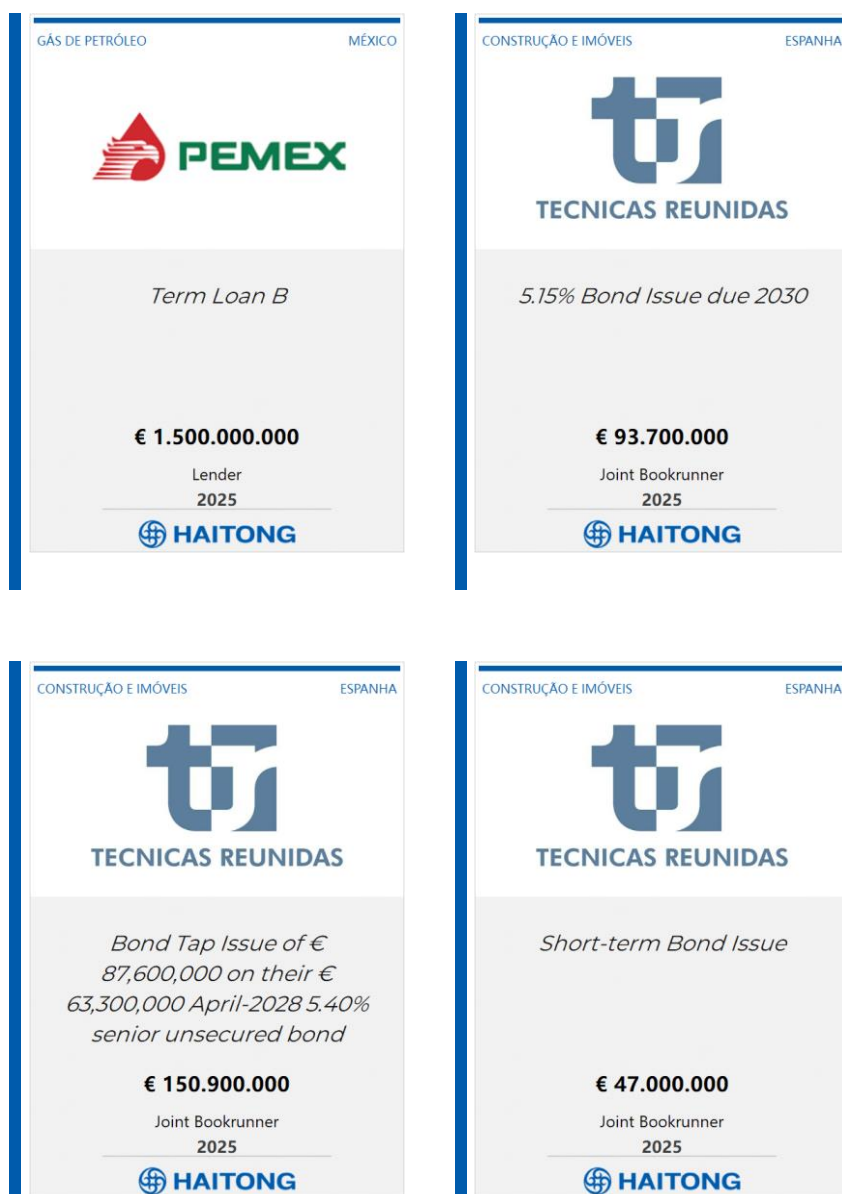
Este desempenho deveu-se principalmente ao crescimento da atividade de **Corporate and Project Financing**, que beneficiou da significativa expansão do crédito, através do aumento do número de operações participadas pela unidade de Espanha. A atividade de Corporate and Project Financing foi desenvolvida através de uma abordagem criteriosa no que se refere ao risco de crédito, nomeadamente por via da seleção de setores de atividade reconhecidos e com níveis de alavancagem conservadores, mantendo um controlo rigoroso da exposição ao risco de crédito da carteira da unidade.

Para o desempenho financeiro positivo desta unidade de negócio contribuiu ainda um semestre forte na área de **DCM**, com a concretização de um conjunto importante de novas operações com a Técnicas Reunidas, incluindo a emissão de obrigações de longo prazo e programas de papel comercial.

A atividade de **Depósitos** também registou um crescimento significativo no primeiro semestre de 2025, especialmente no segmento de retalho (através de plataformas online), com a unidade de Espanha a atingir um volume de depósitos superior a 730 milhões de euros.

Este crescimento da atividade impulsionou as receitas da unidade de Espanha, ao mesmo tempo que os custos operacionais se mantiveram contidos, resultando num forte crescimento do Resultado Líquido.





Perspetivas para o 2º semestre de 2025

A economia espanhola deverá continuar a registar o crescimento mais acentuado da Zona Euro no segundo semestre de 2025, impulsionado por um forte investimento interno e pelo crescimento do turismo. Não obstante, a incerteza gerada no comércio global pela política aduaneira dos EUA deverá condicionar o mercado empresarial, prejudicando assim a atividade de M&A no segundo semestre do ano.

A atividade de Corporate and Project Financing deverá seguir uma tendência positiva, embora seja expetável que o cenário de estabilidade das taxas de juro na Zona Euro modere o seu crescimento nos últimos seis meses do ano.

A atividade *cross-border* com a China deverá ganhar dinamismo no segundo semestre, uma vez que a Espanha se mantém como um dos mercados estratégicos da Zona Euro no que respeita ao investimento chinês, devido à sua dimensão relevante, à sua posição privilegiada na Europa, ao ambiente regulamentar favorável e ao facto de funcionar como uma porta de entrada para os países da América Latina.

Apesar das incertezas que pesam sobre a economia global, a unidade de Espanha espera que 2025 seja mais um ano positivo.

Visão Geral e Estratégia

Alinhada com a estratégia do Grupo Haitong Bank, a unidade da Polónia tem vindo a apresentar uma performance positiva ao longo dos últimos anos.

A estratégia do Haitong Bank na Polónia consiste em conectar clientes e oportunidades de negócio através da sua vasta rede na Polónia, Europa Central e China. Detendo uma licença plena para operar como sucursal do Banco, e contando com uma equipa de cerca de 40 profissionais dedicados, sediados em Varsóvia, esta unidade continua a apoiar a atividade dos seus clientes através da oferta de serviços de elevada qualidade e em conformidade com as melhores normas e práticas de mercado.

A equipa da Polónia é parte integrante das atividades globais do Haitong Bank, beneficiando da sua profunda experiência, base de investidores consolidada e vasto alcance internacional. O seu modelo de negócio assenta numa combinação equilibrada de receitas. Em particular, a unidade da Polónia tem demonstrado, ao longo dos anos, a sua experiência em Fusões e Aquisições (M&A), facilitando transações *cross-border* entre a China e países vizinhos da Europa Central.

Esta unidade oferece uma gama completa de serviços de banca de investimento, incluindo estruturação de financiamentos, assessoria em fusões e aquisições, produtos e serviços de dívida, produtos e serviços em renda fixa e derivados para grandes e médias empresas e investidores que operam na Polónia. A unidade desenvolve ainda uma atividade relevante de Tesouraria, através da qual capta depósitos junto de clientes empresariais e instituições financeiras locais, desempenhando um papel crucial para a estratégia de financiamento do Banco.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Corporate and Project Financing
- ✓ M&A Advisory
- ✓ Fixed Income
- ✓ Debt Capital Markets
- ✓ Corporate Derivatives
- ✓ Depósitos

PRODUTO BANCÁRIO ¹

5 M€

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão Junho 2025; informação não estatutária)

Destaques da Atividade

O primeiro semestre de 2025 ficou marcado por um ambiente desafiante e imprevisível, sobretudo devido à continuação da guerra na Ucrânia, que afetou a economia e as preferências dos investidores. Adicionalmente, as recentes guerras tarifárias, cujo desfecho é ainda incerto, estão a ampliar a complexidade das perspetivas do mercado. O crescimento económico na UE está a recuperar lentamente e as perspetivas para a Polónia mostram-se agora mais positivas do que no início do ano.

Acresce ainda que a inflação na Polónia está novamente sob controlo. O Banco Nacional da Polónia iniciou uma redução das taxas de juro, que acumularam uma descida de 75 pontos base até ao momento, prevendo os analistas de mercado uma redução adicional de 100 pontos de base nos próximos 12 meses.

Ao longo de 2025, a equipa da Polónia concentrou a sua estratégia na expansão do seu balanço através da concessão de crédito a curto e médio prazo e de investimentos em obrigações corporativas originadas pela unidade. O ambiente de taxas de juro ainda elevadas contribuiu para a assinalável margem financeira líquida alcançada e para o forte desempenho da área de Tesouraria. Os depósitos de clientes permaneceram robustos, proporcionando uma base sólida para um maior crescimento do balanço da unidade.

Adicionalmente, a unidade da Polónia continuou a desenvolver relações com os atuais e novos clientes. As atividades de banca de investimento da unidade centraram-se essencialmente no financiamento através das áreas de Corporate and Project Financing e de Debt Capital Markets, bem como nos serviços de assessoria prestados pela área de M&A. Estes serviços foram complementados com produtos oferecidos pela Tesouraria, nomeadamente derivados associados a financiamentos.

O negócio de **Corporate and Project Financing** na Polónia continuou a crescer no primeiro semestre de 2025, tendo sido concedidos financiamentos e garantias corporativas a diversos clientes empresariais polacos. A carteira de crédito encontra-se diversificada em setores como TMT, Produtos Químicos Industriais, Imobiliário, Construção, Transportes, Leasing, e Indústria Farmacêutica. Num contexto de volatilidade, esta unidade manteve como uma das suas prioridades a gestão eficaz da carteira de crédito. Foi implementado um processo de monitorização proativa, em estreita colaboração com os *Senior Bankers* e com o departamento de Risco local, tendo em vista garantir a estabilidade e a rentabilidade das operações de crédito do Banco na região.

No primeiro semestre de 2025, a unidade da Polónia executou, com êxito, uma nova operação de crédito no setor dos serviços financeiros e prosseguiu com novas operações de crédito e de garantias nos setores farmacêutico e da construção.

A atividade de **Debt Capital Markets** (DCM) da unidade da Polónia centrou-se na originação e execução de emissões obrigacionistas nacionais, bem como na gestão das emissões em circulação organizadas pelo Haitong Bank. O mercado de DCM continuou sob pressão devido ao excesso de liquidez no mercado bancário comercial, sendo consequentemente oferecidas condições de financiamento muito competitivos às empresas polacas. Não obstante a recente descida das taxas de juro pelo Banco Nacional da Polónia, o custo do financiamento permaneceu elevado. A previsão de novos cortes nas taxas de juro levou ao adiamento de várias operações de financiamento, que deverão ser concluídas mais perto do final do ano. Apesar do mercado de dívida doméstico da Polónia ser dominado por obrigações de taxa variável, o número de novas emissões no primeiro semestre de 2025 caiu para o nível mais baixo dos últimos dois anos. Por outro lado, a capacidade do mercado doméstico de dívida aumentou, tendo sido colocadas diversas emissões, num montante superior a 250 milhões de euros, junto de investidores institucionais, sem o apoio de bancos comerciais.

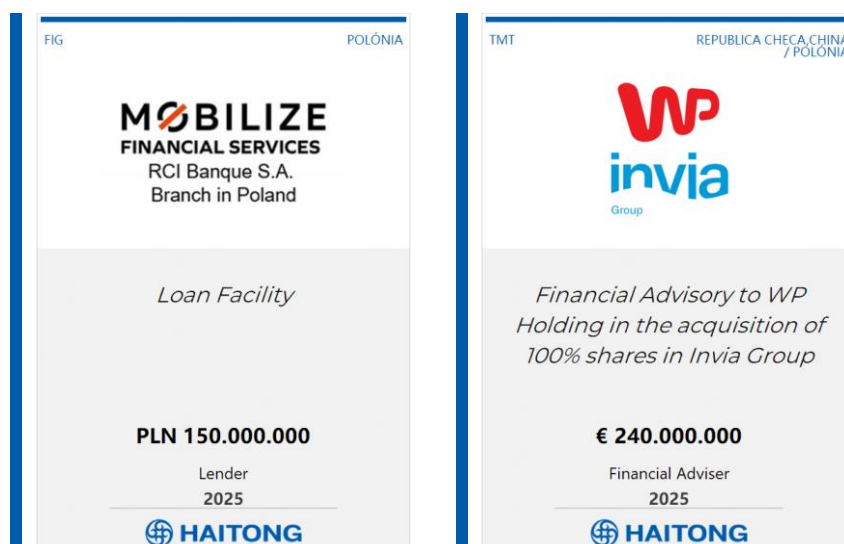
No primeiro semestre de 2025, a equipa de DCM de Varsóvia organizou várias emissões de obrigações para empresas dos setores imobiliário e da construção, atuando como *arranger* ou *co-arranger*, juntamente com alguns dos maiores bancos polacos. A capacidade de tomada firme do Haitong Bank permitiu aos emitentes maximizar o montante das emissões e otimizar o custo do capital captado no mercado.

No primeiro semestre de 2025, o mercado europeu de **M&A** foi penalizado pelo abrandamento das principais economias da UE, especialmente da Alemanha, cuja economia registou uma contração pelo segundo ano consecutivo. O mercado polaco de M&A refletiu o sentimento geral do mercado europeu, com sinais de que a atividade já tinha atingido o seu ponto mais baixo na UE e, em particular, na Polónia.

A equipa de M&A na Polónia enfrentou dificuldades significativas, em particular a elevada competitividade do mercado de M&A neste país, a menor capacidade das empresas chinesas para crescerem através de aquisições na Europa, um menor número de transações devido ao desfasamento entre as expetativas de avaliação dos vendedores e o interesse dos potenciais compradores, bem como tensões políticas a nível mundial.

No final do primeiro semestre de 2025, a equipa de M&A da Polónia concluiu, com êxito, uma transação de referência, no valor de cerca de 244 milhões de euros, relativa à aquisição de 100% das ações do Invia Group, um grupo europeu de viagens com operações na Alemanha, Áustria, Suíça, República Checa, Eslováquia, Hungria e Polónia. A equipa de M&A do Haitong Bank na Polónia prestou ainda assessoria financeira à WP Holding, uma sociedade gestora de participações sociais na área da tecnologia que opera em três segmentos verticais online: viagens, comunicação social e financiamento ao consumo. Adicionalmente, a equipa de M&A de Varsóvia está atualmente envolvida em diversos projetos de vários setores, que se encontram em diferentes fases de desenvolvimento.

Em suma, o primeiro semestre de 2025 foi um período positivo para a unidade do Haitong Bank na Polónia, destacando-se, em particular, a prioridade estratégica colocada na expansão do seu balanço.





Perspetivas para o 2º semestre de 2025

Antecipa-se que, no segundo semestre do ano, a economia polaca prossiga a sua trajetória de recuperação e mantenha a sua capacidade de resistência aos choques externos. No entanto, a Europa e o mundo continuam a assistir a um aumento dos riscos geopolíticos relacionados com a guerra na Ucrânia e com o conflito no Médio Oriente, os quais, em conjunto com a guerra de tarifas, constituem importantes fatores de risco para a economia mundial. A evolução da situação económica na Zona Euro e na Alemanha, juntamente com as perspetivas para a economia global, são fatores-chave para o desenvolvimento futuro da unidade.

Os resultados previstos para 2025 constituem a base que permite encarar o futuro da unidade de Varsóvia com otimismo. Em 2025, a equipa irá prosseguir a expansão do balanço através da concessão de empréstimos a curto e médio prazo e de investimentos em obrigações corporativas. Além disso, os mandatos de M&A e DCM assinados em 2024 irão materializar-se em receitas e contribuir para os resultados de 2025. O ambiente de elevadas taxas de juro continuou a apoiar resultados sólidos em termos da margem financeira no primeiro semestre de 2025 e esta tendência deverá continuar até ao final do ano. Por outro lado, a forte base de depósitos de clientes locais também permitirá à unidade financiar uma parte substancial do seu balanço.

As perspetivas para a atividade de Corporate and Project Financing na segunda metade do ano afiguram-se positivas. Os mandatos em curso dizem respeito tanto a linhas de crédito como a garantias, nos setores da Construção, Retalho e Farmacêutico.

O mercado obrigacionista nacional continuará sob forte pressão, não só por parte dos bancos comerciais polacos, mas também devido às taxas de juro relativamente elevadas e aos fluxos de entrada de fundos para as carteiras de dívida. Há mais de um ano que se assiste a um fluxo positivo e contínuo de fundos para as carteiras de dívida, o que irá reduzir as expetativas de rendimento das obrigações e atrair novos emitentes.

Espera-se uma melhoria gradual do mercado de M&A em 2025, existindo projetos em curso nos setores automóvel, da gestão de resíduos, das tecnologias de informação, do entretenimento e alimentar.

Reino Unido

Visão Geral e Estratégia

A unidade do Reino Unido do Haitong Bank tira partido do seu profundo conhecimento do mercado local e dos mercados internacionais para se focar em dois pilares estratégicos: Corporate and Project Financing e Fusões e Aquisições (M&A). Servindo uma vasta gama de clientes dentro e fora do Reino, a unidade oferece assessoria personalizada na resolução de operações financeiras e *cross-border* complexas.

O negócio de Corporate and Project Financing oferece soluções de financiamento abrangentes numa vasta gama de setores, incluindo empréstimos a empresas, *project* e *acquisition financing* e empréstimos garantidos por ativos. No serviço prestado a empresas multinacionais, investidores institucionais e sociedades de capital de risco, a equipa destaca-se pela originação, estruturação, organização e financiamento de transações complexas em diversas classes de ativos e jurisdições. A sua missão consiste em proporcionar liquidez e orientação estratégica aos clientes, de modo a apoiá-los no seu crescimento em todas as fases do ciclo de vida das suas empresas.

A unidade de M&A presta uma gama completa de serviços de assessoria financeira a operações, tanto de *buy-side* como de *sell-side*, incluindo assessoria em fusões, aquisições, avaliações, estudos de viabilidade e estruturação de transações. A equipa desempenha um papel crucial no apoio a clientes empresariais chineses e internacionais, assim como a *sponsors* financeiros, na exploração e execução de estratégias de expansão no Reino Unido e a nível global.

A unidade do Reino Unido é um parceiro de confiança, oferecendo uma perspetiva globalmente informada, assente numa profunda experiência local. A conjugação da presença no Reino Unido com uma visão abrangente do mercado internacional permite à unidade do Haitong Bank no Reino Unido oferecer soluções personalizadas e flexíveis aos seus clientes, alinhadas com os seus objetivos específicos. O seu compromisso inabalável para com a excelência e a criação de valor estratégico continua a reforçar a sua reputação como instituição financeira de confiança e com uma visão de futuro.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Corporate and Project Financing
- ✓ M&A Advisory

PRODUTO BANCÁRIO ¹

1 M€

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão Junho 2025; informação não estatutária)

Destaques da Atividade

Em 2025, a atividade global manteve-se positiva, beneficiando de taxas de juro mais baixas e de uma forte procura de refinanciamento. A atividade de **Corporate and Project Financing** desta unidade registou um forte dinamismo ao longo do primeiro semestre do ano. Espera-se que a tendência de aumento acentuado das operações de refinanciamento registado em 2024 se mantenha, impulsionada pela procura generalizada, já sinalizada anteriormente por muitos gestores de empresas.

Deverão também continuar a ser realizados ajustamentos de preços, devido à descida do custo do crédito, assim como das *yields* das obrigações. No Reino Unido, o volume de transações de *acquisition finance* tem vindo a sofrer uma redução nos últimos anos, apesar de uma clara tendência para o crescimento de transações de *project finance* e *leveraged finance*.

No primeiro semestre de 2025, a unidade esteve ativamente envolvida num vasto leque de oportunidades de financiamento de infraestruturas e projetos, bem como num fluxo constante de mandatos de refinanciamento de empresas. Em particular, a unidade obteve aprovação para financiar a construção e a exploração a longo prazo de um gasoduto de gás natural, um ativo essencial para apoiar as estratégias de transição energética e a segurança energética regional. Em simultâneo, a unidade estruturou um pacote de refinanciamento para uma empresa de fabrico de produtos químicos especializada em materiais essenciais para as tecnologias de pneus e baterias. Estes materiais não só apoiam a tendência de eletrificação, como também contribuem para uma maior eficiência industrial, em conformidade com os objetivos de sustentabilidade.

Estas transações refletem o empenho contínuo da unidade em apoiar clientes de diversos setores, desde a energia e serviços públicos até à indústria transformadora de ponta. A manutenção de uma abordagem direcionada a todos os setores e produtos tem permitido à unidade do Reino Unido reforçar o seu papel de parceiro financeiro estratégico, apoiando os clientes na adaptação às exigências de um mercado em constante evolução e aos requisitos de sustentabilidade.

No que diz respeito à atividade de **M&A** no primeiro semestre de 2025, na sequência de um bom ano em 2024, o mercado do Reino Unido continuou a revelar um forte dinamismo, com a atividade a manter-se resiliente, apesar das atuais incertezas geopolíticas e económicas. Observou-se uma atividade significativa no setor dos Serviços Financeiros, sustentada por tendências de consolidação, otimização operacional e mandatos de investimento orientados por critérios de sustentabilidade. O setor das TMT manteve a sua posição de liderança, impulsionado pela procura constante de integração de IA, de funcionalidades de cibersegurança e de plataformas de software escaláveis. Os cuidados de saúde continuaram a suscitar grande interesse, devido às tendências demográficas e à inovação nos domínios da biotecnologia e da tecnologia médica. Os esforços de transição energética e de descarbonização impulsionaram ainda mais as transações nos setores da energia e das infraestruturas, com um aumento acentuado da participação de capital privado.

A atividade de M&A da unidade do Reino Unido manteve-se muito dinâmica em várias jurisdições, tendo a equipa prestado aconselhamento em transações estratégicas em diversos setores, nomeadamente automóvel, dos bens de consumo, dos cuidados de saúde, da indústria, dos produtos químicos, da energia e da tecnologia. A equipa apoiou mandatos tanto *inbound* como *outbound*, trabalhando em estreita colaboração com as restantes equipas do Haitong Bank. Destacam-se os mandatos *cross-border* de compra e venda, a estruturação pré-transação e a identificação de alvos para clientes, desde empresas a sociedades de *private equity*.

Perspetivas para o 2º semestre de 2025

Para o segundo semestre do ano, prevê-se um crescimento modesto, mas sustentado por vários fatores macroeconómicos favoráveis: a tendência de queda das taxas de juro, o abrandamento da inflação e das pressões sobre os preços ao consumidor e o aumento da despesa pública, conforme sinalizado pelo planeamento orçamental aprovado no Parlamento do Reino Unido. No entanto, o crescimento mantém-se parcialmente condicionado por uma posição de exportação líquida persistentemente negativa, que continua a pesar sobre a produção global quando comparada com o desempenho dos últimos dois anos.

A inflação de 3,4% (1,4 pontos percentuais acima da meta de 2% do Banco de Inglaterra), embora ainda elevada, tem vindo a mostrar sinais de abrandamento. O Banco de Inglaterra manteve a sua taxa de referência nos 4,25% após uma redução iniciada em julho, o que deverá prestar um suporte adicional à atividade empresarial nacional. Este contexto de taxas de juro deverá melhorar o acesso ao financiamento e estimular o recurso ao crédito por parte das empresas, assim como as operações de M&A e o financiamento de infraestruturas. A melhoria do enquadramento macroeconómico deverá assim ter um impacto positivo nos mercados bancário e de crédito do Reino Unido, até ao final de 2025.

No que se refere à unidade do Reino Unido, as perspetivas para o segundo semestre de 2025 continuam otimistas, apoiadas por um *pipeline* sólido de transações e pela manutenção do foco estratégico no reforço da posição competitiva do Banco. A unidade do Reino Unido continuará a expandir a sua base de clientes, sendo este esforço apoiado por uma dinâmica crescente na área do financiamento e das fusões e aquisições, criando amplas oportunidades para um maior envolvimento.

Alicerçada nesta base sólida, a equipa manterá elevados níveis de atividade no segundo semestre do ano, proporcionando soluções personalizadas aos seus clientes. Através de uma abordagem flexível e centrada no cliente, a unidade do Reino Unido continua empenhada em fornecer serviços de elevada qualidade e que apoiam o crescimento sustentável.

Visão Geral e Estratégia

A presença em Macau serve de porta de entrada estratégica para o Haitong Bank aceder aos mercados da China e da região Ásia-Pacífico, reforçando a sua posição como banco corporativo e de investimento detido por capitais chineses com sede em Portugal. Além disso, a unidade permite o estreitamento de relações dentro do Grupo Guotai Haitong, convertendo sinergias e oportunidades em crescimento dinâmico do seu negócio.

A unidade de Macau conta atualmente com uma equipa de profissionais que têm sido fundamentais para o seu crescimento. Ao longo dos anos, esta equipa tem atingido resultados significativos, incluindo a criação e consolidação dos seus principais produtos bancários, nas áreas de Debt Capital Markets (DCM) e M&A.

As competências comprovadas da unidade de Macau, aliadas à sua capacidade de captar fluxos de negócio nos principais mercados asiáticos, fazem dela um elemento fundamental para a prossecução dos objetivos estratégicos do Haitong Bank: promover o crescimento do balanço através da originação de ativos produtivos, diversificar os fluxos de receitas e reforçar os proveitos recorrentes.

A unidade de Macau continua a alinhar o seu foco estratégico com os objetivos mais amplos do Haitong Bank, dando prioridade aos serviços financeiros *cross-border* relacionados com a China e a Ásia. Para atingir estes objetivos, a unidade de Macau pretende alargar o âmbito das suas atividades e a sua oferta de produtos, começando já num futuro próximo pelos depósitos e produtos financeiros. Esta visão sustenta a ambição da unidade de Macau de se tornar uma instituição financeira de referência na região.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Debt Capital Markets
- ✓ Fixed Income
- ✓ M&A Advisory

PRODUTO BANCÁRIO ¹

2 M€

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão Junho 2025; informação não estatutária)

Destaques da Atividade

No primeiro semestre de 2025, a unidade concentrou-se nos seus segmentos *core* - Debt Capital Markets, Fixed Income e M&A. No entanto, o seu desempenho foi afetado pelas persistentes tensões económicas globais e pelo aumento da supervisão regulamentar relativa aos veículos de financiamento dos governos locais (LGFVs) chineses.

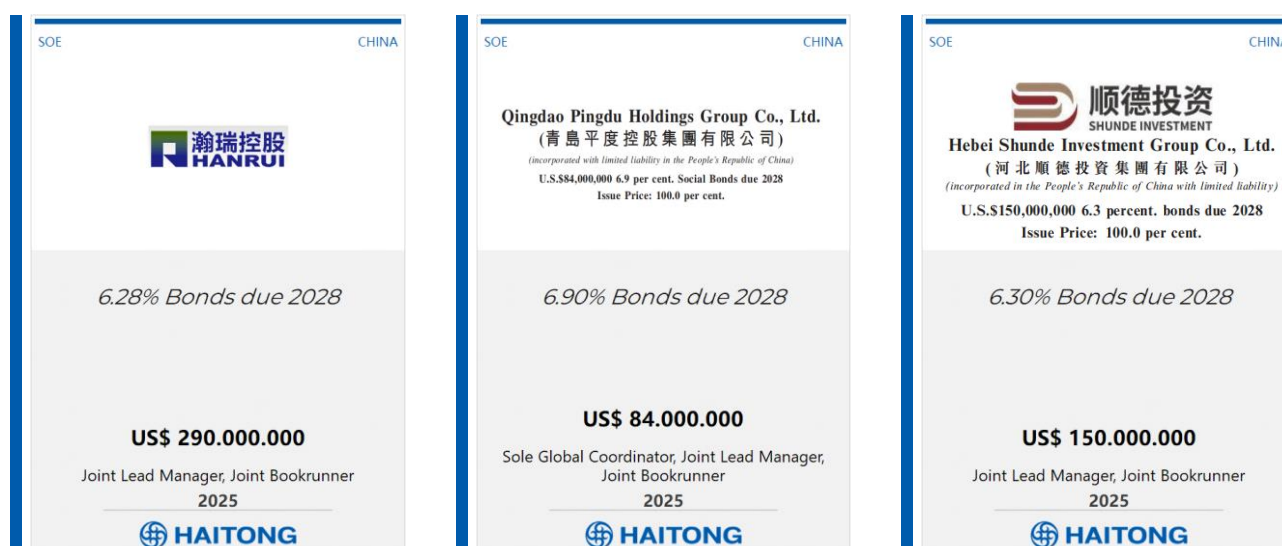
Estes desafios conduziram a uma redução significativa do volume e do número de transações concluídas. Para fazer face a este contexto, a unidade lançou as bases para uma contratação seletiva em áreas-chave, visando reforçar o desenvolvimento do negócio. A unidade continua a promover ativamente o diálogo no seio do Grupo, no sentido de incentivar e perpetuar a dinâmica de colaboração, um fator importante para o sucesso da unidade no enquadramento institucional do Grupo.








A área de **Debt Capital Markets (DCM)**, em particular, registou um decréscimo significativo da sua atividade no semestre. Entre os diversos fatores que explicam o reduzido *pipeline* e a contração da atividade nesta área de negócio, destacam-se o aumento dos custos de financiamento *offshore* em comparação com o financiamento *onshore*, a intensificação das barreiras regulamentares, tais como limites às emissões de curto prazo, e aumento do escrutínio sobre as cartas de crédito *stand-by* e as estruturas de apoio do acionista (*keep-well*).

Na atividade de **M&A**, a unidade de Macau atuou como assessor financeiro exclusivo da PCBL Chemical Limited na aquisição de tecnologia avançada para a produção de negro de carbono à Ningxia Jinhua Chemical Co., Ltd., a maior produtora de negro de carbono da Índia e a quarta maior do mundo, cotada na Bolsa de Valores de Mumbai.

Por outro lado, as atividades de **Fixed Income** e de Tesouraria deram um contributo modesto, mas estável, à base de receitas.

A nível comercial, a unidade conseguiu manter o envolvimento dos clientes, através do diálogo permanente e de esforços de originação. Foram assegurados novos mandatos que deverão concretizar-se durante o segundo semestre de 2025, dependendo das condições de mercado.



SOE	CHINA	INDUSTRIAIS	INDIA / CHINA
 QINGDAO JIMO DISTRICT URBAN TOURISM DEVELOPMENT AND INVESTMENT CO., LTD. (青島市即墨區城市旅遊開發投資有限公司) <small>(Incorporated with limited liability in the People's Republic of China)</small> U.S.\$100,000,000 6.9 per cent. bonds due 2027 Issue Price: 100.0 per cent.	 海通恒信 HT UniTrust	 PCBL CHEMICAL	 JH
6.90% Bonds due 2027	3.00% Bonds due 2028	Assessoria Financeira à PCBL na aquisição de Tecnologia Avançada de Produção de Negro de Carbono sem utilização de forno	
US\$ 110.000.000	¥ 1.000.000.000	Exclusive Buy-Side Financial Advisor	
Placing Agent 2025	Placing Agent 2025	2025	
 HAITONG	 HAITONG	 HAITONG	

Perspetivas para o 2º semestre de 2025

As perspetivas para o segundo semestre de 2025 mantêm-se prudentes, com o foco na obtenção de resultados positivos. Apesar do endurecimento do quadro regulamentar, prevê-se que os veículos de financiamento do governo local (LGFV) permaneçam ativos, face à manutenção das necessidades de refinanciamento, que deverão continuar a aumentar ao longo do ano. Esta procura por financiamento é um fator fundamental para sustentar a recuperação gradual do desempenho da unidade.

Por conseguinte, a unidade de Macau continuará a dar prioridade à capacidade de execução e ao envolvimento proativo com os clientes, com o objetivo de tirar partido das oportunidades que possam surgir, mantendo-se assim focada na captação de novos projetos e no fortalecimento da sua capacidade de execução.

Visão Geral e Estratégia

O Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. (Haitong Brasil) é diretamente controlado pelo Haitong Bank, S.A. (80%), detendo o Grupo Bradesco os restantes 20%.

O Banco está sediado no centro financeiro de São Paulo, operando no Brasil desde o ano 2000. Em linha com a estratégia do Grupo Haitong Bank, a unidade do Brasil oferece uma gama completa de soluções financeiras, apoiada por uma equipa com vasta experiência no mercado financeiro brasileiro.

Os serviços de banca de investimento prestados por esta unidade incluem Corporate and Project Financing, Assessoria em M&A, Debt Capital Markets (DCM), Fixed Income e Derivados para grandes e médias empresas que operam no Brasil.

As atividades de Tesouraria também são relevantes e incluem a gestão de carteiras de obrigações soberanas e corporativas, bem como o financiamento, através da captação de depósitos denominados em reais junto de clientes empresariais, investidores institucionais e particulares (através de plataformas *online*).

A atuação desta unidade estende-se não só ao Brasil, mas também à América Latina, onde são originadas diversas transações *cross-border*.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Corporate and Project Financing
- ✓ Fixed Income
- ✓ Corporate Derivatives
- ✓ Tesouraria
- ✓ M&A Advisory
- ✓ Capital Markets
- ✓ Depósitos

PRODUTO BANCÁRIO ¹

7 M€

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão Junho 2025; informação não estatutária)

Destaques da Atividade

No primeiro semestre de 2025, a atividade econômica no Brasil apresentou um desempenho melhor do que o esperado em vários setores, apesar do aumento da taxa de câmbio no início do ano. Este desempenho deveu-se sobretudo à redução da taxa de desemprego, ao aumento de rendimentos do trabalho e ao crescimento da despesa pública, que têm sustentado o crescimento do PIB brasileiro nos últimos trimestres. No entanto, o ambiente macroeconômico enfrentou pressões crescentes, devido à persistência da inflação a um nível elevado e consequente aumento das taxas de juro.

A persistência de um ambiente orçamental frágil suscitou preocupações nos mercados, em especial devido ao aumento da despesa pública e à dificuldade em consolidar reformas estruturais capazes de ancorar as expectativas a longo prazo. Em resultado da conjuntura inflacionista menos favorável e, em particular, do agravamento das expectativas quanto ao cumprimento das metas da inflação para 2025 e 2026, o Banco Central do Brasil contraiu a sua política monetária, aumentando a taxa de referência (Selic) para 15,0% ao ano.

Neste cenário, o mercado financeiro brasileiro viveu um período de grande volatilidade, refletindo as incertezas internas e externas. Ainda assim, apesar dos desafios orçamentais, o Real brasileiro valorizou-se nos últimos meses, à semelhança do Euro, impulsionado principalmente pelo enfraquecimento global do dólar norte-americano e consequente grande afluxo de capitais ao mercado brasileiro.

No mercado de renda fixa, as taxas de juro subiram no primeiro trimestre, tendo atingido o valor mais elevado quando o Banco Central do Brasil sinalizou o fim do ciclo de aperto monetário acima referido. Após este pico, mais perto do final do semestre, as taxas dos contratos de futuros começaram a recuar, incorporando potenciais cortes nas taxas de juro no ano seguinte. No mercado de dívida do setor privado, as empresas de grande e média dimensão continuaram a aproveitar o forte apetite dos investidores por novas emissões para realizar a sua gestão de passivos.

O sistema bancário brasileiro, embora robusto em termos de liquidez e capitalização, enfrentou um ambiente mais desafiante neste período, com as taxas de imparidade a registarem uma ligeira tendência de subida. Não obstante, o sistema bancário brasileiro conseguiu absorver estes choques, mantendo um papel crucial no apoio aos setores produtivos, embora com maior seletividade na concessão de crédito.

Tendo em conta o contexto económico brasileiro e as condições competitivas do sistema financeiro local durante o primeiro semestre de 2025, o Haitong Brasil desenvolveu a sua atividade de forma mais conservadora, seguindo as orientações definidas pelo seu acionista.

A atividade de **Corporate and Project Financing** foi conduzida de forma prudente relativamente ao risco de crédito, centrando-se em empresas consolidadas, com indicadores de crédito sólidos. Paralelamente, o Haitong Brasil reforçou o acompanhamento do saldo em dívida da carteira de crédito.

Tal como em anos anteriores, a atividade de Corporate and Project Financing enfrentou condições difíceis, devido aos baixos preços e à elevada concorrência no mercado de crédito. Os bancos continuaram a estreitar as suas margens no segmento das empresas, em resultado de um mercado de DCM muito líquido em que os investidores pressionaram em baixa as taxas de juro.

A área de Corporate and Project Financing teve um desempenho positivo no primeiro semestre do ano, apesar do nível elevado das taxas de juro, do estreitamento das margens e do *repricing* de algumas operações. Para além da exploração de oportunidades no Brasil, a equipa continuou a procurar operações com um perfil de risco sólido noutros países da América Latina. O relacionamento com as empresas brasileiras foi complementado pelo esforço do Haitong Brasil em participar em operações sindicadas com outras instituições financeiras.

A atividade de assessoria em operações de **M&A** continuou a enfrentar um mercado altamente competitivo no Brasil, agravado no primeiro semestre do ano pelo menor número de transações concluídas no país. No entanto, o *pipeline* foi reforçado através da obtenção de novos mandatos de assessoria em fusões e aquisições.

A equipa de **Corporate Derivatives** concentrou os seus esforços nos produtos de taxa de câmbio e no alargamento da base de clientes. Encontra-se atualmente em desenvolvimento um novo sistema automatizado de cotação de transações cambiais com o potencial de expandir a cobertura desta área já num futuro próximo.

A equipa de **Fixed Income** tem desenvolvido a sua atividade num contexto de taxas de juro elevadas. Esta área constituiu e tem vindo a gerir com êxito uma carteira de títulos do Tesouro e de obrigações de empresas, contribuindo positivamente para os resultados do Banco.

Finalmente, através da sua área de Tesouraria, o Banco gere a sua liquidez e financia as áreas de negócio através dos recursos em reais captados junto de investidores locais, financiando integralmente o seu balanço local. A atribuição e recente reafirmação pela S&P dos *ratings* do Banco (“BB” na escala global e “brAAA” na escala local) contribuiu para reforçar a sua estratégia de acesso aos investidores institucionais locais.



Perspetivas para o 2º semestre de 2025

Embora o primeiro semestre de 2025 tenha continuado a expor algumas vulnerabilidades já conhecidas na economia brasileira, incluindo um ambiente fiscal instável, inflação e elevada volatilidade nos mercados financeiros, por outro lado também exibiu um mercado de trabalho forte e um crescimento robusto do PIB em diversos setores, incluindo o já bem posicionado agronegócio e as *hard commodities* (especialmente minério de ferro e petróleo e gás). Por outras palavras, apesar do cenário difícil, a resiliência dos principais setores económicos sustentou um desempenho positivo da economia em geral.

Além disso, o setor bancário brasileiro tem sofrido alterações significativas devido à crescente importância da tecnologia e da inovação, ao aumento da concorrência, à complexidade regulatória, às finanças integradas, bem como às alterações nas expectativas dos clientes e dos investidores, que colocam os modelos de negócio tradicionais sob pressão.

Relativamente ao panorama para o final de 2025, uma maior estabilidade no ambiente macroeconómico e o aumento da confiança do mercado irão depender dos avanços efetivamente realizados na consolidação orçamental, a par de esforços para controlar a inflação e criar um ambiente de investimento mais previsível, incluindo os efeitos da guerra comercial. Apesar das dificuldades que enfrenta e da intensa concorrência, o sistema financeiro brasileiro continua sólido e bem posicionado para apoiar o desenvolvimento do país. Neste cenário, a Equipa de Corporate e Project Financing está confiante de que irá aumentar o número de novas transações concluídas e financiadas em 2025. As áreas de Fixed Income e Tesouraria deverão continuar a explorar oportunidades relacionadas com títulos governamentais e a reduzir o custo de financiamento, gerindo simultaneamente a liquidez de forma adequada. Relativamente à área de M&A, após o ênfase dado aos serviços de assessoria sobre a venda de ativos, estão em curso duas operações com perspectivas favoráveis de conclusão durante os próximos trimestres.

Visão Geral e Estratégia

O Escritório de Representação de Paris (“Escritório de Paris” ou “Escritório”) foi criado em agosto de 2022. Situado no coração da Europa, o Escritório desempenha um papel fundamental na ligação do Haitong Bank com os seus *stakeholders* em França, na China e nos restantes países europeus.

Como entidade de representação, a missão do Escritório de Paris é multifacetada. Por um lado, atua como elo de ligação com instituições financeiras chinesas, europeias e outras a nível internacional, promovendo relações que reforçam a influência do Haitong Bank nos mercados globais. Por outro lado, funciona como um ponto vital de contacto com atuais e potenciais clientes, prestando apoio, identificando oportunidades e impulsionando o crescimento do negócio.

O Escritório de Paris mantém fortes ligações com as associações chinesas em França, reforçando o papel do Banco junto da comunidade chinesa e promovendo interesses mútuos. Adicionalmente, acolhe delegações da China e da Europa, facilitando os intercâmbios e a colaboração bilaterais.

Um dos pilares da atividade do Escritório de Paris é a sua participação ativa em eventos de diversos setores de atividade, incluindo o financeiro e o bancário, promovendo assim as competências do Haitong Bank e procurando expandir a sua rede. O Escritório de Paris apoia ainda o Head Office do Banco em Lisboa através da realização de estudos sobre setores de atividade e empresas, contribuindo para a tomada de decisões estratégicas e para o conhecimento do mercado.

Através destes diversos contributos, dirigidos em particular para a área de M&A do Banco, o Escritório de Representação de Paris desempenha um papel de relevo na consolidação da presença do Haitong Bank na Europa, promovendo a cooperação transfronteiriça e contribuindo para a realização dos seus objetivos de crescimento a longo prazo.

Destaques da Atividade

No primeiro semestre de 2025, o Escritório de Paris desempenhou um papel fundamental na conclusão de duas transações no mercado secundário, apoiando a equipa do Head Office em Lisboa na angariação de clientes, através de uma gestão ativa das relações com os bancos e contrapartes locais. Os contributos do Escritório permitiram acrescentar duas oportunidades à carteira já diversificada do Banco, que abrange agora os setores da energia, das telecomunicações, dos bens de consumo e automóvel na Europa.

Tirando partido das suas competências e dos talentos internacionais do Banco, a equipa do Escritório de Paris prestou ainda informações às empresas chinesas destinadas a permitir-lhes uma melhor compreensão do mercado europeu de ações e das oportunidades de negócio existentes. Em colaboração com a empresa-mãe, a equipa organizou diversas reuniões de *research* de investimento nas instalações de grandes empresas cotadas em França, destinadas a gestores de ativos chineses. Adicionalmente, recebeu várias delegações, na sua maioria de empresas e clientes chineses com ativos de elevada qualidade.

A equipa participou nos principais eventos do setor organizados por instituições de referência, como a Câmara de Comércio e Indústria Francesa na China, em Lyon e Marselha, e pela Paris Europlace, em Paris. Através da cobertura de eventos financeiros em todo o território francês, que reuniram cerca de 600 representantes do setor financeiro, a equipa promoveu uma presença ativa e o envolvimento do Haitong Bank nos mercados europeus.

Alavancado em 60 anos de relações diplomáticas entre a China e a França, o Haitong Bank continua a tirar partido do reforço dos laços económicos bilaterais entre estes dois países, tendo apresentado potenciais oportunidades de investimento e de negócio a diversas entidades locais apoiadas pelo governo. Desta forma, o Banco reforçou o seu papel de ponte nos serviços financeiros *cross-border* e em oportunidades de parcerias no dinâmico panorama económico sino-francês.

Perspetivas para o 2º semestre de 2025

Em 2025, o ambiente económico mundial tem vindo a tornar-se cada vez mais incerto, devido à escalada de uma nova onda de tensões comerciais. O agravamento das medidas protecionistas por parte das principais economias causou perturbações nas cadeias de abastecimento mundiais, esmorecendo o sentimento dos investidores. Esta evolução está a alterar as perspetivas para o investimento e o comércio *cross-border*, levando a equipa a reavaliar a exposição ao risco e as prioridades estratégicas para o próximo ano.

Neste contexto, o Escritório de Paris continuará a apoiar o Head Office do Banco em Lisboa, concentrando-se em setores com uma procura relativamente estável e um baixo risco de recuperação. A equipa continua a encontrar oportunidades em áreas como as infraestruturas de fibra ótica e a construção naval, onde a procura subjacente se mantém resiliente, apesar do contexto geral de volatilidade macroeconómica.

O Escritório de Paris continuará a trabalhar no sentido de concretizar a visão estratégica e os objetivos do Haitong Bank, tirando partido da rede internacional do Banco e da parceria sino-francesa de longa data para consolidar a sua posição no mercado de fusões e aquisições sino-UE. Com uma perspetiva privilegiada de aproximação da China à UE, o foco manter-se-á na expansão e priorização da originação do *pipeline* de transações *cross-border*, tanto no *buy-side* como no *sell-side*.

Fixed Income

Visão Geral e Estratégia

A unidade de Fixed Income do Haitong Bank é responsável pela gestão das carteiras de investimento e de *trading*, funcionando também como uma “fábrica de produtos” e plataforma de distribuição de produtos de renda fixa. Ao tirar partido do seu conhecimento local e alcance internacional, a Equipa facilita fluxos de negócio *cross-border* e oferece soluções de dívida personalizadas a clientes institucionais a nível global.

As principais atividades da unidade são as seguintes:

- Gestão da Carteira de Investimento;
- Trading/Flow;
- Sindicação; e
- Vendas de instrumentos de dívida a clientes institucionais.

Em termos de estratégia, a unidade de Fixed Income tem aumentado a sua presença e atividade no mercado global de renda fixa, aumentando progressivamente a relevância da gestão das carteiras de investimento na atividade global do Banco. Simultaneamente, a unidade aprofundou a sua atividade na China e na Ásia, com foco nos produtos chineses. Esta abordagem posiciona o Haitong Bank como um dos principais organizadores de emissões de obrigações chinesas no estrangeiro e reforça o seu papel de ponte entre os mercados de capitais asiáticos e globais. Com o apoio de equipas dinâmicas nos seus vários escritórios, o Banco está a construir um centro de execução *cross-border* – captando novos fluxos, expandindo a quota de mercado e impulsionando o crescimento sustentável.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Gestão da Carteira de Investimento
- ✓ FI Trading e Market Making
- ✓ Distribuição para Clientes Institucionais
- ✓ Derivados OTC para Clientes Institucionais
- ✓ Sindicação

PRODUTO BANCÁRIO ¹

6 M€

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão Junho 2025; informação não estatutária; Inclui o Produto Bancário de Fixed Income em Portugal e Espanha)

Destaques da Atividade

No primeiro semestre de 2025, os mercados obrigacionistas registaram uma elevada volatilidade, principalmente devido a alterações nas políticas económicas e geopolíticas dos Estados Unidos. Embora a inflação tenha abrandado tanto nos EUA como na Europa durante a primeira metade do ano, a FED adotou uma postura diferente da do BCE. Em junho de 2025, o BCE reduziu a taxa de depósito de referência em 100 pontos base, para 2%, sinalizando uma possível pausa no ciclo de flexibilização no segundo semestre. A decisão do governo dos EUA de impor tarifas de importação gerou um risco significativo de aumento da inflação, embora a atividade económica se tenha mantido resiliente no primeiro semestre de 2025. A FED decidiu manter inalterado o intervalo das taxas de juro de referência, entre 4,25% e 4,50%, e reduziu as possibilidades de cortes significativos nas taxas no segundo semestre de 2025. Os *spreads high-yield* transacionaram num intervalo de +112/-36 pontos base face ao final de 2024 e os *spreads investment-grade* num intervalo de +30/-5 pontos base.

A pressão crescente sobre a independência da FED acrescentou ainda mais volatilidade aos mercados obrigacionistas, com a Casa Branca a exigir que o Federal Open Market Committee (FOMC) efetuasse cortes substanciais nas taxas de juro, apesar do seu mandato legal de manter a estabilidade dos preços e do emprego. As *yields* das *treasury notes* de longo prazo dos EUA também foram afetadas pela aprovação de um pacote fiscal que acrescentou 5 biliões de dólares ao teto da dívida e que agravará o défice orçamental para 3,3 biliões de USD nos próximos 10 anos.

O novo governo alemão também aprovou um pacote fiscal no primeiro semestre de 2025, que incluiu uma alteração constitucional aos limites da despesa relacionada com a defesa. Influenciadas pelas perspetivas de crescimento da Alemanha e pelos défices orçamentais neste país e em França, as curvas de rendimentos em euros subiram para o valor mais elevado desde 2019. O apetite de risco continuou elevado nos mercados de crédito europeus, com o *spread crossover* (crédito *high-yield*) a 5 anos a manter-se próximo dos níveis de 2024 (310 pontos base), ao atingir 282 pontos base no final de junho de 2025.

Gestão da Carteira de Investimento

Em linha com os objetivos estabelecidos para a carteira de investimento, a atividade registou um aumento de 11% no primeiro semestre de 2025 face a igual período do ano anterior. Os investimentos realizados concentraram-se em abril, altura em que se observou o maior pico de volatilidade e *spreads* mais alargados nos mercados de crédito. A equipa concentrou-se na manutenção da qualidade da carteira, privilegiando ativos líquidos, diversificação e baixa concentração. Na carteira de Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral, verificou-se um aumento do volume de negócio ao longo do semestre à medida que a equipa tirava partido das oportunidades que iam surgindo no mercado. Por conseguinte, a carteira registou um desempenho superior aos índices de referência: o *benchmark* Euro Aggregate registou ganhos de 0,84% (uma redução face aos ganhos de 2,63% em 2024), enquanto o seu equivalente nos EUA avançou 4% (que compara com 1,25% em 2024).

Trading e Market Making

Nos EUA, a nova administração não implementou as políticas em favor das empresas e do crescimento que eram esperadas, concentrando-se ao invés na imposição de tarifas de importação a todos os países, o que contribuiu para aumentar a volatilidade das taxas de juro e do mercado acionista, que quase triplicou em março e abril.

A incerteza quanto ao impacto da política dos EUA no crescimento e na inflação levou a maioria dos investidores e também a FED a adotarem uma postura de ‘esperar para ver’, mantendo-se as carteiras concentradas em instrumentos de curto prazo e em novas emissões. Relativamente aos principais indicadores, a maioria das empresas demonstrou uma forte resiliência, com exceção de alguns setores, como o setor automóvel. Os fluxos de capitais dirigidos a esta classe de ativos mantiveram-se intensos, com os *spreads* a registarem um bom desempenho durante a maior parte do semestre.

Neste contexto, a atividade de *trading* continuou a ter melhor desempenho no segmento de crédito, com um peso crescente das empresas asiáticas nos resultados globais desta área, enquanto os investimentos em movimentos de taxas de juro se revelaram mais difíceis neste ambiente volátil. As operações sobre a curva e as operações de *spread* registaram um desempenho positivo.

Sindicação e Vendas Institucionais

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por um ambiente de extrema volatilidade e pela política tarifária dos EUA. Os *spreads* de crédito alargaram, estreitando posteriormente para os níveis anteriores. Os mercados acionistas registaram pesadas quedas e recuperaram depois todas as perdas. Neste contexto, a atividade de sindicación concentrou-se em empresas ibéricas de renome.

No primeiro semestre de 2025, a equipa de Sindicação/Vendas participou em diversas operações, nomeadamente:

- na emissão de obrigações da Técnicas Reunidas no montante de 93,7 milhões de euros, com vencimento em 2030 e taxa de juro de 5,15%, onde o Banco atuou como *Joint Lead Manager*;
- no reforço da emissão de obrigações da Técnicas Reunidas, com taxa de 5,4% e vencimento em 2028, no montante de 27,7 milhões de euros; e
- na Oferta Pública de Obrigações da Mota Engil, no montante de 95 milhões de euros e vencimento em 2030.

Ao longo do primeiro semestre, a equipa de Vendas expandiu a sua base de clientes institucionais ativos, mantendo uma forte presença na atividade de negociação de títulos, com destaque para a colocação de papel comercial (em formato português ou espanhol) de clientes como a Greenvolt, a Mota Engil, a Técnicas Reunidas, a Visabeira e a CUF.

Perspetivas para o 2º semestre de 2025

O segundo semestre de 2025 continuará a ser marcado pela guerra tarifária em curso e pela incerteza na evolução da economia e da geopolítica a nível global. As taxas de juro deverão permanecer voláteis, devido às consequências pouco claras da política tarifária dos EUA para o crescimento económico e para as previsões da inflação. Esta incerteza levou a uma pausa *hawkish* no ciclo de redução das taxas de juro, tanto na Europa como nos EUA, sendo provável que as futuras medidas de política monetária continuem a depender da evolução dos dados macroeconómicos. A incerteza macroeconómica e o seu futuro impacto nos diferentes setores da economia poderão gerar desafios, nomeadamente no que toca à volatilidade dos *spreads* de crédito.

A equipa de Fixed Income manterá uma abordagem conservadora na gestão da carteira de investimentos, mantendo-se atenta à divulgação de novos dados sobre o mercado e os desenvolvimentos geopolíticos. Na sua atuação, a equipa continuará a reger-se por princípios de base, nomeadamente qualidade do crédito, diversificação e baixa concentração.

No que diz respeito à carteira de *trading*, a equipa irá concentrar-se nas atividades de crédito e *market making* de títulos, com o objetivo de reforçar o retorno para os clientes, e também nas estratégias de taxas de juro, tirando partido da esperada volatilidade do mercado.

Relativamente à atividade de sindicación e vendas, apesar de alguma volatilidade, espera-se que, de um modo geral, o ambiente venha a ser favorável às emissões no mercado primário. No entanto, esta perspetiva poderá ser enfraquecida por uma mudança no comportamento dos investidores, com muitos deles a optarem por participar apenas em emissões de referência. Além disso, uma vez que a atividade se centra essencialmente em clientes empresariais ibéricos, não se prevê uma forte taxa de execução das operações em pipeline até ao final do ano.

Visão Geral e Estratégia

A Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A., subsidiária detida a 100% pelo Haitong Bank, S.A., passou por uma fase de transformação e expansão, iniciada em 2022, com a fusão e integração da Direção de Asset Management do Haitong Bank na sociedade de *private equity* existente. Esta integração estratégica constituiu um marco importante, aumentando significativamente o âmbito e a diversidade da oferta de produtos da Sociedade. A expansão da HGAM permitiu também a introdução de estratégias de investimento inovadoras e o lançamento de novos Fundos, consolidando a sua posição no setor da gestão de ativos e do *private equity*.

A HGAM detém Ativos sob Gestão no valor de 134,2 milhões de euros distribuídos por dois Fundos de *private equity* e vários mandatos e carteiras de ativos. A sua estratégia está focada em alcançar um crescimento sustentável e valor a longo prazo, através de uma combinação de inovação, gestão de riscos e soluções centradas no cliente. Os principais pilares desta estratégia incluem:

- **Soluções Centradas no Cliente:** criação de estratégias de investimento personalizadas visando atingir os objetivos de cada cliente com transparência e sentido de responsabilidade;
- **Produtos Inovadores:** utilização de ferramentas avançadas e de *insights* de mercado para desenvolver investimentos com uma visão de futuro e que proporcionem os resultados esperados;
- **Crescimento Global:** expansão para mercados-chave, estabelecimento de parcerias e reforço das capacidades internacionais para melhor servir os clientes; e
- **Solidez Operacional:** garantia de investimentos seguros e eficientes através de sistemas robustos de governo, gestão de risco e *compliance*.

Tirando partido da sólida experiência do Grupo nos mercados asiáticos e do seu historial comprovado na Europa, a Haitong Global Asset Management combina uma visão global com conhecimentos especializados a nível local. A sociedade gere uma carteira diversificada de mandatos e ativos, procurando maximizar os retornos absolutos, de acordo com o perfil de risco de cada cliente e as orientações específicas de cada mandato.

A HGAM rege-se pelos princípios da Especialização, Flexibilidade e Transparência, que estão na base do seu compromisso com a excelência. A equipa de gestão conta com uma média de 25 anos de experiência em investimentos, o que confere uma vantagem competitiva à sua capacidade de fazer crescer os Ativos sob Gestão. Este vasto conjunto de *expertise* posiciona a Haitong Global Asset Management como um parceiro de confiança para os clientes que procuram soluções de investimento personalizadas e inovadoras.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Asset Management
- ✓ Private Equity

PRODUTO BANCÁRIO ¹

1 M€

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão Junho 2025; informação não estatutária)

Destaques da Atividade

A generalidade dos mercados globais registou ganhos sólidos no primeiro semestre de 2025, embora se tenham verificado oscilações significativas ao longo do período. No início do ano, os investidores rapidamente moderaram as suas expectativas de cortes iminentes nas taxas de juro, num contexto de inflação persistente e de recrudescimento das tensões comerciais, incluindo novas tarifas nos EUA. Ainda assim, os dados económicos robustos - nomeadamente o forte crescimento do emprego e a resiliência do consumo - ajudaram a dissipar os receios de uma recessão e reavivaram a esperança de um *soft landing*. Na Europa, o cenário também melhorou: a inflação abrandou, os salários reais voltaram a crescer e a confiança das empresas recuperou, depois do choque do aumento do custo de vida registado no ano anterior.

O reverso da medalha neste cenário de crescimento contínuo foi a resistência à redução da inflação. Embora as pressões sobre os preços tenham abrandado, mantiveram-se acima da meta em muitas economias, em especial no setor dos serviços. Os bancos centrais, sobretudo no Ocidente, mantiveram uma postura restritiva, com os mercados a ajustarem-se à probabilidade de taxas de juro mais altas durante mais tempo e a menos cortes do que o esperado.

Os ganhos nos mercados acionistas não foram generalizados. As maiores subidas concentraram-se em empresas com maior capitalização, particularmente em ações de empresas de maior crescimento dos EUA. No segundo trimestre de 2025, os índices de crescimento registaram ganhos quase cinco vezes superiores aos dos índices de valor, enquanto os segmentos de menor capitalização tiveram um desempenho débil, com alguns a registarem perdas. Os investidores em obrigações enfrentaram mais um período difícil, com as *yields* dos títulos do tesouro a 10 anos a oscilarem entre 4% e 4,5%, deixando praticamente inalterados ou mesmo em terreno negativo o retorno dos principais títulos de rendimento fixo.

As ações das empresas de IA e dos “Sete Magníficos” gigantes tecnológicos dominaram as manchetes. A NVIDIA subiu cerca de 45%, enquanto outras empresas, como a Microsoft, ajudaram a impulsionar os índices de crescimento para máximos históricos. No entanto, o desempenho no setor da tecnologia foi muito díspar, com algumas empresas de comércio eletrónico e de veículos elétricos a não acompanharem esta tendência.

Neste contexto desafiante, a HGAM adotou uma estratégia equilibrada, aproveitando oportunidades no mercado das obrigações, que oferecem atualmente níveis de rendimento atrativos, e gerindo seletivamente as exposições ao mercado de ações. Os critérios de sustentabilidade continuaram a ser fundamentais para a tomada de decisões, refletindo uma perspetiva de longo prazo e o compromisso de alcançar os objetivos dos investidores em termos de sustentabilidade e retorno.

Em termos de estratégias, as carteiras geridas pela HGAM apresentaram, uma vez mais, bons resultados. Na 11ª edição dos Prémios anuais APFIPP, organizados pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, o White Fleet III – Haitong Flexible Fund foi distinguido, pelo segundo ano consecutivo, com o prémio de Melhor Fundo Flexível OIC. Este reconhecimento evidencia o compromisso contínuo da equipa em fornecer soluções de investimento de elevada qualidade e em gerir eficazmente o risco. O Fundo continua a destacar-se entre os seus pares pelo seu desempenho consistente e sólida diversificação.

Os Ativos sob Gestão da sociedade atingiram 134,2 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025, refletindo a reiterada confiança dos seus investidores. A equipa lançou várias iniciativas com vista ao alargamento da gama de soluções de investimento, nomeadamente:

- Seis Sociedades de Investimento Coletivo (SIC), dedicadas a projetos de promoção imobiliária, maioritariamente residenciais, em diferentes fases de maturidade. O valor agregado destas SIC ascende a cerca de 180 milhões de euros. A documentação relevante relativa a quatro destas seis SIC já foi submetida à entidade reguladora, antecipando-se a submissão das restantes duas no segundo semestre de 2025;
- Fusão transfronteiriça dos White Fleet Funds, sediados no Luxemburgo, em Fundos recém-constituídos domiciliados em Portugal, que deverá ocorrer durante o segundo semestre de 2025, após aprovação regulamentar. Este processo deverá permitir poupanças substanciais ao Fundo e aos seus investidores, bem como assegurar uma melhor proximidade entre estes e a sociedade gestora;
- Um Fundo UCITS baseado em estratégias defensivas destinado a investidores mais conservadores, com submissão às autoridades regulamentares prevista para o segundo semestre de 2025; e,
- Um Fundo de tesouraria, destinado a responder à procura por parte das tesourarias das empresas, cuja submissão às autoridades regulamentares deverá ocorrer no terceiro trimestre de 2025.

A expectativa é de que o lançamento bem-sucedido destes produtos permita aumentar os ativos sob gestão da sociedade em cerca de 220 milhões de euros, dos quais cerca de 17 milhões de euros já foram registados no início de julho.

Estas iniciativas demonstram o esforço contínuo desenvolvido pela HGAM para oferecer soluções de investimento globais adaptadas à evolução das necessidades dos seus investidores.

Os fundos de ações da HGAM enfrentaram mais dificuldades do que inicialmente previsto em resultado de políticas monetárias restritivas e de disparidades no crescimento das várias regiões. No geral, o desempenho das estratégias da HGAM é positivo, apesar de uma situação específica que provocou uma desvalorização limitada num dos fundos:

- **Haitong Private Equity Fund:** constituído com um capital subscrito de até 50 milhões de euros e um mandato de investimento dedicado ao segmento de capital de desenvolvimento/*buyout* na Europa. Durante o semestre, o fundo não realizou investimentos adicionais, nem realizou distribuições ou desinvestimentos, com a HGAM a concentrar-se na gestão da carteira atual do fundo. Durante o semestre, este Fundo registou uma desvalorização de 3,1%;
- **White Fleet Haitong Aggressive Fund (Ações):** Apesar das dificuldades sentidas nos mercados acionistas da Europa, a equipa manteve o Fundo concentrado em empresas de elevada qualidade e com forte potencial de crescimento, reforçando posições nos setores tecnológicos e, em menor escala, no setor dos bens de consumo de luxo. O Fundo registou uma valorização de +4,9%;
- **White Fleet Haitong Flexible Fund (Ações/Obrigações):** este Fundo, distinguido com o prémio de "Melhor Fundo Flexível" pela APFIPP, pela robustez da estratégia de diversificação e a prudência na gestão de risco da HGAM, registou uma valorização semestral de +3,71%.
- **Haitong China Bond Fund:** tem como objetivo investir essencialmente em obrigações de emitentes chineses com *rating investment grade*, denominadas em dólares. O Fundo realizou o primeiro *closing* em 2024 e desde então tem vindo a registar um desempenho atrativo, tendo em conta as características de risco implícitas. Durante o primeiro semestre de 2025, o Fundo apresentou um crescimento de +3,2%;

- **Carbon Blend Note:** baseado em estratégias *quant*, a sua gestão é focada numa estrutura de alocação-alvo de 60/40, com investimento essencialmente em ETFs, potenciando assim o acesso a uma exposição mundial em ações e renda fixa. O retorno alcançado no primeiro semestre de 2025 foi de +5,5%.
- **Carteiras Discricionárias:** durante o primeiro semestre de 2025, as estratégias de gestão discricionária das carteiras Flexível e Agressiva registaram performances de +3,99% e +6,21%, respetivamente (excluindo comissões de desempenho), suportadas por condições favoráveis no mercado acionista.

O enfoque na satisfação do cliente traduziu-se numa série de iniciativas de comunicação e envolvimento, incluindo teleconferências regulares, relatórios de mercado aprofundados e eventos de partilha de conhecimentos. A abordagem da empresa, que tem como lema "o cliente em primeiro lugar", aumenta a transparência e promove uma cultura de confiança mútua. A equipa da HGAM está empenhada em acompanhar as tendências de mercado para garantir que continua a responder de forma eficaz às exigências dos clientes e pretende reforçar ainda mais a sua presença, tanto a nível nacional como internacional, mantendo-se aberta a formar parcerias estratégicas sempre que necessário para aumentar a sua competitividade e crescimento.

Perspetivas para o 2º semestre de 2025

Depois de um primeiro semestre marcado por acontecimentos inesperados e significativa volatilidade, a visibilidade em relação ao segundo semestre mantém-se reduzida. No entanto, as perturbações geopolíticas - em particular as decorrentes da nova administração dos EUA – não deverão provocar o mesmo nível de instabilidade no mercado verificado no início do ano. É expectável que os desequilíbrios orçamentais e o elevado nível das *yields* a longo prazo funcionem como travões naturais a alterações de política mais radicais. Neste contexto, a HGAM vê oportunidades atrativas no mercado das obrigações soberanas, especialmente se os cortes de taxas pela FED acentuarem a inclinação da curva de rendimentos. O crédito de elevada qualidade continua a ser atrativo, sendo suportado por balanços empresariais sólidos. No que respeita às ações, a Europa poderá oferecer algum valor, decorrente de uma potencial expansão orçamental e de reformas estruturais, embora persistam os riscos associados à valorização da moeda e às disputas comerciais.

Na segunda metade de 2025, a HGAM continuará concentrada na execução disciplinada das suas estratégias de *private equity*, com ênfase nos investimentos em imobiliário e em empresas. A aplicação de capital nos projetos em curso continua a ser uma das principais prioridades. Ao mesmo tempo, as novas iniciativas estão a ser cuidadosamente avaliadas à luz da evolução das condições de mercado.

A HGAM prossegue igualmente a expansão gradual da sua plataforma de investimentos alternativos, através de parcerias específicas e estruturas inovadoras, dando sempre prioridade à criação de valor sustentável a longo prazo.

PESSOAS

Recursos Humanos

Visão Geral

Os Colaboradores do Haitong Bank são fulcrais para o seu sucesso e transformação. No primeiro semestre de 2025, o Departamento de Recursos Humanos continuou a promover uma cultura enraizada nos valores fundamentais do Haitong Bank - Transparência, Meritocracia, Perseverança e Integridade -, apoiando, simultaneamente, o Banco num período de mudança estratégica.

A fusão da Haitong Securities com a Guotai Junan Securities foi um dos temas centrais durante este período, uma iniciativa transformadora que tem vindo a moldar transversalmente as prioridades do Banco. A equipa de Recursos Humanos tem desempenhado um papel ativo ao longo desta transição, ao assegurar o alinhamento do quadro de colaboradores, uma comunicação clara e a continuidade operacional.

Em Portugal, o Banco implementou uma alteração na entidade gestora do Fundo de Pensões, na sequência de uma decisão do Conselho de Administração, em 2024. Esta alteração resultou de um processo de revisão destinado a melhorar a gestão do Fundo de Pensões, substituindo a antiga abordagem histórica de grupo por uma solução mais ajustada e otimizada. Todas as formalidades foram concluídas durante o primeiro semestre de 2025, envolvendo uma coordenação estreita entre o *Steering Committee* do Fundo de Pensões e os demais órgãos de aprovação competentes.

Destaques da Atividade

A 30 de junho de 2025, o número total de colaboradores do Banco ascendia a 314, o que corresponde a uma redução de 5,1% face a dezembro de 2024. Esta redução resultou essencialmente de uma reestruturação no Brasil, destinada a alinhar o quadro de colaboradores local com o modelo de negócio na região e com a evolução das necessidades estratégicas.

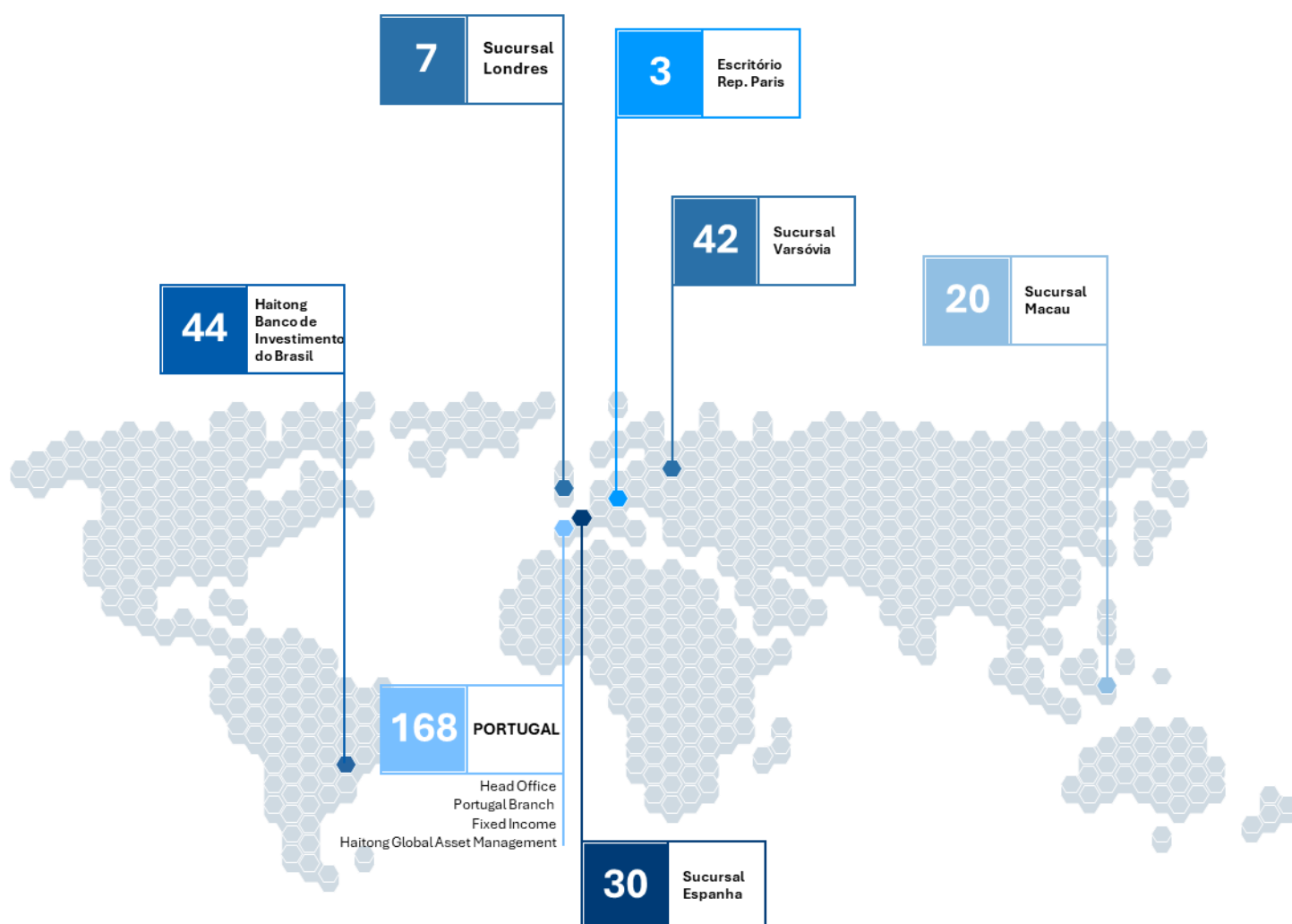
Durante o primeiro semestre de 2025, o Banco continuou a consolidar a estrutura da sua matriz regional. A equipa reorientou os seus esforços para a estabilização da integração do Portugal Branch com as outras regiões, no sentido de assegurar fluxos de negócio consistentes e uma melhor coordenação entre as diferentes geografias e o Head Office do Banco. Esta abordagem reforça a eficiência operacional assim como o alinhamento de todo o Grupo Haitong Bank.

O Banco continuou a investir em talento futuro através do seu dinâmico programa anual de estágios, que cobre todas as geografias. Esta iniciativa tem demonstrado ser extremamente eficaz na atração de jovens profissionais, focando-se na retenção dos estagiários com melhor desempenho e na sua integração em funções de longo prazo no Grupo.

QUADRO DE COLABORADORES

jun 25	314	-5,1%
dez 24	331	

Quadro de Colaboradores por Geografia



Integração dos Valores Corporativos

A integração dos valores corporativos do Haitong Bank é um elemento central das práticas dos Recursos Humanos. Estes princípios orientam todas as ações, decisões e interações, dando forma a uma cultura de trabalho coesa e regida por valores. Refletindo este compromisso, cada um destes valores corporativos está na base de iniciativas específicas dos Recursos Humanos:

Transparência

Para o Haitong Bank, a comunicação aberta e a tomada de decisões éticas são uma prioridade, assegurando que todos os Colaboradores compreendem as suas funções e a sua contribuição para o sucesso do Banco. Um sistema de avaliação de desempenho transparente e de mecanismos de *feedback* promovem a confiança e a clareza a todos os níveis da organização.

Meritocracia

O Haitong Bank está empenhado em recompensar a excelência e o desempenho. O sistema de avaliação do Banco, baseado no mérito, garante que a compensação está diretamente ligada aos resultados individuais e de equipa, promovendo uma cultura de equidade e motivação.

Perseverança

O Haitong Bank incentiva a determinação e a resiliência na superação de desafios. A promoção de um ambiente que promove o espírito de iniciativa e a resolução colaborativa de problemas capacita os colaboradores para contribuírem eficazmente para o sucesso a longo prazo.

Integridade

A defesa dos mais elevados padrões éticos é um elemento fundamental na abordagem dos Recursos Humanos do Banco, que se empenha em fomentar uma cultura em que os colaboradores atuam com honestidade e sentido de responsabilidade, suportados em práticas rigorosas de *compliance* que reforçam o compromisso inabalável do Banco para com a integridade.

Cultura Inclusiva

A diversidade e a inclusão permanecem na linha da frente de todas as iniciativas dos Recursos Humanos. As mulheres representam 39% do quadro de colaboradores do Banco, com uma presença significativa em cargos de liderança sénior. O Conselho de Administração é composto por doze membros, dos quais três são mulheres, e apresenta uma igual percentagem de Administradores Executivos e Não-Executivos. Este equilíbrio na composição do Conselho de Administração evidencia o compromisso do Banco para com a diversidade de género e está alinhado com as orientações do Banco de Portugal e dos reguladores europeus.

Geografia	Idade média	Tempo médio de serviço (anos)	Nº Homens	Nº Mulheres
Portugal	44,0	16,0	97	71
Espanha	45,2	13,7	21	9
Reino Unido	38,9	3,3	3	4
Polónia	43,4	7,9	24	18
Brasil	46,3	11,8	31	13
Macau	34,4	2,3	12	8
França	34,7	1,3	3	0
Indicadores Médios - HB	43,5	12,8	61%	39%

Perspetivas para o 2º semestre de 2025

No segundo semestre do ano, a função de Recursos Humanos do Haitong Bank continuará a apoiar as prioridades em evolução do Banco, e em particular as decorrentes da fusão do seu acionista. Os principais objetivos incluem reforçar o alinhamento dos colaboradores, otimizar a comunicação entre regiões e assegurar que as iniciativas relacionadas com as pessoas se mantêm estreitamente ligadas tanto aos objetivos estratégicos como aos requisitos regulamentares.

O Departamento de Recursos Humanos manter-se-á focado na atração e retenção de talento de elevada qualidade, na promoção da inovação e no apoio ao desenvolvimento dos colaboradores, no âmbito de uma cultura que reflita os valores fundamentais do Banco e fomente a inclusão e a excelência do desempenho.

Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Durante o primeiro semestre de 2025, o Haitong Bank participou em diversas iniciativas de Responsabilidade Social, com destaque para seguintes eventos.

Em Portugal e no âmbito das suas iniciativas de Responsabilidade Social, o Haitong Bank promoveu a reciclagem de cerca de 900 kg de papel, através do serviço de destruição confidencial de documentos, contribuindo para a redução do impacto ambiental e para a promoção de práticas sustentáveis.

Na Polónia, o Haitong Bank apoiou a 9.ª edição do *“Concurso para a melhor tese no domínio da cooperação económica contemporânea da República da Polónia com a República Popular da China”*, organizado pelo Conselho Empresarial Sino-Polaco, com a doação de um prémio ao autor da tese vencedora. Esta iniciativa visa fomentar a investigação académica e o estreitamento das relações económicas entre os dois países.

O Haitong Bank em Macau levou a cabo diversas iniciativas no âmbito da sustentabilidade e da responsabilidade social, das quais se destacam:

- **Reciclagem de Envelopes do Ano Novo Lunar:** participação na campanha “É muito fácil reciclar envelopes vermelhos”, promovida pelo Gabinete para a Proteção Ambiental de Macau, incentivando os colaboradores a depositar envelopes usados para reciclagem, contribuindo para a redução do desperdício de papel.
- **Evento “Light Off”:** adesão à iniciativa global “Hora do Planeta”, com o desligar das luzes não essenciais durante uma hora, reforçando a consciencialização para a conservação de energia e para as alterações climáticas.
- **Reciclagem de Tinteiros de Impressora:** continuação do programa de recolha e reciclagem de tinteiros usados, contribuindo para a redução de resíduos eletrónicos e para a promoção de uma economia circular.
- **Visita de Educação para a Segurança Nacional:** participação dos colaboradores numa visita de educação para a segurança nacional, com o objetivo de reforçar o conhecimento sobre temas de segurança e promover um maior sentido de responsabilidade cívica.

Estas ações refletem o compromisso contínuo do Haitong Bank para com a sustentabilidade ambiental, o envolvimento comunitário e a promoção de valores de cidadania ativa nos mercados onde opera.

RISCO

Gestão de Risco

Governance

O Sistema de Gestão de Risco do Haitong Bank é da responsabilidade final do Conselho de Administração. O Conselho de Administração está devidamente ciente dos tipos de riscos a que o Banco está exposto e dos processos utilizados para identificar, avaliar, monitorizar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres a que o Haitong Bank está sujeito, sendo responsável pelo estabelecimento e manutenção de uma estrutura de gestão de risco apropriada e eficaz.

O esquema abaixo descreve a estrutura de Comitês e Comissões relevantes para a função de gestão de risco no Banco.

Comissão de Riscos

A Comissão de Riscos tem como missão monitorizar, de forma contínua, o desenvolvimento e implementação da estratégia/ apetite de risco do Banco e certificar-se de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo.

Comité de Ativos e Passivos

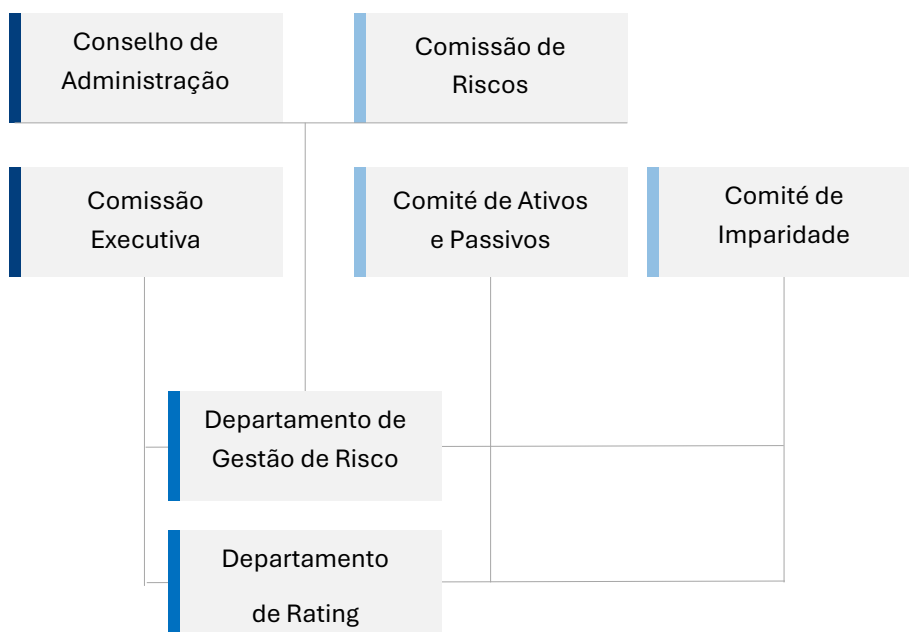
O Comité de Ativos e Passivos (“Assets and Liabilities Committee” ou “ALCO”) tem como missão aconselhar a Comissão Executiva na gestão dos ativos e passivos do Banco, incluindo a supervisão do planeamento de capital, da liquidez/ *funding*, da gestão do risco de ativos e passivos, do *pricing* e da política de investimento, em consonância com a estratégia de negócio e os requisitos regulamentares aplicáveis.

Comité de Imparidade

O Comité de Imparidade do Haitong Bank é responsável por analisar e propor os montantes de imparidade a serem atribuídos aos clientes de crédito sujeitos a análise individual.

Departamento de Gestão de Risco

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.



Departamento de Rating

Conjuntamente com o Departamento de Gestão de Risco, o Departamento de Rating faz parte da Função de Controlo de Risco do Haitong Bank. O Departamento de Rating desempenha um importante papel no apoio ao processo de tomada de decisão da Comissão Executiva, e na avaliação individual de imparidade em sede de Comité de Imparidade.

Apetite de Risco

A estratégia do Haitong Bank visa interligar clientes e oportunidades de negócio através da vasta rede do Banco, aliando a sua experiência de longa data na Europa e na América Latina com a capacidade de originação *cross-border* do Grupo no mercado chinês. O Haitong Bank continuará a apoiar os seus clientes corporativos na Europa e na América Latina, a par da sua crescente base de clientes chineses.

Sendo um Banco com clientes maioritariamente corporativos e institucionais, as principais atividades de negócio desenvolvidas atualmente são DCM, Corporate and Project Financing, M&A, Fixed Income, Corporate Derivatives e Global Asset Management.

O Haitong Bank está ciente de que a sua função de gestão de risco constitui um fator-chave para alcançar os objetivos estratégicos do Grupo. A visão global do risco do Banco é estabelecida em torno dos seguintes três princípios orientadores:

- **Capital:** O Haitong Bank pretende manter reservas de capital prudentes e superiores aos requisitos de capital, tanto internos como regulamentares;
- **Liquidez e Financiamento:** O Haitong Bank como um todo e cada uma das suas subsidiárias individualmente, visam manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio-longo prazo; e
- **Resultados:** O Grupo tem como objetivo gerar resultados recorrentes que garantam a sua sustentabilidade e um nível adequado de retorno para o Acionista.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do devedor ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco. Sendo a categoria de risco mais relevante a que se encontra exposta a atividade do Banco, a sua gestão e controlo são suportados por processos abrangentes de identificação, avaliação, quantificação e reporte do risco.

PRÁTICAS DE GESTÃO

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

Ratings Internos

No Haitong Bank, os *ratings* internos, que medem a probabilidade de *default* a um ano, são atribuídos através de ferramentas internas de *rating* desenvolvidas pela Standard and Poor's ("S&P"). A atribuição de *ratings* internos é realizada por um grupo de analistas experientes integrados nas equipas de Lisboa, Madrid, Varsóvia, Macau, Londres e São Paulo.

Monitorização

As atividades de acompanhamento e de controlo do risco de crédito têm por objetivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e identificar atempadamente situações que indiciem uma deterioração de risco, bem como elaborar estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação do apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, a função de monitorização do risco de crédito e o seu respetivo desenvolvimento é objetivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco.

Processo de Recuperação de Crédito

O Departamento de Special Portfolio Management do Haitong Bank gere os ativos não produtivos (*non-performing exposures*) do Banco, propondo e implementando estratégias de reestruturação e/ou de recuperação de crédito com o objetivo de maximizar os valores de recuperação dos créditos.

Risco ESG

O Banco avalia os impactos climáticos e ambientais na condução da sua atividade creditícia. Assim, o Banco implementou um modelo de *scoring* de risco ESG para identificar clientes com elevado risco ESG. Sempre que um cliente é identificado com risco ESG potencialmente elevado, é necessária e realizada de um *due diligence* adicional, de forma a verificar a existência de medidas para mitigar esse risco, de forma a obter a classificação final de risco ESG. Assim, a avaliação de risco ESG faz parte da documentação que sustenta a decisão de crédito. Adicionalmente, a exposição global dos clientes "High ESG" é regularmente monitorizada e reportada aos órgãos de administração do Banco.

ANÁLISE DO RISCO DE CRÉDITO

Carteira de Crédito

Estrutura da carteira de crédito

Em junho de 2025 a carteira de crédito (bruta de provisões) ascendia a 768 milhões de euros, o que representa um aumento de aproximadamente 44 milhões de euros face a dezembro de 2024.

Carteira de Crédito por Segmentos de Produto e Geografia (milhares de euros)

	junho 2025			dezembro 2024		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
Carteira de Crédito ¹	234 874	533 346	768 220	237 900	486 432	724 332
Specialized Lending	100 959	73 338	174 297	123 550	90 329	213 879
Crédito a empresas	74 393	429 957	504 350	54 632	346 713	401 345
Outros	59 522	30 051	89 573	59 718	49 390	109 108

¹ Bruto de provisões

Carteira de Crédito por Segmento e Setor

	junho 2025				dezembro 2024			
	Specialized Lending	Crédito a empresas	Outros	Total	Specialized Lending	Crédito a empresas	Outros	Total
TOTAL	22,8%	65,6%	11,7%	100,0%	29,4%	55,5%	15,1%	100,0%
Indústria de petróleo e gás	0,0%	14,9%	0,0%	14,9%	1,7%	13,9%	0,0%	15,6%
Energia	6,3%	5,8%	2,2%	14,3%	10,5%	6,1%	2,7%	19,3%
Telecomunicações	0,0%	11,0%	0,0%	11,0%	0,0%	7,9%	4,2%	12,1%
Infraestruturas de transportes	7,9%	2,8%	0,0%	10,7%	9,1%	2,9%	0,0%	12,0%
Imobiliário	7,0%	2,0%	0,5%	9,5%	6,4%	0,0%	0,5%	6,9%
Instituições financeiras não bancárias	0,0%	0,0%	8,2%	8,2%	0,0%	0,0%	5,1%	5,1%
Comércio e Serviços	0,0%	5,0%	0,0%	5,0%	0,0%	5,3%	0,0%	5,3%
Automóveis e peças de automóveis	0,0%	4,9%	0,0%	4,9%	0,0%	4,7%	0,0%	4,7%
Metalúrgica & Mineração	0,0%	4,4%	0,0%	4,4%	0,0%	5,2%	0,0%	5,2%
Alimentação, bebidas e tabaco	0,0%	4,1%	0,0%	4,1%	0,0%	2,3%	0,0%	2,3%
Materiais de construção	0,0%	3,6%	0,0%	3,6%	0,0%	1,7%	2,6%	4,3%
Indústria química	0,0%	2,9%	0,0%	2,9%	0,0%	2,1%	0,0%	2,1%
Bens de consumo e vestuário	0,0%	2,6%	0,0%	2,6%	0,0%	2,7%	0,0%	2,7%
Arrendamento e Locação	1,6%	0,0%	0,0%	1,6%	1,7%	0,0%	0,0%	1,7%
Outros	0,0%	1,1%	0,0%	1,1%	0,0%	2,7%	0,0%	2,7%
Construção e Obras Públicas	0,0%	0,0%	0,8%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Agricultura e Bens alimentares	0,0%	0,5%	0,0%	0,5%	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%

Perfil de Ratings Internos

O Haitong Bank utiliza os sistemas de *rating* internos no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito. O quadro seguinte apresenta a distribuição da carteira de crédito por níveis de *rating* interno.

Perfil de *Rating* da Carteira de Crédito

	junho 2025	dezembro 2024
[aaa+; a-]	9,1%	10,2%
[bbb+; bbb-]	16,0%	11,0%
[bb+; bb-]	52,6%	59,3%
[b+; b-]	22,2%	19,5%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco

Indicadores de Risco

Indicadores de Risco de Crédito (milhares de euros)

	junho 2025	dezembro 2024
Carteira de Crédito	768 220	724 333
Carteira de Crédito Não Produtivo (NPL)	12 490	6 940
Rácio de Crédito não Produtivo	1,6%	1,0%
Imparidade do Crédito Não Produtivo	2 606	1 867
Cobertura de Crédito não Produtivo	20,9%	26,9%
Exposição de risco de crédito bruta	2 597 576	2 480 352
Exposições não produtivas (NPE) ¹	43 494	30 599
Rácio NPE	1,7%	1,2%
Cobertura de Exposições não Produtivas por Imparidades	25,4%	33,8%
Crédito reestruturado ("forborne")	35 011	36 324
das quais exposições produtivas (%)	68,2%	69,7%

¹ O Banco segue o critério definido para exposições não produtivas com base nas Orientações da EBA sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06) de 21 de outubro de 2018, bem como a classificação definida de acordo com a Parte 2 "Instruções respeitantes aos modelos" do Anexo V do Regulamento de Execução (UE) 2018/1627 da Comissão Europeia, de 9 de outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) n. 680/2014, respeitante à avaliação prudente no quadro do relato para fins de supervisão.

O rácio de Non Performing Loans (NPL) aumentou para 1,6% em junho de 2025, em comparação com 1,0% em dezembro de 2024. O aumento decorreu do processo de reestruturação da dívida de um cliente em incumprimento. A exposição foi reclassificada de "Other Assets" para "Loans and Advances to Customers", o que implicou a sua inclusão no rácio NPL. Esta exposição anteriormente apenas tinha impacto no rácio NPE.

O montante de NPE aumentou em 13 milhões de euros de dezembro de 2024 a junho de 2025, principalmente devido à reclassificação para Stage 3 de garantias financeiras (+10 milhões de euros).

Títulos de Rendimento Fixo

Estrutura da Carteira

A carteira de títulos de rendimento fixo em junho de 2025 apresenta um total líquido de 1.840 milhões de euros, representando um aumento de 94 milhões de euros face a dezembro de 2024.

Carteira de Títulos de Rendimento Fixo por Setor (milhares de euros)

	junho 2025	dezembro 2024
Total	1 840 428	1 746 774
Administração pública	1 241 901	1 121 788
Bancos	83 194	78 147
Imobiliário	65 890	87 397
Construção e Obras Públicas	59 030	42 492
Automóveis e peças de automóveis	55 965	57 539
Alimentação, bebidas e tabaco	36 118	25 582
Retalho	31 451	34 845
Instituições financeiras não bancárias	30 867	27 656
Energia	27 854	44 231
Indústria química	26 639	27 256
Transportes	25 091	29 880
Metalúrgica & Mineração	24 737	14 174
Indústria de petróleo e gás	21 890	9 783
Saúde	21 771	21 517
Telecomunicações	21 407	27 985
Infraestruturas de transportes	18 273	19 284
Água e saneamento	12 969	14 304
Alojamento e Turismo	8 463	8 822
Bens de investimento	7 573	13 872
Comércio e Serviços	5 848	8 388
Fundos e Gestores de Ativos	4 060	6 978
Papel e produtos florestais	2 607	2 656
Media e Entretenimento	1 653	1 048
Materiais de construção	1 624	1 914
Holdings de Investimento	1 406	603
Agricultura e Bens alimentares	914	0
Arrendamento e Locação	819	5 464
Tecnologia e equipamento informático	239	622
Corretagem	175	175
Bens de consumo e vestuário	0	5 226
Farmacêuticas	0	7 146

Perfil de Ratings Internos

Em junho de 2025, a carteira de renda fixa do Banco apresentava o seguinte perfil:

Perfil de Rating da Carteira de Títulos de Rendimento Fixo

	junho 2025	dezembro 2024
[aaa; a-]	2,7%	5,8%
[bbb+; bbb-]	20,5%	24,1%
[bb+; bb-]	75,7%	67,6%
[b+; b-]	1,0%	2,5%

As a percentage of non-default rated portfolio

Carteira de Derivados

Estrutura da Carteira

O risco de contraparte subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro e taxa de câmbio, ascendia a aproximadamente 48 milhões de euros em junho de 2025, o que representa uma redução de 2 milhões de euros face a dezembro de 2024.

No que respeita à distribuição setorial, em junho de 2025, 46% da exposição global resultou de transações com contrapartes do setor de infraestruturas de transportes, seguido por 35% em Bancos.

Carteira de Derivados por Setor (milhares de euros)

	junho 2025	dezembro 2024
Total	47 613	49 574
Infraestruturas de transportes	21 704	24 269
Bancos	16 811	13 954
Papel e produtos florestais	4 570	4 944
Agricultura e Bens alimentares	2 543	444
Instituições financeiras não bancárias	901	3 125
Fundos e Gestores de Ativos	701	701
Outros	198	443
Energia	185	436
Corretagem	0	754

Perfil de Ratings Internos

O Banco assume risco de contraparte subjacente à carteira de derivados ao fornecer soluções de cobertura para clientes *corporate* (incluindo contrapartes *Project Finance*). Em junho de 2025, a exposição do Banco a instrumentos derivados encontrava-se essencialmente concentrada em operações de *swap* de taxa de juro.

Perfil de Ratings da Carteira de Derivados

	junho 2025	dezembro 2024
[aaa+;a-]	79,5%	73,2%
[bbb+;bbb-]	3,5%	1,6%
[bb+;bb-]	16,5%	24,3%
[b+;b-]	0,5%	0,9%

As a percentage of non-default rated portfolio

Risco ESG

O Banco avalia os impactos climáticos e ambientais ao conduzir suas atividades de negócio, especialmente nas áreas de *Corporate and Project Financing* e DCM. O Haitong Bank realizou uma avaliação dos riscos climáticos e ambientais emergentes através de uma análise abrangente dos potenciais canais de transmissão entre os fatores de risco climático e ambiental e as principais categorias de risco prudencial assumidas pelo setor bancário no curto, médio e longo prazos, concluindo que o Risco ESG está fortemente relacionado ao risco de crédito.

O Banco avalia os impactos climáticos e ambientais ao conduzir sua atividade de crédito. Nesse sentido, o Banco implementou um modelo de *scoring* de risco ESG para identificar clientes com elevado risco ESG. Sempre que um cliente é identificado com risco ESG potencialmente elevado, é necessária a realização de um *due diligence* adicional, de forma a verificar a existência de medidas para mitigar esse risco, de modo a obter a classificação final de risco ESG, que é incorporada no relatório de *rating*. Dessa forma, o Haitong Bank garante que as considerações de sustentabilidade estejam integradas ao seu *framework* de gestão de risco. Ao incorporar o risco ESG na sua avaliação de crédito, o Banco considera plenamente os riscos de transição e físicos, ao mesmo tempo em que captura as oportunidades de negócio proporcionadas por modelos de negócio viáveis. Adicionalmente, no que se refere ao monitoramento, a exposição global a clientes com “*High ESG*” é regularmente acompanhada e reportada aos órgãos de gestão do Banco.

Risco de Mercado

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas em posições patrimoniais ou extrapatrimoniais resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de ações, taxas de juro, taxas de câmbio e *spreads* de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado na sua carteira de negociação e carteira bancária.

O Haitong Bank tem implementadas políticas, procedimentos e sistemas de gestão do risco de mercado que permitem avaliar e controlar todos os fatores de risco de mercado a que o Banco está exposto.

As tarefas de identificação, monitorização, controlo e reporte do risco de mercado são desenvolvidas pela unidade de Controlo do Risco de Mercado, que trabalha de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas entidades do Grupo, as quais detêm as competências adequadas para avaliar as atividades desenvolvidas e os riscos incorridos por cada uma.

Para que a organização tenha uma imagem clara dos riscos incorridos e do apetite de risco desejado, é utilizado um vasto conjunto de medidas de risco, e respetivos limites, complementado com limites de *stop loss* e de concentração. Estas medidas de risco incluem o *Value at Risk* (VaR) e medidas de sensibilidade a variações em taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, preços de ações e volatilidade.

RISCO DE CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Práticas de Gestão

O Haitong Bank estima as potenciais alterações no valor de mercado das posições na carteira de negociação e posição cambial global, considerando um VaR por simulação histórica, um período de investimento de 10 dias úteis, um período de observação de 1 ano e um nível de confiança de 99%.

Em junho de 2025, o VaR do Haitong Bank, totalizava 8,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,3 milhões de euros quando comparado com dezembro de 2024, maioritariamente à elevada volatilidade do EURBRL durante o primeiro semestre de 2025.

Value at Risk por fator de risco (milhões de euros)

	junho 2025	dezembro 2024
Cambial	8,3	4,1
Taxa de Juro	0,2	0,4
Ações e Mercadorias	0,0	0,0
Spread de Crédito	0,6	0,3
Covariância	-0,6	-0,5
Global VaR	8,5	4,2

RISCOS DA CARTEIRA BANCÁRIA

Os outros riscos da carteira bancária resultam de movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis em exposições *non-trading* que o Banco detém no seu balanço.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco atual ou potencial para o capital e ganhos do Banco decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro que afetam as posições da carteira bancária do Banco.

O Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de IRRBB e avaliar os efeitos das mudanças de mercado no âmbito da sua atividade, e gere o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num horizonte temporal de 1 ano.

Alterações nas taxas de juros podem afetar o valor económico subjacente dos ativos, passivos e instrumentos extrapatrimoniais do Banco, dado que o valor presente dos fluxos de caixa futuros varia aquando da variação das taxas de juro. A alteração nas taxas de juros também afeta as receitas do Banco, aumentando ou diminuindo a sua margem financeira (NII).

Em junho de 2025, o impacto no valor económico da carteira bancária, sob um choque paralelo, mas diferente por moeda, na curva de rendimentos foi estimado em 15,8 milhões de euros. Adicionando o acréscimo de capital próprio para opções automáticas sobre taxas de juro definido no Regulamento Delegado (EU) 2024/857 da Comissão, o impacto final no valor económico é de 16,2 milhões de euros.

Risco de Spread de Crédito

O *spread* de crédito, que representa a capacidade de o emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade, é um dos fatores a considerar na avaliação de ativos e reflete a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro de risco e a taxa de juro referente a um ativo sem risco na mesma moeda e com a mesma maturidade.

Em junho de 2025, o impacto no valor económico da carteira bancária para este risco foi estimado em 14,3 milhões de euros.

O Banco encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras e o risco dos Fundos de Investimento. Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

Risco do Fundo de Pensões

O risco de Fundo de Pensões resulta da possibilidade dos ativos do plano de pensões não serem suficientes para cumprir as responsabilidades do fundo. Neste cenário, o Haitong Bank é obrigado a realizar uma contribuição extraordinária para o fundo de pensões. O Risco do Fundo de Pensões materializar-se-á principalmente em planos de benefício definido, nos quais o Banco deve garantir um adequado nível de financiamento do plano de reformas dos colaboradores, independentemente do desempenho do fundo.

O Risco do Fundo de Pensões está enquadrado na Política de Apetite ao Risco (RAF) do Banco. Neste sentido, o Banco definiu políticas e metodologias que lhe permitem avaliar, monitorizar e reportar do risco, garantindo o alinhamento com a Política de Risco do Grupo. Em junho de 2025, os dois planos de benefícios definidos do Haitong Bank mantêm-se com um nível de financiamento superior a 100%.

Risco Operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impacto negativo nos resultados ou no capital, resultantes de procedimentos internos desadequados ou da sua implementação negligente, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. O risco jurídico inclui-se nesta definição.

Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visam assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco.

As metodologias de gestão em vigor têm por base os princípios e emitidos pelo Comité de Basileia para risco operacional.

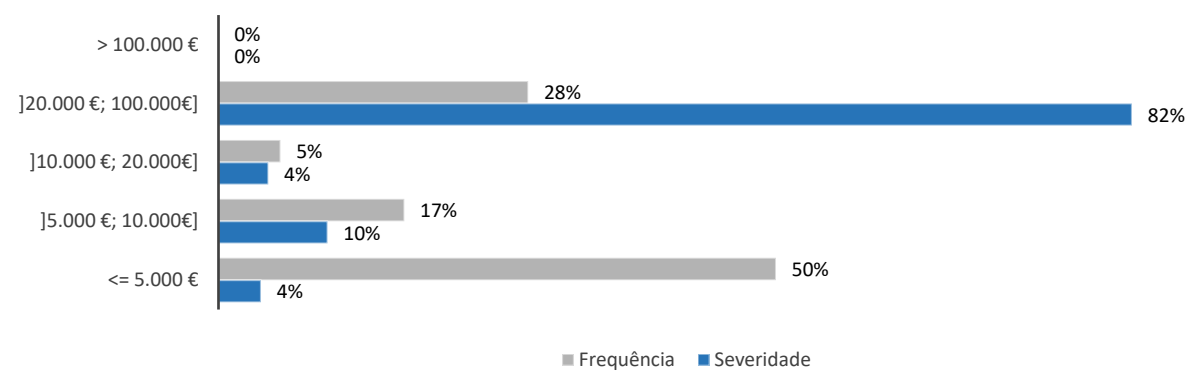
A função de gestão do risco operacional, suportada por uma estrutura exclusivamente dedicada ao acompanhamento deste risco, compreende os seguintes processos:

- Identificação e avaliação dos riscos e controlos através de exercícios de autoavaliação dos processos, riscos e controlos;
- Identificação e avaliação dos riscos operacionais em novos produtos e serviços, nomeadamente no ambiente de IT do Banco, incluindo a necessidade de implementar novos controlos para mitigar os riscos identificados;
- Identificação, análise e reporte de eventos de risco operacional;
- Monitorização do risco através de um conjunto de indicadores de risco selecionados;
- Cálculo dos requisitos de capital de acordo com o Método Padrão.

ANÁLISE DO RISCO OPERACIONAL

Os eventos de risco operacional identificados são reportados de forma a permitir a sua caracterização completa e sistematizada e o controlo das ações de mitigação identificadas. Todos os eventos são classificados de acordo com as categorias de risco definidas pelo Banco de Portugal, por linhas de negócio e tipologias de eventos de Basileia.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por evento de perda

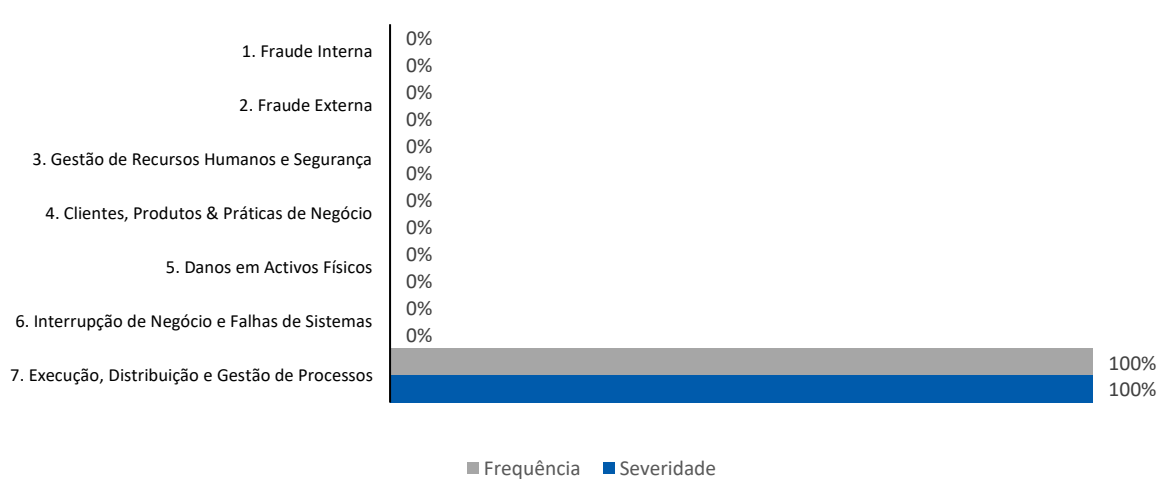


Base de Eventos de Risco Operacional de Junho de 2025

Em junho de 2025, 50% dos eventos de perda registados foram inferiores a 5.000 euros.

Seguindo a caracterização de eventos operacionais definida por Basileia, verificou-se que no primeiro semestre de 2025, todos dos eventos operacionais estavam relacionados com Execução, Distribuição e Gestão de Processos.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por tipo de evento



Base de Eventos de Risco Operacional de Junho de 2025

Risco de TIC e Segurança

O Haitong Bank define o Risco de TIC e Segurança como o risco de perda decorrente de falha de confidencialidade, falha na integridade dos sistemas e dados, inadequação ou indisponibilidade dos sistemas e dados, ou incapacidade de modificar a tecnologia da informação e comunicação (TIC). Este risco inclui ameaças à segurança resultantes de processos internos inadequados ou falhados, bem como de eventos externos, incluindo ataques cibernéticos ou segurança física insuficiente.

O *framework* de risco de TIC e Segurança do Banco é composto por cinco subcategorias de risco, alinhadas com as Diretrizes da EBA. Estas subcategorias são: Risco de Disponibilidade e Continuidade de Negócio de TIC, Risco de Alterações em TIC, Risco de Integridade de Dados em TIC, Risco de Outsourcing e Relacionamento com Terceiros TIC e Risco de Segurança de TIC.

O *framework* de risco de TIC e Segurança é suportado por políticas e metodologias abrangentes para avaliação, monitorização e reporte de riscos, estando integrado no Política de Apetite ao Risco (RAF) do Banco.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco que resulta da incapacidade, atual ou futura, de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em custos excessivos.

Práticas de Gestão

A gestão da liquidez e do financiamento é um elemento-chave na estratégia de negócio do Haitong Bank e constitui, em conjunto com a gestão do capital, um pilar fundamental para assegurar a sua robustez e resiliência.

A gestão de liquidez e a estratégia de financiamento do Haitong Bank são da responsabilidade da Comissão Executiva, que assegura a gestão da liquidez do Banco de forma integrada, incluindo a tesouraria de todas as entidades do Haitong Bank.

Assente num modelo de organização sólido, e no sentido de dotar o Banco de proteção face a cenários adversos, a gestão do risco de liquidez do Haitong Bank tem como objetivo alcançar uma estrutura de financiamento adequada, tanto ao nível da sua composição, como ao nível do seu perfil de maturidades, consistente com os seguintes princípios:

- Assegurar a capacidade de cumprir as obrigações atempadamente e a um custo razoável;
- Cumprir os requisitos regulamentares de liquidez em todas as geografias em que o Banco opera;
- Garantir o total alinhamento com o apetite de risco de liquidez e funding;
- Disponibilizar um buffer de liquidez imediata suficiente para garantir a capacidade de reagir a qualquer evento de stress que possa restringir a capacidade de acesso ao mercado quer em condições normais quer em situações de stress;
- Desenvolver uma base diversificada de investidores e manter o acesso a múltiplas fontes de financiamento, procurando minimizar o custo de financiamento; e
- Desenvolver, de forma contínua, um quadro interno adequado à identificação, medição, contenção, monitorização e mitigação do risco de liquidez.

POSIÇÃO DE LIQUIDEZ

Rácio de Cobertura de Liquidez

O Rácio de Cobertura de Liquidez (LRC) previsto na CRD (Diretiva 2013/36/UE) foi estabelecido para promover a robustez da liquidez de curto-prazo das instituições, medindo a adequabilidade das reservas de ativos líquidos de elevada qualidade (que podem ser facilmente monetizáveis) face às necessidades de liquidez por um período de 30 dias resultantes de um cenário de stress.

Em junho de 2025, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 221%, o que representa uma posição de liquidez de curto prazo resiliente, cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos regulamentares.

Rácio de Cobertura de Liquidez (milhares de euros)

	junho 2025	dezembro 2024
Ativos de Elevada Qualidade	770 361	730 525
Saídas Líquidas a 30 Dias	348 200	345 545
Rácio de Cobertura de Liquidez	221%	211%

Net Stable Funding Ratio

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia aprovou o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) em outubro de 2014, no âmbito da reforma regulamentar de Basileia III. O NSFR foi transposto para a legislação da União Europeia pelo Regulamento 2019/876, tendo entrado em vigor a partir de junho de 2021.

O NSFR é uma medida estrutural que procura promover a estabilidade a mais longo prazo, incentivando os bancos a gerir de forma adequada os desfasamentos de maturidades através do financiamento de ativos de longo prazo com passivos de longo prazo.

Em junho de 2025, o Haitong Bank alcançou um NSFR de 132%, assegurando assim um perfil de financiamento de médio longo prazo adequado.

Rácio de Financiamento Estável Líquido

	junho 2025	dezembro 2024
Rácio de Financiamento Estável Líquido	132%	134%

Gestão de Capital

Ao nível da gestão do capital, o Haitong Bank procura assegurar um nível adequado de solvabilidade e rentabilidade de acordo com os objetivos e políticas de apetite de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo por isso um elemento crítico para a estabilidade e sustentabilidade financeira da instituição.

Práticas de Gestão

As políticas e práticas de gestão do capital são delineadas com vista a cumprir os objetivos estratégicos de negócio e o nível de apetite de risco definido pelo Conselho de Administração. Desta forma, para efeitos da determinação do nível de capital adequado, quer em quantidade, quer em qualidade, o Haitong Bank tem implementado um modelo de gestão de capital que assenta nos seguintes objetivos:

- Promover o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos;
- Cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital; e
- Assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital e apetite de risco.

Complementando a perspetiva regulatória, o Haitong Bank executa periodicamente uma autoavaliação interna de capital baseada no risco (ICAAP) que consiste numa medição prospetiva dos riscos materiais incorridos pelo Haitong Bank (incluindo os não cobertos pelo capital regulamentar do Pilar 1).

Adicionalmente, como parte integrante do seu processo de gestão de capital, o Haitong Bank desenvolve um Plano de Recuperação que estabelece o protocolo de decisão inerente ao processo de gestão de crises e identifica a lista de ações e estratégias pré-definidas para responder a um evento adverso em termos de capital.

RÁCIOS REGULAMENTARES DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

Solvabilidade

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as diretrizes estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD (Diretiva 2013/36/EU). De acordo com este quadro regulamentar, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – Risk Weighted Assets) e pelo grau de alavancagem.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital, fixada em 2,5% a partir de 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). O Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5%, que pode ser imposta pelo supervisor nacional, caso este considere que tal se justifica, devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia nas jurisdições sob a sua supervisão. No dia 30 de junho de 2025, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor total da posição total em risco para contrapartes domésticas. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral, mas o Banco de Portugal determinou já a aplicação de uma reserva contra cíclica de 0,75% a partir de 1 de janeiro de 2026, aplicável a exposições a contrapartes localizadas em Portugal.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal.

A junho de 2025, os rácios de capital do Haitong Bank foram calculados de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD (Diretiva 2013/36/EU) e são apresentados na tabela que se segue.

Rácios de Solvabilidade

	junho 2025	dezembro 2024
Rácios Fundos Próprios Principais de Nível 1	19,1%	19,3%
Rácios Fundos Próprios de Nível 1	23,9%	24,1%
Rácios Fundos Próprios Totais	23,9%	24,2%

A gestão prudente de capital implementada pelo Haitong Bank permite-lhe manter uma sólida posição de capital.

Alavancagem

A regulamentação CRR/CRD introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco como medida complementar. Este rácio de alavancagem compara os fundos próprios de nível 1 com uma medida de exposição e visando evitar o acumular de alavancagem excessiva no setor bancário e definindo um limite adicional de suporte aos requisitos de capital com ponderação de risco, através de uma medida simples e não sensível ao risco.

A junho de 2025, os rácios de alavancagem determinados à luz da metodologia prevista no regime regulatório em vigor, encontram-se na tabela que se segue.

Rácios de Alavancagem

	junho 2025	dezembro 2024
Rácio de alavancagem	11,4%	12,3%

The background of the page is a deep blue color with a series of flowing, wavy lines in a lighter shade of blue, creating a sense of movement and depth. These waves originate from the top and bottom edges and curve across the page. In the bottom right corner, there is a white curved shape that frames the text.

RELATÓRIO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos Resultados Consolidados dos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2025	30.06.2024
Juros e proveitos similares	5	120 883	118 877
Juros e custos similares	5	96 770	99 274
Margem financeira		24 113	19 603
Rendimentos de serviços e comissões	6	6 435	13 794
Encargos de serviços e comissões	6	(655)	(1 707)
Resultados de instrumentos de negociação	7	8 212	(2 519)
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	8	1 408	344
Resultados de desconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	9	3 229	774
Resultados de Contabilidade de cobertura	10	(90)	(83)
Resultados de reavaliação cambial	11	(15 394)	5 213
Resultados de desconhecimento de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	12	2 639	2 576
Outros resultados operacionais	13	2 699	(2 948)
Proveitos operacionais		32 596	35 047
Custos com pessoal	14	18 246	19 342
Gastos gerais administrativos	16	7 256	6 851
Depreciações e amortizações	25 e 26	2 070	2 731
Provisões	31	690	(2 926)
Imparidade em ativos financeiros	31	1 230	540
Custos operacionais		29 492	26 538
Resultado antes de impostos		3 104	8 509
Impostos			
Correntes	32	1 448	2 530
Diferidos	32	538	1 122
		1 986	3 652
Resultado líquido do período		1 118	4 857
Atribuível aos acionistas do Banco	17	1 014	5 092
Atribuível aos interesses que não controlam	35	104	(235)
		1 118	4 857
Resultados por ação básicos (em euros)	17	0,01	0,03
Resultados por ação diluídos (em euros)	17	0,01	0,03

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2025	30.06.2024
Resultado líquido do período			
Atribuível aos acionistas do Banco		1 014	5 092
Atribuível aos interesses que não controlam		104	(235)
		<u>1 118</u>	<u>4 857</u>
Outro rendimento integral do período			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Remensurações de responsabilidades com benefício definido, líquidas de impostos	35	2 068	1 393
		<u>2 068</u>	<u>1 393</u>
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Diferenças de câmbio resultantes de subsidiárias em moeda estrangeira	35	(231)	(10 254)
Alterações no justo valor de instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de impostos	35	(603)	834
		<u>(834)</u>	<u>(9 420)</u>
Total outro rendimento integral do período		<u>1 234</u>	<u>(8 027)</u>
Outro rendimento integral total do período		<u>2 352</u>	<u>(3 170)</u>
Atribuível aos acionistas do Banco		2 081	760
Atribuível aos interesses que não controlam		271	2 410
		<u>2 352</u>	<u>3 170</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Balanço Consolidado em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2025	31.12.2024
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	18	16 485	38 159
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		934 836	811 783
Ativos financeiros detidos para negociação		918 377	794 723
Títulos	19	890 212	770 902
Instrumentos financeiros derivados	20	28 165	23 821
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		16 459	17 060
Títulos	22	16 435	17 037
Crédito a clientes	24	24	23
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	22	396 057	357 444
Ativos financeiros pelo custo amortizado		1 969 935	1 848 526
Títulos	22	553 274	617 566
Aplicações em instituições de crédito	23	656 019	512 202
Crédito a clientes	24	760 642	718 758
Outros ativos tangíveis	25	11 201	11 662
Ativos intangíveis	26	1 029	1 152
Ativos por impostos		119 104	120 647
Ativos por impostos correntes	32	21 696	21 447
Ativos por impostos diferidos	32	97 408	99 200
Outros ativos	27	119 264	113 911
Total de Ativo		3 567 911	3 303 284
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação		133 805	23 948
Títulos	19	96 281	817
Instrumentos financeiros derivados	20	37 524	23 131
Passivos financeiros ao custo amortizado		2 712 440	2 558 131
Recursos de instituições de crédito	28	1 214 373	946 670
Recursos de clientes	29	1 225 504	1 293 048
Responsabilidades representadas por títulos	30	272 563	318 413
Provisões	31	3 791	3 916
Passivos por impostos		14 502	17 122
Passivos por impostos correntes	32	9 115	11 549
Passivos por impostos diferidos	32	5 387	5 573
Outros passivos	33	62 784	61 930
Total de Passivo		2 927 322	2 665 047
Capital Próprio			
Capital	34	871 278	871 278
Prêmios de emissão	34	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	34	105 042	105 042
Reservas de reavaliação	35	(2 684)	(1 875)
Outras reservas e resultados transitados	35	(360 677)	(367 631)
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco		1 014	5 078
Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco		622 769	620 688
Interesses que não controlam	35	17 820	17 549
Total de Capital Próprio		640 589	638 237
Total de Passivo e Capital Próprio		3 567 911	3 303 284

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos períodos findos em 30 de junho de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2024

(milhares de euros)

	Notas	Capital	Prêmios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total de Capital Próprio
Saldo a 01 janeiro 2024		871 278	8 796	105 042	(4 876)	(367 854)	17 262	629 648	22 781	652 429
Outros movimentos registados diretamente no capital próprio:										
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	35	-	-	-	957	-	-	957	(124)	833
Diferenças de câmbio	35	-	-	-	-	(8 202)	-	(8 202)	(2 051)	(10 253)
Remensurações de responsabilidades com benefício definido, líquidas de impostos	35	-	-	-	-	1 393	-	1 393	-	1 393
Resultado líquido do período	35	-	-	-	-	-	5 092	5 092	(235)	4 857
Total do rendimento integral do período		-	-	-	957	(6 809)	5 092	(760)	(2 410)	(3 170)
Aumento de capital	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	-	-	-	17 262	(17 262)	-	-	-
Saldo a 30 junho 2024		871 278	8 796	105 042	(3 919)	(357 401)	5 092	628 888	20 371	649 259
Outros movimentos registados diretamente no capital próprio:										
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	30	-	-	-	2 044	-	-	2 044	(280)	1 764
Diferenças de câmbio	30	-	-	-	-	(6 856)	-	(6 856)	(1 713)	(8 569)
Remensurações de responsabilidades com benefício definido, líquidas de impostos	30	-	-	-	-	(3 374)	-	(3 374)	-	(3 374)
Resultado líquido do período	30	-	-	-	-	-	(14)	(14)	(197)	(211)
Total do rendimento integral do período		-	-	-	2 044	(10 230)	(14)	(8 200)	(2 190)	(10 390)
Dividendos distribuídos a interesses que não controlam	29	-	-	-	-	-	-	-	(632)	(632)
Saldo a 31 dezembro 2024		871 278	8 796	105 042	(1 875)	(367 631)	5 078	620 688	17 549	638 237
Outros movimentos registados diretamente no capital próprio:										
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	35	-	-	-	(809)	-	-	(809)	206	(603)
Diferenças de câmbio	35	-	-	-	-	(192)	-	(192)	(39)	(231)
Remensurações de responsabilidades com benefício definido, líquidas de impostos	35	-	-	-	-	2 068	-	2 068	-	2 068
Resultado líquido do período	35	-	-	-	-	-	1 014	1 014	104	1 118
Total do rendimento integral do período		-	-	-	(809)	1 876	1 014	2 081	271	2 352
Constituição de reservas		-	-	-	-	5 078	(5 078)	-	-	-
Saldo a 30 junho 2025		871 278	8 796	105 042	(2 684)	(360 677)	1 014	622 769	17 820	640 589

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2025	30.06.2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		123 059	137 024
Juros e custos pagos		(92 993)	(99 481)
Serviços e comissões recebidas		6 006	13 544
Serviços e comissões pagas		(655)	(1 707)
Recuperações de operações abatidas ao ativo	13	823	96
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(26 090)	(27 281)
		10 150	22 195
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação		(7 401)	(42 775)
Aplicações em instituições de crédito		(121 364)	19 594
Recursos de instituições de crédito	28	265 360	327 567
Crédito a clientes		(44 083)	(18 767)
Recursos de clientes	29	(78 319)	(90 741)
Outros ativos e passivos operacionais		(2 994)	383
		21 349	217 456
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros			
Impostos sobre os lucros pagos		(4 196)	(2 357)
		17 153	215 099
Compra de Títulos		(324 092)	(221 047)
Venda ou reembolso de Títulos		351 118	317 904
Compra de imobilizações	25 e 26	(1 203)	(1 095)
Venda de imobilizações		40	60
		25 863	95 822
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	30	66 166	5 246
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados	30	(105 957)	(69 228)
Rendas pagas por operações de locação	33	(3 063)	(2 720)
		(42 854)	(66 702)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes			
		162	244 219
Caixa e equivalentes no início do período			
		517 527	570 814
Caixa e equivalentes no fim do período			
		517 689	815 033
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	18	2	3
Disponibilidades em bancos centrais	18	4 929	3 690
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	12 434	14 337
Aplicações em instituições de crédito	23	500 324	797 003
		517 689	815 033

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O **Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank)** é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito, possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde atua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em fevereiro de 1983 por via de um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986, a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objetivo de alargar o âmbito da atividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento através da Portaria n.º 366/92 de 23 de novembro, publicada no Diário da República –II Série – n.º 279, de 3 de dezembro. O início das atividades do Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a refletir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

A 3 de agosto de 2014, na sequência da aplicação de uma medida de resolução pelo Banco de Portugal ao Banco Espírito Santo, S.A., o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em setembro de 2015, a Haitong International Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente, o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Macau e Madrid, assim como através da sua subsidiária no Brasil. Em junho de 2022, o Haitong Bank, S.A. concluiu o processo de abertura de um escritório de representação em Paris.

Em março de 2023, a Sucursal de Londres do Haitong Bank recebeu, da Financial Conduct Authority (FCA), a aprovação da candidatura do Banco ao Regime Regulamentar Total do Reino Unido.

Em janeiro de 2024, o Banco de Portugal informou o Haitong Bank da sua não oposição à alteração do plano de negócios da Sucursal de Macau. Em maio de 2024, a Autoridade Monetária de Macau (AMCM) emitiu uma carta de não oposição ao início da atividade de captação de depósitos na Sucursal de Macau.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pela Haitong International Holdings Limited, com sede em Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong, sendo a Guotai Haitong Securities Co., Ltd. a entidade ao nível máximo de consolidação ("ultimate parent company").

Em setembro de 2024, foi celebrado um acordo entre Guotai Junan Securities Co., Ltd. e Haitong Securities Co., Ltd. relativamente a uma proposta de fusão através de absorção e participação pela troca de títulos. Em março de 2025, a Guotai Junan Securities Co., Ltd. comunicou ao mercado a conclusão do processo de fusão das duas empresas, tendo posteriormente alterando a sua denominação para Guotai Haitong Securities Co, Ltd.

Para efeitos da fusão, foram submetidos pedidos de autorização aos reguladores competentes do Grupo Haitong Bank, incluindo o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o Banco Central do Brasil e a Autoridade Monetária das Ilhas Caimão. A CMVM e a Autoridade Monetária das Ilhas Caimão já aprovaram

a fusão (no caso desta Autoridade Monetária, está sujeito à aprovação do Banco de Portugal e do Banco Central do Brasil), estando ainda pendente a aprovação dos restantes reguladores.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Atividade	% interesse económico (1)	Método de consolidação	Capital Próprio	Ativo	Lucro (prejuízo) do período
Haitong Bank S.A.	1983	-	Portugal	Banca de investimento	100%	Integral	645 355	2 294 747	1 309
Haitong Global Asset Management SGOIC S.A.	1988	2005	Portugal	Gestão de ativos	100%	Integral	29 575	29 789	(48)
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	1973	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral	66 618	1 374 747	(1 204)
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral	8 158	8 160	(445)
Haitong Negócios, SA	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral	32 981	34 438	1 161
Haitong do Brasil DTVM S.A.	2009	2009	Brasil	Gestão de ativos	80%	Integral	7 382	7 748	203
Haitong Securities do Brasil S.A.	1973	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral	18 228	21 279	513

1) Não existem presentemente restrições sobre o controlo de subsidiárias.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal, nº 5/2015), as demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. (Banco, Haitong Bank ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 30 de junho de 2025 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor na União Europeia a 1 de janeiro de 2025. Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são apresentadas em conformidade com o IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os outros ativos financeiros, passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 10 de setembro de 2025. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024 foram aprovadas pelo Acionista único a 30 de abril de 2025.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos e gastos do Haitong Bank e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Haitong Bank).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos exercícios cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando tem o poder de dirigir as atividades relevantes da entidade, e está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são ajustadas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo sobre uma subsidiária que constitua um negócio, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Quando o Grupo deixa de ter controlo, quaisquer interesses remanescentes na entidade são remensurados para o justo valor nessa data, sendo a alteração no valor contabilístico reconhecida em resultados do exercício. O justo valor corresponde ao valor contabilístico inicial, para efeitos da mensuração subsequente do interesse remanescente enquanto associada, empreendimento conjunto ou ativo financeiro. Adicionalmente, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros rendimentos integrais respeitantes a essa entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos e passivos relacionados. Tal poderá implicar que os valores previamente reconhecidos em outros rendimentos integrais sejam reclassificados para resultados do exercício.

Não existem presentemente restrições sobre o controlo de subsidiárias.

Transações com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Haitong Bank.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os rendimentos e gastos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio médias do exercício;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indicam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

2.3. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao custo amortizado ou ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o custo amortizado ou o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados na rubrica de “Resultados de reavaliação cambial”.

2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação; e
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio sob os quais os mesmos são geridos.

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido de acordo com um modelo de negócio cujo objetivo é deter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais (modelo de negócio *hold to collect*), e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados essencialmente instrumentos de dívida, aplicações em instituições de crédito e crédito a clientes.

b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido de acordo com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda (modelo de negócio *hold to collect and sale*); e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de atividades à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32. O Banco não detém instrumentos para os quais aplicou esta opção irrevogável prevista na IAS 32, tendo classificado nesta categoria apenas títulos de dívida.

c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais não sejam apropriados para que sejam classificados nas categorias anteriores e/ou o instrumento não cumpra com os requisitos do teste SPPI.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado” ou de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases. O Grupo não adotou esta opção irrevogável, tendo classificado nesta categoria:

- ativos financeiros na sub-categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - Ativos financeiros detidos para negociação”, quando sejam:
 - i. originados ou adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo;
 - ii. parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existe evidência de ações recentes com o objetivo de obter ganhos no curto prazo; ou
 - iii. instrumentos derivados que não cumpram com a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados – Ativos financeiros detidos para negociação, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos (se remunerarem efetivamente o capital investido) associados a estas carteiras são reconhecidos na rubrica de “resultados de instrumentos de negociação” da demonstração de resultados.

- ativos financeiros na sub-categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados- ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados”, quando sejam:
 - i. instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI); e/ou
 - ii. instrumentos de capital, que não se classifiquem como detidos para negociação.

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados – ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente através de resultados, isto é, variações de justo valor, assim como os dividendos recebidos (se remunerarem efetivamente o capital investido) associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de “Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados.

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, esta não depende das intenções da gestão para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes, pouco significativas, próximas do vencimento do ativo, as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros e/ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortizações antecipada ou extensão da duração), o Grupo determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa e/ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial, todos os instrumentos financeiros são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado pelos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Grupo não tivesse efetuado a transação. Se o Grupo considerar que os mesmos são diretamente atribuíveis à transação os mesmos são especializados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, o Grupo procede à mensuração subsequente dos ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo histórico.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Este preço é estimado pelo Banco de acordo com uma hierarquia condizente com os requisitos a IFRS 13. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como (i) a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, (ii) técnicas de fluxos de caixa descontados e (iii) modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (iv) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros e prémio/desconto são registados em margem financeira, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados; e
- c) As restantes alterações de valor serão reconhecidas como rendimento ou gasto quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado, ou no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos de recuperação.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) As variações no justo valor são registadas diretamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente;
- b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados; e
- c) Os juros e prémio/desconto relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efetiva e registados em margem financeira.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros e o prémio/desconto têm um procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado;
- b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados;
- c) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados na rubrica de “Imparidade em ativos financeiros”;
- d) Os ganhos ou perdas associadas à contabilidade de cobertura são reconhecidos em resultados “Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral”; e
- e) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Com efeito, quando um instrumento de dívida é valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral, os montantes reconhecidos em resultados para o período são os mesmos que seriam reconhecidos a custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adotada pelo Banco, o Banco recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

Somente se o Grupo decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afetados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem da IFRS 9, geralmente as mudanças no modelo de negócio ocorrem com muito pouca frequência.

Política de desreconhecimento

O Banco desreconhece um ativo financeiro nas seguintes situações:

- a) quando transfere esse ativo e, na sequência dessa transferência, todos os riscos e benefícios desse ativo são transferidos para outra entidade;
- b) quando se verifica uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento;
- c) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse ativo.

Ativos abatidos ao ativo (*Write-off*)

O Grupo reconhece um ativo abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registro ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pelo Grupo se revelarem infrutíferas. Os ativos abatidos ao ativo são reconhecidos em contas extrapatrimoniais.

Eventuais recuperações posteriores à passagem do instrumento para *write-off* deverão ser registrados como ganhos extraordinários, com impacto na demonstração de resultados em outros resultados operacionais.

Ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade (POCI) são ativos que apresentam evidências objetivas de imparidade no momento do seu reconhecimento inicial. Um ativo financeiro está em imparidade se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- ativos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação, em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contrato original, o qual apresentava evidências objetivas de imparidade, que tenham resultado no seu desreconhecimento e no reconhecimento de um novo contrato que reflete as perdas de imparidade incorridas;
- ativos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflete as perdas de imparidade incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de imparidade esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efetiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de *cash flows* descontados).

Imparidade de ativos financeiros

O Grupo determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da IFRS 9 têm como objetivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual e coletiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis em cada data de reporte, incluindo ainda informação numa perspetiva prospetiva (*forward looking*).

As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do ativo. O Grupo reconhece as perdas por imparidade em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral contra a reserva de justo valor, pelo que o seu reconhecimento não reduz o valor de balanço dos instrumentos.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não sejam instrumentos de dívida (designadamente, as garantias outros compromissos irrevogáveis) são registadas como uma provisão na rubrica de Provisões no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica de Provisões líquidas de anulações da demonstração de resultados.

Modelo de Imparidade

Nos termos da IFRS 9, o Grupo determina as perdas de crédito esperadas (*expected credit losses*, ou ECL) através de um modelo prospetivo, que considera as perdas de crédito ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na

determinação da ECL são levados em conta fatores macroeconômicos, assim como outras informações prospectivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três *Stages* tendo em consideração a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, conforme segue:

- **Stage 1 – Performing:** ativos financeiros para os quais não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- **Stage 2 – Under Performing:** ativos financeiros para os quais ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- **Stage 3 – Non-Performing:** ativos financeiros para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas de crédito. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O modelo coletivo de imparidade implementado pelo Grupo é aplicável a todos os instrumentos financeiros classificados em *Stage 1*, que não apresentem quaisquer sinais de alerta, e para determinar as perdas mínimas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos contratos no caso de exposições com aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (classificados em *Stage 2*).

Adicionalmente, os vinte maiores devedores empresariais (*corporate*) do Grupo são sujeitos anualmente à análise individual de *staging*, com vista à confirmação de que não apresentam sinais de alerta prévios que possam suscitar a transferência para *Stage 2*.

As exposições em *Stage 2* são analisadas individualmente, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor, os eventos considerados pela CRR (*Capital Requirements Regulation*) na definição de incumprimento e os eventos definidos na IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para *Stage 3*. As exposições para as quais se confirme a sua adequada classificação em *Stage 2* ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento financeiro, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*. Todos os clientes em *Stage 3* estão sujeitos a uma análise de imparidade individual.

No momento do seu reconhecimento inicial, os instrumentos são alocados em *Stage 1*, exceto para instrumentos originados ou adquiridos com evidência objetiva de imparidade (*Purchased or originated credit impaired - "POCI"*), que são alocados no *Stage 3*. Nas datas de reporte subsequentes, é realizada uma avaliação da alteração do risco de crédito durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Um aumento no risco de crédito pode resultar numa transferência de *Stage 1* para *Stage 2* ou *Stage 3*. Enquanto o risco de crédito de um instrumento financeiro for baixo, ou não tiver sofrido um aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial, mantém-se em *Stage 1* com uma perda de crédito esperada a 12 meses. Caso contrário, na eventualidade de se verificar um aumento significativo do risco de crédito face ao momento de reconhecimento inicial, procede-se a uma transferência para *Stage 2* e, consequentemente, ao reconhecimento da perda de crédito esperada durante o período de vida residual do instrumento. A transferência para *Stage 3* ocorre mediante uma evidência objetiva de imparidade.

Quando um instrumento financeiro deixa de ser considerado como tendo evidência objetiva de imparidade (*Stage 3*), é reclassificado para *Stage 2*, após considerado o devido período de quarentena. É assumido que, quando um ativo

financeiro recupera de *Stage 3*, continua a evidenciar um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial e, portanto, deve ser reconhecido em *Stage 2*. A partir dessa data, a imparidade continuará a ser reconhecida com base em perdas de crédito esperadas durante o período de vida residual do instrumento.

Foi estabelecido um período de quarentena para os instrumentos financeiros que deixem de estar classificados em *Stage 3*, o qual está definido como 3 meses desde que o devedor deixa de apresentar incumprimento de crédito material superior a 90 dias, se aplicável, e sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento. No entanto, o período de quarentena para exposições reestruturadas por dificuldades financeiras é mais longo (12 meses). As exposições reestruturadas por dificuldades financeiras devem cumprir um período mínimo de 24 meses para serem reclassificadas para *Stage 1*.

A Nota 39 – Gestão dos Riscos de Atividade revela os inputs do modelo de imparidade coletiva do Grupo, bem como os ajustamentos realizados para incorporação de informação prospetiva.

Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para ativos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contrato, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para ativos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC) ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). Assim sendo, os tipos de ativos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- Crédito a clientes;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Instrumentos de dívida - títulos;
- Outros Ativos - devedores e outras contas a receber;
- Caixa e equivalentes de caixa;
- Garantias prestadas e outros compromissos financeiros perante terceiros.

As perdas de crédito esperadas são estimativas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- Ativos financeiros sem sinais de imparidade na data de reporte (*Stage 1 – Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de *default* que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses);
- Ativos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou com imparidade na data de reporte (*Stage 2 – Under Performing* e *Stage 3 – Non-Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas *lifetime* apuradas mediante cálculo da diferença entre o valor contabilístico bruto e a perda dado o incumprimento, ponderada pela probabilidade de incumprimento no caso das exposições classificadas em *Stage 2*;
- Linhas de crédito não utilizados: o montante de imparidade associado aos compromissos de crédito não utilizados à data de referência é apurado multiplicando pelo fator de conversão de crédito, probabilidade de incumprimento e a perda dado o incumprimento;
- Garantias financeiras: o valor de imparidade é apurado tendo por base a diferença entre o valor atual dos reembolsos e os montantes que o Grupo espera recuperar.

Aumento significativo do risco de crédito

No âmbito da norma IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo de risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Grupo considera toda a informação relevante e que se encontre disponível sem implicar custos ou esforços indevidos.

O Grupo identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de três abordagens: (i) abordagem quantitativa (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente (*warning signals*) e (iii) avaliação de sinais de alerta prévios (*early warning signals*), a fim de detetar eventos e/ou circunstâncias que possam indicar um aumento significativo do risco de crédito (*significant increase in credit risk* ou “SICR”).

Adicionalmente, o Grupo avalia o aumento significativo do risco de crédito através de uma abordagem quantitativa que foi alvo de atualização em 2023. Para este efeito, o Grupo definiu uma matriz de transição baseada numa metodologia interna de *pricing*. Esta abordagem envolve a comparação entre o *rating* do instrumento financeiro à data de reporte vis-à-vis o *rating* na data do reconhecimento inicial, sendo que a deterioração de risco de crédito necessária para uma reclassificação em *Stage 2* variará dependendo da classificação inicialmente atribuída ao instrumento financeiro.

Os sinais de alerta internos utilizados são os seguintes: (i) clientes com crédito vencido (considerando capital, juros, taxas ou outros encargos) há mais de 30 dias; (ii) clientes com crédito em situação de incumprimento na Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco de Portugal; (iii) exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor (sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento); (iv) dívidas à Administração Fiscal, Segurança Social e/ou a empregados, em situação de incumprimento; (v) clientes com sinais de alerta ativados nos últimos três meses; e (vi) outras situações pontuais/excecionais (*ad-hoc*). O Grupo identifica o aumento significativo de risco de crédito nas seguintes circunstâncias: (a) todos os devedores com um dos *triggers* (i), (iii), (v) e (vi) ativados; e (b) devedores com *triggers* (ii) e (iv) ativados simultaneamente.

A avaliação de sinais de alerta prévios inclui a revisão anual em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva das 20 maiores exposições produtivas, com o intuito de confirmar que os clientes mais significativos não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para *Stage 2*. O Comité de Imparidade e a Comissão Executiva são convocados para tomarem uma decisão nos casos de: (i) clientes com pelo menos 3 ou mais *triggers* activos na avaliação de sinais de alerta prévios; (ii) clientes alvo de um downgrade de pelo menos 4 níveis, mas que permanecem com uma categoria de investimento durante o período; (iii) clientes com spread de crédito superior a 30% desde a sua inçãoção.

Adicionalmente, o Grupo implementou o procedimento de preparar trimestralmente para clientes classificados em *Stage 1* um questionário denominado “*Questionário Early Warning Signals*” que visa identificar de forma oportuna indicadores de aumento significativo de risco de crédito e, para clientes classificados em *Stage 1* e 2, o referido questionário permite ainda identificar de forma tempestiva indicadores que possam traduzir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

De acordo com os procedimentos internos definidos pelo Grupo, quando existe um aumento significativo no risco de crédito de um devedor, os instrumentos financeiros são sujeitos a análise individual de imparidade, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para *Stage 3*. As exposições para as quais se confirme a sua adequada classificação em *Stage 2* ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva lifetime, determinando a taxa de imparidade mínima aplicável aos instrumentos financeiros.

Definição de incumprimento

No âmbito da IFRS 9, o Grupo considera os seus ativos financeiros como estando em incumprimento aplicando uma definição semelhante à utilizada para efeitos prudenciais. Assim, o Grupo define incumprimento quando se verifica pelo menos um dos seguintes critérios: 1) exposições com valores materialmente vencidos há mais de 90 dias; 2) reduzida probabilidade de reembolso integral das obrigações de crédito do cliente, sem execução de garantias, independentemente da existência de montantes vencidos; e 3) quando 20% da exposição a um devedor está em incumprimento, a restante exposição é classificada em situação de incumprimento (*pulling effect*).

São considerados os seguintes critérios para identificar a existência de indícios de reduzida probabilidade de pagamento: i) reestruturações urgentes; ii) clientes com crédito abatido ao ativo (capital e juros); iii) venda de obrigação de crédito com perda económica materialmente relevante (superior a 5%); iv) colocação do devedor em situação de falência e/ou processo de insolvência; v) quando os juros deixam de ser reconhecidos na demonstração de resultados do grupo (em todo ou parte); e vi) outras condições (*ad-hoc*) que possam sugerir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de incumprimento adotada pelo Grupo cumpre com o artigo 178º da CRR e segue a definição da Autoridade Bancária Europeia ("EBA") para exposições não produtivas ("NPE"), de acordo com o relatório final sobre a aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07).

Em 30 de junho de 2024, o Grupo equiparou a crédito não produtivo as exposições relativas a montantes a receber relativos a comissões por serviços prestados em atraso há mais de 90 dias, assim como outros ativos relativos a créditos ou títulos de dívida em incumprimento que foram alvo de um processo de recuperação, estando dependentes de forma direta de ações judiciais sobre os devedores originais.

Definição de exposições diferidas

A definição interna de exposições diferidas, i.e., que foram sujeitas a medidas de reestruturação (*forbearance*) por dificuldades financeiras do devedor segue a definição regulamentar. Entende-se por medidas de reestruturação uma concessão acordada entre o Banco e um devedor que se depre ou seja provável que se venha a deparar com dificuldades para respeitar os seus compromissos financeiros. Uma exposição só pode ser tratada como diferida (*forborne*) se o devedor estiver a atravessar dificuldades financeiras que tenham levado o Grupo a fazer algum tipo de concessão.

Uma concessão pode envolver uma perda para o Banco e deve referir-se a uma das seguintes ações:

- i. uma alteração aos termos e condições originais de um contrato que não teria sido aprovada se o devedor não estivesse a ter problemas financeiros que o impossibilitassem de cumprir o serviço da dívida;
- ii. um refinanciamento total ou parcial de um contrato de dívida problemático, que não teria sido concedido se o devedor não estivesse a enfrentar dificuldades financeiras.

Ao conceder medidas de reestruturação a exposições produtivas com aumento significativo do risco de crédito, o Banco avalia se essas medidas podem levar a uma reclassificação dessa exposição para não produtiva, estando essa avaliação sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

- a) caso a diferença entre o valor atual líquido dos fluxos de caixa antes e depois do acordo de reestruturação exceda um determinado limiar (1%), a exposição passa a ser considerada como não produtiva;
- b) caso se apliquem outros indicadores que possam suscitar uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de *forbearance* adotada pelo Grupo segue o artigo 47ºB da CRR, bem como os princípios do Banco Central Europeu e os critérios de referência aplicáveis às exposições diferidas estabelecidos pelo Banco de Portugal ao abrigo da Carta Circular CC/2018/00000062, de novembro de 2018.

2.4.2 Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza derivados financeiros como ferramenta de gestão de riscos financeiros, principalmente para cobrir o risco de taxa de juro. Quando estas operações cumprem determinados requisitos definidos nas IFRS, consideram-se operações de cobertura contabilísticas. Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Neste âmbito, o Grupo aplica as disposições da IFRS 9 em relação à contabilidade de cobertura.

O Grupo realiza uma documentação formal da relação de cobertura que inclui a identificação do instrumento de cobertura e do elemento coberto, a natureza do risco a ser coberto e como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre os requisitos de eficácia da cobertura. Para que se verifique o requisito de eficácia:

- a) deve haver uma relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura;
- b) o risco de crédito da contraparte do elemento coberto ou do instrumento de cobertura não deve ter um efeito dominante sobre as alterações de valor resultantes dessa relação económica; e
- c) o rácio de cobertura da relação de contabilidade de cobertura, entendida como a parte do elemento coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.

Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado de acordo com a respetiva política contabilística é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto.

As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Estas variações são reconhecidas em resultados de contabilidade de cobertura.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios de exigibilidade da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. No que respeita ao ativo ou passivo coberto, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é amortizado por margem financeira pelo período de vida útil remanescente do item coberto. Se o elemento coberto for vendido, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é reconhecido na totalidade em resultados do exercício.

2.4.3 Passivos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado; ou
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

- a) Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados (i) os passivos emitidos com o objetivo de recompra no curto prazo, (ii) os passivos que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou (iii) os passivos que se enquadrem na definição de derivado.

b) Passivos financeiro designados ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação ask-price). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de recompra é registada diretamente em resultados.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transações efetuadas pelo Grupo no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial.

As variações subseqüentes de justo valor destes passivos financeiros são reconhecidas da seguinte forma:

- a variação do justo valor atribuível a alterações do risco de crédito próprio do passivo é reconhecida em outro rendimento integral; e
- o valor remanescente da variação no justo valor é reconhecido diretamente em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Juros e custos similares" com base na taxa de juro efetiva de cada instrumento.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Os passivos que não foram classificados ao justo valor através de resultados são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui Recursos de instituições de crédito, Recursos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis de acordo com a IFRS 9, e subseqüentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e custos similares", com base no método da taxa de juro efetiva.

Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.4.4 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de "Juros e proveitos similares" ou "Juros e custos similares" (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. A taxa efetiva inclui as eventuais comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (cujas comissões referidas são reconhecidas diretamente em resultados).

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no *Stage 1* ou *Stage 2* são apurados aplicando a taxa de juro efetiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respetiva imparidade. Para os ativos financeiros incluídos no *Stage 3*, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospetiva, i.e., para ativos financeiros que entrem em *Stage 3* os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para ativos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI) a taxa de juro efetiva reflete as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do ativo financeiro.

Quanto aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor dos derivados de cobertura de justo valor é reconhecida nas rubricas de rendimentos ou de custos com juros. Sendo que para os restantes derivados a componente de juro decorrente da variação de justo valor não é separada, sendo assim apresentada em resultados de ativos e passivos detidos para negociação.

2.4.5 Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.4.6 Contratos de garantia de performance

As garantias de performance são contratos que resultam na compensação de uma das partes caso a mesma não cumpra a obrigação contratual, comercial ou legal.

Quando a garantia de performance confere ao Grupo direitos contratuais de indemnização para recuperar quaisquer pagamentos efetuados ao titular da garantia por parte do requerente e esses direitos são cobertos por colaterais, são tratadas como um compromisso de empréstimo concedido ao requerente, se o Grupo concluir que não existe nenhum evento com substância comercial que possa fazer com que o Grupo incorra numa perda resultante do acordo de garantia.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Este valor é amortizado linearmente ao longo da vida do contrato.

No final de cada período de reporte, os contratos de garantias de performance são mensurados pelo maior valor entre (i) o seu valor não amortizado no momento de reconhecimento inicial e (ii) o valor da provisão determinada com base nos modelos de perdas de crédito esperadas.

2.5. ATIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA E EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efetiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística aplicável. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.6. INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado com instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declarados.

2.7. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Esta possibilidade legal não pode depender de acontecimentos futuros, devendo ser executável no decurso da atividade do Grupo, ou mesmo em caso de insolvência ou falência do Grupo ou das suas contrapartes.

2.8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo histórico deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo histórico inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que refletem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	4 a 10
Equipamento informático	3 a 6
Instalação de interiores	4 a 10
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro equipamento	2 a 10

As vidas úteis dos outros ativos tangíveis são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de balanço um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada.

2.9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

O Haitong Bank apenas reconhece ativos intangíveis relativos a software. Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

As despesas com o desenvolvimento interno com software, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o Grupo.

SaaS (Software as a Service) são contratos de serviços que proporcionam ao Grupo o direito de acesso a *software* de um fornecedor via soluções *cloud* durante um determinado período.

Os custos incorridos para configurar ou personalizar e as taxas de utilização para obter acesso ao *software* são reconhecidos como despesas operacionais à medida que os serviços prestados.

Caso existam custos incorridos relacionados com o desenvolvimento específico do SaaS (Software as a Service) que melhore, modifique, ou crie capacidades adicionais, e que cumpram com a definição e os critérios previstos na IAS 38 são reconhecidos como um ativo intangível.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.10. CONTRATOS DE LOCAÇÃO (IFRS 16)

Conforme estabelecido na IFRS 16, no início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma prestação. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo avalia se:

- o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este ativo poderá ser explícita ou implicitamente especificado, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o locador detiver um direito de substituição relevante, então o ativo não é identificável;
- o Grupo tem o direito de obter a maioria dos benefícios económicos do uso do ativo durante o período contratado; e
- o Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo. O Grupo tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para que finalidade o ativo é usado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o ativo é usado é predeterminada, o Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo se:
 - o Grupo tem o direito de operar o ativo; ou
 - o Grupo desenhou o ativo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade o mesmo irá ser usado.

Conforme previsto na IFRS 16, o Grupo optou por não aplicar os requisitos desta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha baixo valor (até 5 000 euros). Foi utilizada também a opção de não aplicar esta norma a locações de ativos intangíveis.

Como locatário

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso em Outros Ativos tangíveis e um passivo de locação em Outros passivos na data de início da locação. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos feitos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. As vidas úteis estimadas dos ativos de direito de uso são determinadas na mesma base das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado para remensurações efetuadas ao passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado, na data de início de um contrato, ao valor presente dos pagamentos contratuais estimados. Os pagamentos da locação deverão ser descontados usando a taxa de juro implícita do contrato de locação ou, se essa taxa não puder ser imediatamente determinada, a taxa incremental de financiamento do Grupo. Geralmente, o Grupo usa a taxa incremental de financiamento do Grupo como taxa de desconto.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie;
- pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- valores esperados de serem pagos sob uma garantia de valor residual; e
- o preço de exercício sob uma opção de compra de que o Banco está razoavelmente certo de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver razoável certeza de exercer uma opção de extensão e multas pela rescisão antecipada de um arrendamento a menos que o Banco esteja razoavelmente certo de não terminar mais cedo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente, incrementado pelo custo com juros e diminuído pelos pagamentos das rendas ao locador, sendo reavaliado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de rendas de locação decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Banco do montante esperado a ser pago sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco alterar sua avaliação da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado dessa forma, um ajuste correspondente é feito no valor contábilístico do ativo de direito de uso, ou é registado no resultado se o valor contábilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Locações de ativos de curto prazo e baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de locação de bens que tenham prazo de locação de 12 meses ou menos e locações de ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os custos associados a esses contratos diretamente em resultados em gastos gerais administrativos.

Como locador

Quando o Banco atua como locador, determina, no início do contrato, se se trata de uma locação financeira ou uma locação operacional.

Para classificar cada locação, o Banco avalia globalmente se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se esse for o caso, a locação é uma locação financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera alguns indicadores, tais como se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

Quando o Banco é um locador intermediário, contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. Ele avalia a classificação de locação de uma sublocação com referência ao ativo de direito de uso proveniente da locação principal, e não com referência ao ativo subjacente. Se uma locação principal for uma locação de curto prazo à qual o Banco aplica a isenção descrita acima, ele classificará a sublocação como uma locação operacional.

Se um acordo contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como receita numa base linear durante o período de locação, como parte de "outras receitas". No entanto, quando o Banco se trata de um locador intermediário, as sublocações são classificadas com referência ao ativo subjacente.

O Banco atualmente não realiza operações de *sale and leaseback*.

2.11. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Pensões

Portugal

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subseqüentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na nota 15, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para o Banco, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, estando em curso a transferência para a Golden - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., cuja conclusão esteja prevista para o segundo semestre de 2025.

Em Portugal, existem dois planos de pensões de benefícios definidos. Um plano que decorre do ACT do setor bancário e previsto nas cláusulas 94ª a 103ª do mesmo acordo; e um plano de pensões complementar, que vigorou para os respetivos participantes e beneficiários, até 30 de dezembro de 2020 e que se mantém, a partir desta data, exclusivamente para os respetivos beneficiários e eventuais futuros beneficiários, por morte daqueles. Os planos de pensões de benefícios definidos prevêm o valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição. Em 30 de dezembro de 2020, foi introduzido um novo plano de pensões, em regime de contribuição definida, para o qual transitaram todos os participantes ainda não pensionistas do plano complementar, tanto os que já cessaram o seu vínculo com o Haitong Bank, com direitos adquiridos, como os que se encontram no ativo ao serviço do Banco.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma prevista no ACTV) e que serve de base ao cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos. Caso ocorra uma liquidação ou corte num plano de benefícios definidos, o diferencial entre (i) o valor presente da obrigação de benefícios definidos determinado à data da liquidação e (ii) o montante da liquidação, incluindo o valor de ativos do plano a transferir; é registado em “Custos com pessoal”.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias ou do reembolso de contribuições efetuadas.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, em concreto Espanha, Reino Unido, Polónia e Brasil, o Grupo Haitong Bank suporta planos de pensões de contribuição definida. Nestes casos, as contribuições estão definidas previamente e os benefícios no momento da reforma vão depender do valor das contribuições entregues e dos rendimentos acumulados.

Benefícios de saúde

Portugal

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

O SAMS também se aplica aos familiares dos colaboradores, de acordo com a cláusula 110ª "Beneficiários" do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário ("ACT")

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, o Grupo Haitong Bank suporta planos de assistência médica locais, complementares aos sistemas de segurança social em prática em cada geografia onde opera. Nomeadamente:

- ***França***

O Grupo oferece aos seus colaboradores do Escritório de Paris seguros complementares de saúde e seguros pessoais, nomeadamente através da seguradora Humanis Prévoyance.

A Humanis Prévoyance providencia o reembolso complementar das despesas de saúde sobre a parte que não é reembolsada pela Segurança Social Francesa e ainda indemniza o colaborador beneficiário em caso de acidente.

- ***Espanha***

A Sucursal de Espanha proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através de uma seguradora de saúde denominada ASISA. Esta empresa privada é responsável pela cobertura das despesas médicas em caso de consultas de diagnóstico, tratamentos, internamentos e cirurgias.

- ***Brasil***

O Grupo proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através de um Serviço de Assistência Médica específico. A empresa que dá acesso ao reembolso para tratamento de doenças e preservação da saúde é a operadora Care Plus, líder no segmento de saúde corporativa no Brasil que pertence à Bupa Global, uma das maiores seguradoras de saúde do mundo.

A Care Plus possui rede própria de médicos, além do sistema de reembolso de procedimentos e consultas médicas, bem como acesso a hospitais e laboratórios em todo o território nacional.

- ***Macau***

A Sucursal de Macau proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através do Grupo American International Assurance ("AIA").

A AIA é o maior grupo cotado de seguros de vida na zona Ásia-Pacífico e oferece aos seus beneficiários cobertura médica mundial e seguro de vida de grupo. A AIA possui ainda uma extensa rede de médicos e de clínicas em toda a região, além de um sistema de reembolso online de fácil acesso à disposição dos seus beneficiários.

- ***Reino Unido***

Na Sucursal de Londres, os benefícios de saúde para os colaboradores são obtidos através de um seguro médico privado prestado pela seguradora de saúde Bupa Health UK, a principal empresa de seguros de saúde no Reino Unido

e uma das maiores do mundo. Os colaboradores têm acesso a tratamentos de saúde física e mental, tratamentos em hospitais privados, consultas privadas, acesso a um serviço digital de medicina geral, atendimento ambulatorio e ainda acesso a uma rede de laboratórios em todo o Reino Unido.

- **Polónia**

A Sucursal do Haitong em Varsóvia oferece aos seus colaboradores benefícios de saúde através da Medcover. A Medcover é uma empresa privada que oferece diversos serviços de saúde, incluindo atendimento ambulatorio e especializado e acesso a uma rede de hospitais, laboratórios e pontos de colheita de sangue fornecidos sob duas secções – Serviços de Saúde e Serviços de Diagnóstico. A Medcover também proporciona aos nossos colaboradores os benefícios exigidos no âmbito da medicina do trabalho.

Os colaboradores das geografias são abrangidos por planos de contribuição definida.

Prémio de Carreira

Em Portugal, nos termos do novo ACT, assinado em 5 de julho de 2016, está previsto o pagamento por parte do Grupo de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Grupo, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e custos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício.

O valor das responsabilidades do Grupo com este prémio de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita para as pensões de reforma.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.12. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, bem como sobre os prejuízos fiscais passíveis de reporte para exercícios posteriores, utilizando as taxas de imposto decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem e os prejuízos fiscais sejam consumidos.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem nem o lucro contabilístico nem o fiscal e que não resultem de um reconhecimento simultâneo numa única transação, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

A partir de 1 de janeiro de 2019, o Banco adotou a nova norma interpretativa da IAS 12 - IFRIC 23 – ‘Incerteza sobre o tratamento do Imposto sobre o rendimento’ - e que vem recomendar os requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar na existência de incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento, devendo as contas refletir a melhor estimativa efetuada pela entidade quanto ao desfecho presumível da situação em discussão. Essa estimativa apurada com base no valor esperado ou valor mais provável deve ser registada pela entidade em Ativo ou passivo por imposto sobre o rendimento com base na norma IAS 12 e não pela IAS 37.

O período de utilização dos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excecionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020), assim como o previsto na Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, nos termos do qual é eliminada a limitação temporal para a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação. As alterações ao período de reporte aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso a essa data. Contudo, importa notar que o novo prazo, não é aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificado uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (nomeadamente, em caso de apuramento de resultado líquido negativo).

O Grupo procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

Os trabalhos desenvolvidos ao nível do Quadro Inclusivo da OCDE/G20 relativos ao denominado “Pilar 2” resultaram na adoção das respetivas regras modelo ao nível da UE, com a publicação da Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022 (Diretiva Pilar 2). De forma resumida, este regime pretende assegurar que os lucros de grupos multinacionais com receitas superiores a 750 milhões de euros fiquem sujeitos a um nível mínimo de tributação efetiva não inferior a 15% em todas as jurisdições onde estejam estabelecidos. Essa tributação mínima opera por via de um denominado imposto complementar cujo apuramento e cobrança fica primariamente a cargo da jurisdição onde se encontre a denominada entidade mãe-final (UPE) do grupo multinacional ou de uma sociedade holding intermédia desse grupo, nos casos em que a jurisdição da UPE não adote o regime – regra da inclusão de rendimentos (IIR). Quando este mecanismo não seja aplicável, será ativada a denominada regra dos lucros insuficientemente tributados (UTPR) (UTPR) ao nível das sociedades detidas.

Em Portugal, a Diretiva Pilar 2 foi transposta para a ordem jurídica interna pela Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro, cujo Regime do Imposto Mínimo Global (RIMG) introduziu também um designado imposto complementar nacional qualificado (ICNQ-PT), por via do qual caberá a Portugal a prioridade na arrecadação de eventual imposto

complementar Pilar 2 relativo às entidades aí localizadas. O RIMG encontra-se em vigor a partir do exercício de 2024, com exceção da regra UTPR, que se aplicará a partir de 2025.

A legislação aprovada prevê ainda um conjunto de disposições de salvaguarda, aplicáveis durante os 3 primeiros exercícios (2024 – 2026), que visam minimizar o esforço administrativo dos grupos multinacionais com a aplicação das regras Pilar 2. Nos termos destas disposições de salvaguarda, o imposto complementar Pilar 2 devido em Portugal poderá ser considerado zero, mediante a verificação de pelo menos um de determinados testes baseados na declaração de informação financeira e fiscal (também designada Country-by-Country Report – CbCR) do Grupo.

O Banco, qualifica-se como entidade constituinte pertencente a um Grupo multinacional abrangido pelo regime Pilar 2, cuja UPE é o Guotai Haitong Securities Co.Ltd., sediado em Xangai, China. Na medida em que as entidades a montante na sua cadeia de detenção se encontram localizadas em jurisdições que ainda não aplicam o regime Pilar 2, poderá competir ao Banco o pagamento em Portugal de imposto complementar relativo às jurisdições das suas sucursais e subsidiárias em 2025, por via da IIR, bem como de outras entidades do Grupo a partir de 2025, por via da UTPR. Nesse sentido, o Banco procedeu à análise e estimativa dos impactos da aplicação desta Lei na sua esfera, como referência ao exercício de 2025, tendo em especial consideração a possibilidade de aplicação das disposições de salvaguarda transitórias mencionadas no parágrafo anterior.

É de notar que o Banco aplica a exceção temporária prevista na IAS 12 para o reconhecimento e divulgação de informação sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com impostos sobre o rendimento resultantes do RIMG.

2.13. ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos seguindo o tratamento previsto pela IAS 37.

2.14. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.15. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos quando (ou à medida que) seja satisfeita uma obrigação de desempenho (*performance obligation*) ao transferir um serviço, tendo por base o preço de transação associado a essa obrigação de desempenho, da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de uma determinada obrigação de desempenho, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando cada uma das obrigações de desempenho tiverem sido concluídas;
- Os rendimentos de serviços e comissões relativos a obrigações de desempenho satisfeitas ao longo do tempo são reconhecidos em resultados no decorrer do período a que essas obrigações de desempenho vão sendo concretizadas.

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

2.16. REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter rédito e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.17. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação com risco imaterial de flutuação do justo valor, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e aplicações em instituições de crédito.

Os fluxos provenientes de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e pelo custo amortizado são alocados a atividades de investimento, por sua vez, os fluxos dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados são alocados à atividade operacional.

2.19. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Grupo analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para a emissão. Neste âmbito, podem ser identificados dois tipos de eventos:

- Aqueles que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e,

- ii) Aqueles que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que não sejam considerados eventos ajustáveis, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas na Nota 41 – Eventos Subsequentes.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram efetuadas, tendo em conta a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, considerando o contexto de incerteza na atual conjuntura económica. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidos nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.1 PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E DÍVIDA AO JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O Grupo efetua uma revisão periódica dos ativos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral de forma a avaliar a existência de imparidade conforme referido na Nota 2.4.1..

Análise Individual

O Departamento de Gestão de Risco identifica todas as posições sujeitas à análise individual de staging, abrangendo: i) as vinte maiores exposições corporate; ii) as exposições em que se verificou um aumento significativo do risco de crédito (Stage 2); iii) as exposições em imparidade (Stage 3); iv) clientes alvo de um *downgrade* de pelo menos 4 níveis, mas que permanecem com uma categoria de investimento; v) clientes com spread de crédito superior a 30% desde a sua inceptção, e garantir que as mesmas são alvo de análise pelo Comité de Imparidade e Comissão Executiva. As exposições em Stage 2 são analisadas individualmente, tendo em vista a verificação da inexistência de elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e de eventos considerados pela CRR na definição de *default* e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Stage 3.

A documentação de suporte à análise individual das operações que constam da lista de casos a discutir em Comité de Imparidade e Comissão Executiva inclui: a) informação histórica (exposição por contrato e tipo, taxas de imparidade em vigor, colaterais e respetiva valorização); e b) cenários de recuperação com *cash flows* esperados descontados à data atual, utilizando a taxa de juro efetiva que foi determinada no reconhecimento inicial, para obtenção das perdas esperadas.

Os cenários de recuperação são influenciados por perspectivas futuras, contemplando não apenas um cenário mais expectável (cenário base), como também cenários alternativos (cenários otimistas ou pessimistas). Para cada um dos cenários apresentados, são descritos os moldes em que os mesmos foram preparados, os respetivos pressupostos de evolução assumidos e a sua justificação, tendo por base a atividade da empresa (baseado em demonstrações financeiras históricas, eventos subsequentes e projeções financeiras quando disponíveis), o valor de colaterais (apresentando as respetivas metodologias de avaliação), considerando a possibilidade de venda ou execução dos mesmos. Os cenários de recuperação são ponderados de acordo com a sua probabilidade estimada de ocorrência.

O processo de análise individual é assim sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de cenários ou metodologias alternativos e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Análise Coletiva

A avaliação de imparidade no modelo coletivo baseia-se na avaliação do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados para cada crédito, utilizando parâmetros de risco predefinidos, suportados por informação externa.

Considerando as especificidades das carteiras de crédito do Grupo Haitong Bank, o modelo coletivo é suportado em informação externa para todos os principais parâmetros de risco utilizados. Os principais parâmetros utilizados são: (i) a probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD) (ii) perda dado o incumprimento (*Loss Given Default* – LGD), (iii) a exposição no momento do *default* (*Exposure at Default*), (iv) *Haircut* de colaterais, e (v) fator de conversão de crédito (*Credit Conversion Factor* – CCF) para exposições fora do balanço (*off-balance exposures*).

- A probabilidade de incumprimento (PD) reflete a probabilidade de incumprimento num determinado período. O Grupo leva em consideração as PD disponibilizadas pela Standard & Poor's (S&P). O processo de atribuição de *rating* – e *driver* para aplicação das PDs - é realizado internamente com base na metodologia da S&P, o que garante o alinhamento entre a gestão interna de riscos e o processo de cálculo de imparidade. As PDs divulgadas pela S&P são, pela sua natureza, PDs Through-the-Cycle (TTC). Como tal, e para cumprir os requisitos da IFRS 9, o Grupo procede à conversão das referidas PDs para informação *point-in-time* (PiT) e *forward-looking*. Esta conversão é efetuada de acordo com uma metodologia interna que assenta na correlação das PDs divulgadas pela S&P com variáveis macroeconómicas explicativas selecionadas;
- A Perda dado o incumprimento (LGD) reflete a magnitude da perda no momento do incumprimento. O Grupo aplica LGD com base nas referências (*benchmarks*) da Moody's (taxas de recuperação), dependendo do tipo de devedor (*corporate* ou soberano) e do grau de colateralização (colateralizado ou não);
- A Exposição no momento do Default (EAD) é determinada como o custo amortizado de cada instrumento financeiro tendo por base o método da taxa de juro efetiva;
- O Grupo aplica o *Haircut* de colaterais (*collateral haircut*) baseado nos critérios de elegibilidade e requisitos de capital regulatório (CRR);
- Fator de conversão de crédito (CCF) para posições extra-patrimoniais é baseado na CRR e o CCF aplica-se a todas as garantias e linhas de crédito (exposições fora do balanço).

O Grupo atualizou os *inputs* do modelo de imparidade coletiva em 2024 no que se refere à incorporação de informação prospetiva, conforme informação apresentada na Nota 39 – Gestão dos Riscos de Atividade.

3.2 IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

O histórico de prejuízos nos últimos anos justifica o exercício de uma avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos, tendo presente, porém, que, tais resultados encontram-se significativamente afetados por situações extraordinárias (p.e. custos de reestruturação) que não se espera que venham a ocorrer em exercícios futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos Ativos por Impostos Diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Grupo com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros, determinadas a partir de um plano de negócios considerado razoável.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da atividade do Grupo e à perspetiva de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, nomeadamente, a análise de diversos cenários atendendo à incerteza sobre o tratamento fiscal de um conjunto de realidades do Grupo.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo com impacto nas demonstrações financeiras.

O Grupo cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

3.3 PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxa de desconto das responsabilidades, tábuas de mortalidade, taxas de crescimento salarial e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Para efeitos de justo valor das obrigações e instrumentos de capital, é privilegiada a utilização da sua cotação, nomeadamente o preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência dessa cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa futuros descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de

avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte, podendo requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Relativamente aos passivos financeiros, o Grupo aplica a mesma hierarquia de valorização, mas considerando o *ask-price*.

Em relação aos derivados, são considerados fatores de risco de mercado (ex. curvas de taxa de juro e taxas de câmbio) que alimentam os modelos de avaliação implementados para cada derivado. Adicionalmente, é calculado o CVA para o qual são utilizados, entre outros, LGD, PD e Rácio do Colateral.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia resultar em valorizações diferentes daquelas reportadas.

3.5 CLASSIFICAÇÃO DE CONTRATOS DE GARANTIA DE PERFORMANCE

O Grupo analisou os contratos de garantia de performance emitidos para avaliar se os mesmos cumpriram a definição de contratos de seguro no âmbito da IFRS 17.

O Grupo concluiu que os seus contratos de garantia de performance expõem o Banco unicamente ao risco de crédito do requerente porque (i) todos os contratos exigem que os clientes que solicitam este tipo de contrato garantam totalmente as suas obrigações de indemnizar o Grupo como emitente e (ii) não existem cenários com substância comercial em que o Banco teria de pagar montantes adicionais significativos aos titulares de tais garantias.

Assim, o Grupo contabiliza estes contratos como compromissos de empréstimo de acordo com a IFRS 9. O valor bruto das garantias de performance emitidas e contabilizadas como compromissos de empréstimo nas rubricas extrapatrimoniais ascende a 71 927 milhares de euros a 30 de junho de 2025 (31 de dezembro de 2024: 81 134 milhares de euros) (ver Nota 36) e o valor contabilístico do passivo relacionado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas é de 41 milhares de euros a 30 de junho de 2025 (31 de dezembro de 2024: 54 milhares de euros). A receita com comissões reconhecida para estas garantias de performance foi de 10 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 129 milhares de euros) para o período terminado em 30 de junho de 2025.

3.6 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferido tendo por base a perspetiva do Conselho de Administração suportada com a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais (jurisprudência), os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

3.7 PRAZO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

O Grupo aplica julgamento para determinar o prazo de locação de alguns contratos, nos quais se encontra na posição de locatário, e que incluem opções de renovação e rescisão contratuais. O Grupo determina o prazo da locação como o prazo não cancelável da locação, juntamente com quaisquer períodos cobertos por uma opção de renovação se for razoavelmente certo que seja exercida, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção de rescisão, se for razoavelmente certo que não seja exercida.

Esta avaliação tem impacto no prazo de locação, que poderá afetar significativamente o montante dos passivos da locação e dos ativos sob direito de uso reconhecidos.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

4.1 DESCRIÇÃO DOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Fusões e Aquisições

A Direção de Fusões e Aquisições presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

Mercado de Capitais

A Direção de Mercado de Capitais abrange as atividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida e *equity* direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, empresas públicas e entidades estatais.

A área de Debt Capital Markets inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões *cross-border*, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, obrigações ligadas ao tema ESG, *project bonds*, programas de papel comercial e gestão de passivo.

A área de Equity Capital Markets é desenvolvida com base nas oportunidades que vão surgindo, pressupondo uma análise caso a caso, e abrange maioritariamente aumentos de capital, ofertas públicas de aquisição, instrumentos de capital e admissões à negociação (ou saídas de Bolsa) de clientes corporativos.

Corporate Derivatives

A Área de Corporate Derivatives do Haitong Bank cobre várias classes de ativos, nomeadamente taxas de juro, FX e *commodities*, e apoia as empresas na imunização do seu balanço contra variáveis financeiras que possam afetar adversamente os seus resultados, permitindo-lhes focar-se no seu negócio e fazer o *lock-in* da margem nos seus produtos. Neste sentido, as empresas conseguem otimizar a sua estratégia de *hedging* contra a subida das taxas de juro e contra as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos, e ainda otimizar a fixação do preço de custo/venda de matérias-primas.

Fixed Income

Composta por equipas especializadas em *Trading*, Sindicação e Distribuição, a Direção de Fixed Income oferece serviços de *market-making* para títulos de dívida corporativa e soberana, capacidade de distribuição internacional e multiproduto, capacidade de sindicância para diferentes produtos de dívida e produção de produtos estruturados para clientes institucionais. A presença em várias geografias e a combinação da sua capacidade de originação e distribuição estimulam a identificação de novas oportunidades de negócio e promovem a atividade *cross-border*.

A Direção de Fixed Income é também responsável pela gestão das carteiras de Investimento e de *trading* do Haitong Bank, de acordo com as políticas de investimento e limites pré-definidos pela Comissão Executiva.

Para além do referido anteriormente, a Direção de Fixed Income no Brasil tem como missão a gestão dos diversos fatores de risco aos quais o Banco está exposto localmente, tais como: taxas de juro fixas, inflação, FX e *equities*, bem como os que são originados através da carteira proprietária e estratégica da mesa de operações do Banco (carteira de negociação e carteira bancária), seguindo as diretrizes internas e de acordo com as políticas de investimento aprovadas pela Comissão Executiva e Conselho de Administração do Haitong Brasil.

Corporate and Project Financing

A Direção de Corporate and Project Financing tem como objetivo desenvolver soluções de financiamento para os seus Clientes, nomeadamente nas áreas de *acquisition/leverage finance*, *project finance*, ou financiamentos corporativos e imobiliários, bem como prestar serviços de assessoria financeira e de estruturação e *arranging* a operações de financiamento.

Corporate Solutions / Client Coverage

O objetivo da Direção de Corporate Solutions / Client Coverage é estabelecer relacionamentos com clientes em vários setores, identificar oportunidades de negócios e atrair negócios para as áreas de produto do Banco.

Esta unidade também monitoriza oportunidades *cross-border* com o objetivo de garantir uma ligação comercial entre as várias regiões geográficas do Grupo.

Tesouraria

A Direção de Tesouraria tem como objetivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de *funding* atuais e futuras do Banco e do Grupo, bem como manter e gerir um nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direção de Tesouraria é também responsável pela gestão da carteira própria de HQLA do Banco.

Global Asset Management

O segmento de Private Equity, desenvolvido pela subsidiária Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A., tem por objetivo apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

Centro Corporativo

O Centro Corporativo não corresponde a uma área de negócio; trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, bem como a áreas tais como Compliance, CEO Office, Departamento Financeiro, entre outras.

Special Portfolio Management

O objetivo da área de Special Portfolio Management (SPM) consiste em gerir todas as exposições do Banco classificadas como não-produtivas, de acordo com os critérios do IFRS9.

A área de SPM gere também todas as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido apenas como agente, no caso de as operações estarem em situação de incumprimento ou serem classificadas como não-produtivas.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS8, não são de individualização obrigatória.

4.2. CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DA ATIVIDADE E RESULTADOS AOS SEGMENTOS

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS 8.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do Haitong Bank dedicadas ao Segmento

A atividade do Haitong Bank abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objeto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos ativos neles originados; (ii) da imputação dos custos diretos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indiretos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em 7 parâmetros específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado. O preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito). As restantes operações são alocadas aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*).

Juros ativos e passivos

Sendo a atividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus ativos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a atividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da atividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Resultados de serviços e comissões

De acordo com a política definida pelo Grupo, o resultado com a prestação de serviços e comissões é reconhecido no momento da entrega do serviço aos seus clientes.

Investimentos consolidados ao método do capital

Os investimentos em associadas que são consolidados pelo método da equivalência patrimonial são incluídos no segmento designado por "Outros", para as associadas do Haitong Bank. Relativamente aos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo, essas entidades são alocadas aos segmentos a que dizem respeito.

Ativos não correntes

O segmento Centro Corporativo é composto por ativos não correntes que, tal como previsto na IFRS 8, incluem Outros ativos tangíveis, Ativos intangíveis e imóveis recebidos em dação de pagamento que ainda não se enquadram na classificação de Ativos não correntes detidos para venda.

Ativos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afeta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os ativos por impostos diferidos estão afetos ao segmento Centro corporativo.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Macau e Polónia e as subsidiárias que constam no perímetro de consolidação, sendo a alocação efetuada pelo país da Sede (ver Nota 1).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respetivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

(milhares de euros)

Período de 6 meses findo em: 30.06.2025												
	Corporate and Project Financing	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	Derivados Empresas	Fixed Income	Asset Management	Tesouraria	Client Coverage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	9 022	(1)	(16)	(17)	583	8 137	415	5 360	(6)	636	-	24 113
Serviço a Clientes	2 126	18	1 383	2 194	(43)	257	151	(88)	124	(260)	-	5 862
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	11 148	17	1 367	2 177	540	8 394	566	5 272	118	376	-	29 975
Resultados Op Financeiras e diversos	562	716	65	(20)	3 601	850	60	(1 162)	-	1 152	(1)	5 823
Custos Deduzindo Produto Bancário	(80)	-	(9)	(8)	(49)	(442)	(20)	(121)	-	(2 474)	-	(3 203)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	(602)	7	-	-	(33)	83	2	(198)	-	742	-	1
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	11 028	740	1 423	2 149	4 059	8 885	608	3 791	118	(204)	(1)	32 596
Custos operacionais	1 631	488	1 486	1 456	716	2 398	679	879	455	17 384	-	27 572
Custos com pessoal	1 361	277	1 114	1 135	391	1 329	413	367	373	11 486	-	18 246
Gastos gerais administrativos	186	190	262	215	290	952	256	485	47	4 372	1	7 256
Depreciações e Amortizações	84	21	110	106	35	117	10	27	35	1 526	(1)	2 070
Resultado Bruto	9 397	252	(63)	693	3 343	6 487	(71)	2 912	(337)	(17 588)	(1)	5 024
Imparidade e Provisões	(1 611)	1 356	(159)	47	(804)	(284)	-	(169)	(1)	(295)	-	(1 920)
Imparidade de crédito	(1 324)	110	-	-	(804)	-	-	80	-	(23)	-	(1 961)
Imparidade de títulos	83	-	-	-	-	(281)	-	(246)	-	-	-	(444)
Provisões líquidas e outras imparidades	(370)	1 246	(159)	47	-	(3)	-	(3)	(1)	(272)	-	485
Resultado antes de impostos	7 786	1 608	(222)	740	2 539	6 203	(71)	2 743	(338)	(17 883)	(1)	3 104
Impostos	-	-	-	-	-	-	(741)	-	-	-	2 727	1 986
Resultado líquido do período	7 786	1 608	(222)	740	2 539	6 203	670	2 743	(338)	(17 883)	(2 728)	1 118
Atribuível aos interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104	104
Atribuível aos acionistas do Banco	7 786	1 608	(222)	740	2 539	6 203	670	2 743	(338)	(17 883)	(2 832)	1 014

Nota: Não existe anulação interna entre segmentos

Período de 6 meses findo em: 30.06.2024													
	Corporate and Project Financing	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	Corporate Derivatives	Fixed Income	Equities	Private Equity	Tesouraria	Client Coverage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	8 767	8	(23)	(3)	(2)	1 987	35	-	7 220	(9)	1 526	97	19 603
Serviço a Clientes	2 456	20	576	10 007	(38)	231	3	177	(606)	3	(740)	185	12 274
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	11 223	28	553	10 004	(40)	2 218	38	177	6 614	(6)	786	282	31 877
Resultados Op Financeiras e diversos	221	182	52	-	413	5 794	-	24	1 705	-	(1 802)	-	6 589
Custos Deduzindo Produto Bancário	(126)	-	(11)	(5)	(27)	(232)	-	(14)	(238)	-	(2 761)	(4)	(3 418)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	209	(209)	-	-	223	641	-	(97)	(873)	-	6	99	(1)
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	11 527	1	594	9 999	569	8 421	38	90	7 208	(6)	(3 771)	377	35 047
Custos operacionais	1 676	381	2 282	1 332	775	2 255	(1)	621	590	783	17 994	236	28 924
Custos com pessoal	1 315	291	1 632	1 065	430	1 131	(1)	498	284	644	11 933	120	19 342
Gastos gerais administrativos	280	66	510	221	302	1 036	-	113	279	82	3 846	116	6 851
Depreciações e Amortizações	81	24	140	46	43	88	-	10	27	57	2 215	-	2 731
Resultado Bruto	9 851	(380)	(1 688)	8 667	(206)	6 166	39	(531)	6 618	(789)	(21 765)	141	6 123
Imparidade e Provisões	1 342	151	83	(1 242)	-	(681)	-	(8)	70	-	2 672	(1)	2 386
Imparidade de crédito	591	(67)	-	-	-	-	-	-	-	-	(70)	-	454
Imparidade de títulos	239	-	-	-	-	(127)	-	-	61	-	13	-	186
Provisões líquidas e outras imparidades	512	218	83	(1 242)	-	(554)	-	(8)	9	-	2 729	(1)	1 746
Resultado antes de impostos	11 193	(229)	(1 605)	7 425	(206)	5 485	39	(539)	6 688	(789)	(19 093)	140	8 509
Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 652	3 652
Resultado líquido do período	11 193	(229)	(1 605)	7 425	(206)	5 485	39	(539)	6 688	(789)	(19 093)	(3 512)	4 857
Atribuível aos interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(235)	(235)
Atribuível aos acionistas do Banco	11 193	(229)	(1 605)	7 425	(206)	5 485	39	(539)	6 688	(789)	(19 093)	(3 277)	5 092

Nota: Não existe anulação interna entre segmentos

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras dessas unidades com os respetivos ajustamentos de consolidação e eliminações.

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	30.06.2025				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido*	1 122	(969)	580	281	1 014
Ativo líquido	1 458 784	683 462	1 397 876	27 789	3 567 911
Investimentos em ativos					
tangíveis	71	215	861	2	1 149
intangíveis	17	20	17	-	54

*Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco

(milhares de euros)

	31.12.2024				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido*	(3 383)	3 236	(1 408)	6 633	5 078
Ativo líquido	1 534 374	648 480	1 090 372	30 058	3 303 284
Investimentos em ativos					
tangíveis	1 033	282	213	2 474	4 002
intangíveis	464	138	267	-	869

*Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:					
	30.06.2025			30.06.2024		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	26 829	-	26 829	28 813	-	28 813
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	12 245	-	12 245	17 136	-	17 136
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10 803	-	10 803	9 658	-	9 658
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	52 802	52 802	-	45 716	45 716
Juros de títulos de dívida ao custo amortizado	17 683	-	17 683	16 918	-	16 918
Outros juros e proveitos similares	521	-	521	636	-	636
	68 081	52 802	120 883	73 161	45 716	118 877
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	52 883	-	52 883	48 566	-	48 566
Juros de responsabilidades representadas por títulos	12 125	-	12 125	22 905	-	22 905
Juros de recursos de clientes	31 325	-	31 325	25 644	-	25 644
Juros de locações	338	-	338	303	-	303
Outros juros e custos similares	99	-	99	1 856	-	1 856
	96 770	-	96 770	99 274	-	99 274
Total	(28 689)	52 802	24 113	(26 113)	45 716	19 603

Em 30 de junho de 2025, a rubrica de juros e proveitos similares inclui 887 milhares de euros e 1 534 milhares de euros relativos a contratos marcados como *Stage 2* e como *Stage 3*, respetivamente (30 de junho de 2024: 918 milhares de euros 769 milhares de euros, respetivamente).

A 30 de junho de 2025 não se encontram registados quais quer gastos associados às operações TLTRO, terminadas em 2024 (a 30 de junho de 2024 correspondia a um custo de 219 milhares de euros).

Para cada tranche TLTRO III, está a ser feita a periodificação da taxa de juro efetiva. Esta taxa juro considera as taxas de juro aplicáveis a cada operação no período decorrido, de acordo com a estimativa do Banco quanto ao cumprimento das metas de variação do volume de crédito elegível definidas pelo BCE.

A rubrica juros de locações refere-se ao gasto de juros relativo aos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16.

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos a 30 de junho de 2025 e 2024, bem como os respetivos saldos médios e os juros do exercício encontra-se apresentado na Nota 39.

NOTA 6 – RENDIMENTOS E ENCARGOS SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	30.06.2025	30.06.2024
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	3 262	2 707
Por garantias prestadas	579	750
Por operações realizadas com títulos	2 594	10 337
	6 435	13 794
Encargos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	69	56
Por operações realizadas com títulos	443	1 532
Por garantias recebidas	143	106
Outros custos com serviços e comissões	-	13
	655	1 707
Total	5 780	12 087

Em 30 de junho de 2025, o rendimento de serviços e comissões inclui um montante de (112) milhares de euros (30 de junho de 2024: 339 milhares de euros) realizado com partes relacionadas com o Grupo Haitong (Nota 37).

A 30 de junho de 2025 e 2024, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por área geográfica:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2025	30.06.2024
Rendimentos de serviços e comissões		
Polónia	2 117	373
Portugal	1 871	2 474
China	698	6 613
Brasil	449	490
Espanha	406	441
Luxemburgo	257	511
Reino Unido	239	626
Índia	136	-
Irlanda	118	133
Laos	105	-
Outros	39	2 133
Total	6 435	13 794

NOTA 7 - RESULTADOS DE INSTRUMENTOS DE NEGOCIAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2025	30.06.2024
Ativos e passivos de negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	62 494	(16 372)
De outros emissores	338	378
Ações	206	246
	63 038	(15 748)
Instrumentos financeiros derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	9 800	(410)
Contratos sobre taxas de juro	(61 067)	13 950
Contratos sobre acções/índices	(400)	(332)
Contratos sobre créditos	-	1
Outros	(3 159)	20
	(54 826)	13 229
Total	8 212	(2 519)

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados nas Notas 19 e 20.

NOTA 8 - RESULTADOS DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2025	30.06.2024
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos		
Crédito a clientes	1	-
Ações	338	345
Outros títulos de rendimento variável	1 057	(1)
	1 396	344
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	12	-
	12	-
Total	1 408	344

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22.

NOTA 9 - RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2025	30.06.2024
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	3 229	774
Total	3 229	774

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22.

NOTA 10 - RESULTADOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Notas	Período de 6 meses findo em:	
		30.06.2025	30.06.2024
Resultados de Contabilidade de cobertura			
Derivados de cobertura	21	(1 037)	624
Elementos cobertos	22	947	(707)
Total		(90)	(83)

O Grupo realiza coberturas contabilísticas utilizando essencialmente futuros de taxa de juro. Encontram-se registadas nesta rubrica as variações de justo valor dos derivados designados para cobertura bem como a respetiva variação do risco coberto dos instrumentos de dívida designados para cobertura.

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados nas Notas 21 e 22.

NOTA 11 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2025	30.06.2024
Reavaliação Cambial	(15 394)	5 213
Total	(15 394)	5 213

Em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024 esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.. A exposição dos ativos e passivos, por moeda, é apresentada na Nota 39.

NOTA 12 – RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A 30 de junho de 2025 e de 2024, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2025	30.06.2024
Ganhos/Perdas em Investimentos ao Custo Amortizado	2 639	2 576
Total	2 639	2 576

Em 2025, o Banco procedeu à venda de títulos, no valor global de 103 650 milhares de euros (79 786 milhares de euros em junho de 2024). Estas transações geraram um resultado de 2 639 milhares euros de mais valias da venda de obrigações (2 576 milhares de euros em junho de 2024).

As vendas efetuadas enquadram-se no modelo de negócio de Hold to Collect, e cumprem os limites estipulados pelo Grupo para efeitos de cumprimento do regulamentado na IFRS9, nomeadamente em relação a transações (i) infrequentes ou pouco significativas ou (ii) motivadas por aumento significativo do risco de crédito dos ativos financeiros.

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22.

NOTA 13 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2025	30.06.2024
Outros serviços de clientes	84	188
Impostos diretos e indiretos	(2 380)	(2 619)
Ativos não financeiros	5	(3)
Sub-leasing	242	230
Outros resultados de exploração	3 925	(840)
Recuperações de Operações abatidas ao ativo		
Recuperações de Crédito	51	60
Recuperações de títulos	739	-
Outras recuperações	33	36
Total	2 699	(2 948)

Os impostos diretos e indiretos incluem:

- 1 376 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Setor Bancário (30 de junho de 2024: 1 781 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 30 de junho ;
- 180 milhares de euros relativos ao custo relacionado com o Programas de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/CONFINS) (30 de junho de 2024: 401 milhares de euros), criados através do art. 239 da Constituição de 1988 e as Leis Complementares 7, de 07 de setembro de 1970, e 8, de 03 de dezembro de 1970; e pela Lei Complementar 70 de 30/12/1991.

Os Outros resultados de exploração incluem 490 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição para o Fundo de Resolução Nacional e Fundo de Resolução Europeu (30 de junho de 2024: 350 milhares de euros).

Em junho de 2025, registou-se uma recuperação de 739 milhares de euros relativa a um instrumento de dívida.

NOTA 14 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2025	30.06.2024
Vencimentos e salários		
Remunerações	13 751	14 707
Prémios de carreira (Nota 15)	(21)	2
Impacto Acordos Rescisão	120	-
Custos com pensões de reforma (Nota 15)	43	25
Outros encargos sociais obrigatórios	3 418	3 226
Outros custos	935	1 382
Total	18 246	19 342

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Haitong Bank, em funções a 30 de junho de 2025 e 2024, são como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025			
	Função de fiscalidade do órgão de administração	Função de gestão do órgão de administração	Outros membros da direção de topo	Outro pessoal identificado
Remuneração fixa total				
Número de membros do pessoal identificado	6	6	49	6
Remuneração fixa total	195	856	3 317	222
Do qual: pecuniária	195	856	3 317	222
Total	195	856	3 317	222

	30.06.2024			
	Função de fiscalidade do órgão de administração	Função de gestão do órgão de administração	Outros membros da direção de topo	Outro pessoal identificado
Remuneração fixa total				
Número de membros do pessoal identificado	4	6	55	3
Remuneração fixa total	195	1 014	3 762	101
Do qual: pecuniária	195	1 014	3 762	101
Total	195	1 014	3 762	101

No primeiro semestre de 2025, o Grupo Haitong Bank pagou 1 556 milhares de euros em remunerações variáveis aos membros dos órgãos de administração e aos colaboradores identificados. Este pagamento incluiu a remuneração variável de desempenho antecipada referente a 2024, bem como as parcelas diferidas de 2021, 2022 e 2023. Este montante é comparável aos 1 866 milhares de euros pagos em 2024.

Considera-se na categoria de “Pessoal Identificado” os colaboradores cujo âmbito das suas funções possa ter um impacto no perfil de risco do Banco (“Identified Staff”).

Em 30 de junho de 2025 e 2024, o Grupo Haitong Bank não apresenta crédito concedido a Órgãos de Administração.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo Haitong Bank analisa-se como segue:

	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2024
Funções diretivas	179	197	201
Funções de chefia	2	2	2
Funções específicas	115	113	113
Funções administrativas	20	21	22
Funções auxiliares	4	6	6
Total Grupo Haitong Bank (Média)	319	339	343

Em 30 de junho de 2025, o Grupo apresentava nos seus quadros um total de 314 colaboradores, comparável com 331 em dezembro 2024 e 337 em junho de 2024.

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Banco, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo, contudo, lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	30.06.2025	30.06.2024
Pressupostos Financeiros		
Taxa de desconto	4.03%	3.87%
Taxa de crescimento de pensões	2025: 1,85% >=2026: 0,50%	2024: 2,00% 2025: 1,20% 2026 e seguintes: 0,50%
Taxa de crescimento salarial	2025: 2,10% >=2026: 0,75%	2024: 2,25% 2025: 1,45% 2026 e seguintes: 0,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 -3 anos	TV 88/90 -3 Anos
Método de valorização atuarial	Projected Unit Credit e VAPP	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A taxa de desconto usada como referência a 30 de junho de 2025 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades (15 anos). Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	30.06.2024
Custo do serviço corrente	43	25
Custo / (Proveitos) de juros	(190)	(229)
Saldo final	(147)	(204)

Os custos / proveitos dos juros são reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros e proveitos/custos similares.

Prémios de carreira

Em 30 de junho de 2025, 31 de dezembro de 2024, e 30 de junho de 2024, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos períodos com o prémio de carreira são como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2024
Responsabilidades no início do período	486	487	485
Custo do exercício	(21)	(1)	2
Responsabilidades no fim do período	465	486	487

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são idênticos aos apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 33).

NOTA 16 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2025	30.06.2024
Comunicações e expedição	1 533	1 489
Rendas e alugueres	331	330
Deslocações e representação	219	298
Conservação e reparação	251	288
Seguros	67	63
Publicidade e publicações	(204)	8
Judiciais e contencioso	24	48
Informática	2 042	1 926
Mão de obra eventual	2	7
Trabalho independente	474	224
Outros serviços especializados	1 445	1 245
Outros custos	1 072	925
Total	7 256	6 851

Na rubrica Rendas e alugueres são apresentados os custos referentes aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha baixo valor, conforme descrito na política contabilística 2.10..

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

NOTA 17 - RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados básicos por ação são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio de ações ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de ações compradas pelo Banco e detidas na carteira como ações próprias.

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2025	30.06.2024
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco	1 014	5 092
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	174 256	174 256
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	0.01	0.03

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

NOTA 18 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Caixa	2	2
Disponibilidades em bancos centrais		
Banco de Portugal	465	1 318
Outros bancos centrais	4 464	26 895
	4 929	28 213
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	2 705	2 426
	2 705	2 426
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	9 729	9 896
	9 729	9 896
	17 365	40 537
Perdas por imparidade	(880)	(2 378)
Total	16 485	38 159

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui um depósito de caráter obrigatório, que tem por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de junho de 2025 e em 30 de junho de 2024 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0%.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 30 de junho de 2025 foi incluído no período de manutenção de 11 de junho de 2025 a 29 de julho de 2025, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 1 598 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 3 424 milhares de euros).

NOTA 19 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO – TÍTULOS

A 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estas rubricas apresentam os seguintes valores:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	850 647	726 628
De outros emissores	39 565	44 250
Ações	-	24
	890 212	770 902
Passivos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Vendas a descoberto	96 281	817
	96 281	817
Líquido	793 931	770 085

A 30 de junho de 2025, a rubrica de ativos financeiros detidos para negociação, inclui 790 048 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 695 173 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 36).

A 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro 2024, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Até 3 meses	2 777	5 768
De 3 meses a um ano	16 982	11 143
De um a cinco anos	40 557	333 152
Mais de cinco anos	829 896	420 815
Duração indeterminada	-	24
Total	890 212	770 902

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.4.1, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação - títulos são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica dos ativos detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma.

(milhares de euros)

	30.06.2025			31.12.2024		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 465	849 182	850 647	691	725 937	726 628
De outros emissores	37 626	1 939	39 565	39 247	5 003	44 250
Ações	-	-	-	-	24	24
Total valor de balanço	39 091	851 121	890 212	39 938	730 964	770 902

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Adicionalmente, o Banco efetua *backtesting* a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço, sendo apresentado o seu justo valor na Nota 36. Quando os mesmos são vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos ativos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda. Estes passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização do Banco.

NOTA 20 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros derivados em balanço analisam-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Instrumentos financeiros derivados (ativos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	12 188	7 432
Contratos sobre taxas de juro	15 977	16 389
	28 165	23 821
Instrumentos financeiros derivados (passivos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	12 627	5 706
Contratos sobre taxas de juro	24 897	17 425
	37 524	23 131
Posição Líquida derivados	(9 359)	690

Os derivados de negociação a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	30.06.2025			31.12.2024		
	Nocional	Justo Valor		Nocional	Justo Valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward		842	4 042		2 246	29
- compras	121 706			39 652		
- vendas	121 708			39 651		
Currency Swaps		2 762	1		276	762
- compras	170 930			154 324		
- vendas	168 321			154 929		
Currency Futures		-	-		-	-
- compras	24 712			50 293		
- vendas	76 669			77 487		
Currency Interest Rate Swaps		6 790	6 790		1 676	1 676
- compras	133 271			141 469		
- vendas	133 271			141 469		
Currency Options		1 794	1 794		3 234	3 239
- compras	156 625			267 707		
- vendas	164 883			271 265		
	1 272 096	12 188	12 627	1 338 246	7 432	5 706
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps		15 977	24 897		16 379	17 415
- compras	511 207			434 067		
- vendas	511 207			434 067		
Interest Rate Caps & Floors		-	-		10	10
- compras	36 377			54 028		
- vendas	36 377			54 028		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	173 878			382 948		
- vendas	689 596			175 145		
	1 958 642	15 977	24 897	1 534 283	16 389	17 425
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Options		-	-		-	-
- compras	5 051			5 593		
- vendas	-			-		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- compras	-			-		
- vendas	3 942			3 758		
	8 993	-	-	9 351	-	-
Total	3 239 731	28 165	37 524	2 881 880	23 821	23 131

A 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o escalonamento dos derivativos de negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025			31.12.2024		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
	Venda	Compra		Venda	Compra	
Até 3 meses	531 704	450 744	(742)	316 541	574 500	632
De 3 meses a um ano	302 724	380 309	1 823	364 393	414 544	(182)
De um a cinco anos	476 853	213 045	6	420 207	396 947	266
Mais de cinco anos	594 693	289 659	(10 446)	250 658	144 090	(26)
Total	1 905 974	1 333 757	(9 359)	1 351 799	1 530 081	690

A 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os instrumentos derivativos ativos e passivos incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura de justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre o Grupo e diversas instituições financeiras (contratos ao abrigo de ISDA com CSA). Os saldos relativos a estes colaterais encontram-se registados na rubrica de “Outros ativos – colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação” (Nota 27) e “Outros passivos – colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação” (Nota 33). O justo valor associado aos futuros, encontra-se refletido na rubrica de Outros Ativos (Nota 27).

NOTA 21 – DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Risco coberto	Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	30.06.2025						Resultados de Contabilidade de cobertura
			Instrumento de cobertura			Instrumento coberto			
			Nocional	Ativo (1)	Variação de justo valor	Ativo (1)	Ajustamentos de cobertura de justo valor	Variação de justo valor	
Taxa de Juro	Futuros	Instrumentos de dívida	95 167	-	(1 037)	107 651	143	947	(90)

(1) Valor de balanço excluindo os ajustamentos de cobertura de justo valor e Imparidade

(milhares de euros)

Risco coberto	Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	31.12.2024						Resultados de Contabilidade de cobertura
			Instrumento de cobertura			Instrumento coberto			
			Nocional	Ativo (1)	Variação de justo valor	Ativo (1)	Ajustamentos de cobertura de justo valor	Variação de justo valor	
Taxa de Juro	Futuros	Instrumentos de dívida	36 092	-	1 706	35 565	(701)	(1 359)	347

(1) Valor de balanço excluindo os ajustamentos de cobertura de justo valor e Imparidade

As variações de justo valor associadas aos ativos acima descritos e os respetivos derivativos de cobertura, encontram-se registados em resultados do período na rubrica de Resultados de Contabilidade de cobertura (Nota 10). No que respeita ao justo valor dos futuros, este encontra-se refletido na rubrica de Outros Ativos (Nota 27).

NOTA 22 – TÍTULOS

Esta rubrica, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	885	887
Ações	4 558	5 047
Outros títulos de rendimento variável	10 992	11 103
	16 435	17 037
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	67 689	68 178
De outros emissores	328 368	289 266
	396 057	357 444
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	323 565	326 983
De outros emissores	229 709	290 583
	553 274	617 566
Total	965 766	992 047

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, o Grupo avalia regularmente se existe evidência de imparidade nas suas carteiras de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral e/ou ao custo amortizado, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos referentes a Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Reserva de justo valor (2)		Cobertura de JV (Nota 10)	Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	71 796	51	(4 033)	-	(125)	67 689
De outros emissores	329 935	1 747	(2 862)	408	(860)	328 368
Saldo a 30 junho 2025	401 731	1 798	(6 895)	408	(985)	396 057
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	74 237	47	(5 980)	-	(127)	68 177
De outros emissores	288 693	4 063	(2 913)	(10)	(566)	289 267
Saldo a 31 dezembro 2024	362 930	4 110	(8 893)	(10)	(693)	357 444

(1) Custo amortizado incluindo juro corrido e coberturas descontinuadas

(2) Inclui todas as componentes de reserva de reavaliação, incluindo ajustamentos de cobertura e imparidade

A 30 de junho de 2025, a rubrica de Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui 165 407 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 170 904 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Banco.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos referentes a Ativos financeiros pelo custo amortizado apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Cobertura de JV (Nota 10)	Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	324 109	(101)	(444)	323 564
De outros emissores	230 462	(164)	(588)	229 710
Saldo a 30 junho 2025	554 571	(265)	(1 032)	553 274
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	327 672	(330)	(359)	326 983
De outros emissores	291 779	(361)	(835)	290 583
Saldo a 31 dezembro 2024	619 451	(691)	(1 194)	617 566

A 30 de junho de 2025, a rubrica de Ativos financeiros pelo custo amortizado inclui 404 873 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 401 564 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Banco, a que corresponde um justo valor de 398 611 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 396 810 milhares de euros).

A 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o escalonamento das carteiras de títulos por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Até 3 meses	22 902	64 129
De 3 meses a um ano	129 554	101 078
De um a cinco anos	623 487	629 102
Mais de cinco anos	173 733	181 588
Duração indeterminada	16 090	16 150
Total	965 766	992 047

A 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as carteiras de investimento em títulos, no que se refere a títulos cotados e não cotados, são repartidas da seguinte forma:

(milhares de euros)

	30.06.2025			31.12.2024		
	Cotados (1)	Não cotados	Total	Cotados (1)	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	193 091	198 163	391 254	233 292	161 869	395 161
De outros emissores	353 933	205 029	558 962	384 618	196 118	580 736
Ações	-	4 558	4 558	-	5 047	5 047
Outros títulos de rendimento variável	-	10 992	10 992	-	11 103	11 103
Total valor de balanço	547 024	418 742	965 766	617 910	374 137	992 047

(1) Inclui ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados valorizados ao justo valor (Nível 1), ver Nota 38.

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Adicionalmente, o Banco efetua *backtesting* a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como os respetivos saldos médios e os juros do período encontra-se apresentado na Nota 39.

NOTA 23 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Aplicações em bancos centrais		
Banco de Portugal	468 096	426 036
Outros bancos centrais	4 715	23 395
Operações com acordo de revenda	117 766	7 880
	590 577	457 311
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	25 134	27 856
	25 134	27 856
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	74	74
Operações com acordo de revenda	507	7 089
Aplicações de muito curto prazo	37 857	17 753
Outras aplicações	1 893	2 128
	40 331	27 044
	656 042	512 211
Perdas por imparidade	(23)	(9)
Total	656 019	512 202

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Até 3 meses (Equivalentes de caixa)	500 324	476 990
Até 3 meses (Outros)	118 274	14 969
De 3 meses a um ano	37 444	20 252
Total	656 042	512 211

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como os respetivos saldos médios e os juros do período encontra-se apresentado na Nota 39.

NOTA 24 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Ao justo valor através de resultados		
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	24	24
	24	24
Reavaliação ao justo valor	-	(1)
	24	23
Ao custo amortizado		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	111 304	127 411
	111 304	127 411
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	651 201	596 338
	651 201	596 338
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	5 690	560
	5 690	560
	768 195	724 309
Perdas por imparidade (Nota 26)	(7 553)	(5 551)
	760 642	718 758
Total	760 666	718 781

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Até 3 meses	-	36 895
De 3 meses a um ano	21 339	21 524
De um a cinco anos	588 195	523 067
Mais de cinco anos	152 971	142 823
Duração indeterminada ⁽¹⁾	5 714	23
Total	768 219	724 332

⁽¹⁾ Corresponde a capital e juros vencidos de operações maturadas.

NOTA 25 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Imobiliário		
De serviço próprio	1	1
Beneficiações em imóveis arrendados	7 694	7 691
	7 695	7 692
Equipamento		
Equipamento informático	8 402	8 192
Instalações interiores	873	873
Mobiliário e material	2 114	2 115
Máquinas e ferramentas	783	781
Material de transporte	236	236
Equipamento de segurança	153	152
Outros	336	312
	12 897	12 661
	20 592	20 353
Imobilizado em curso		
Equipamento	140	-
	140	-
Direito de uso		
Edifícios	25 779	24 485
Viaturas	302	297
Equipamento informático	128	128
	26 209	24 910
	46 941	45 263
Depreciação acumulada	(35 740)	(33 601)
Total	11 201	11 662

O movimento nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Direito de uso			Em Curso	Total
			Imóveis	Equipamento Informático	Viaturas		
Custo de aquisição							
Saldo a 1 janeiro 2024	8 745	15 798	22 333	102	277	-	47 255
Aquisições	-	834	3 094	38	36	-	4 002
Abates / Vendas	(704)	(4 138)	(244)	(12)	(16)	-	(5 114)
Transferências	-	392	-	-	-	-	392
Variação cambial e outros	(349)	(225)	(698)	-	-	-	(1 272)
Saldo a 31 dezembro 2024	7 692	12 661	24 485	128	297	-	45 263
Aquisições	7	277	725	-	-	140	1,149
Abates / Vendas	-	(39)	(69)	-	-	-	(108)
Variação cambial e outros	(4)	(2)	638	-	5	-	637
Saldo a 30 junho 2025	7 695	12 897	25 779	128	302	140	46 941
Depreciações						-	
Saldo a 1 janeiro 2024	7 757	14 155	13 237	74	149	-	35 372
Depreciações do exercício	191	981	3 131	22	71	-	4,396
Abates / Vendas	(704)	(4 136)	(243)	(12)	(17)	-	(5 112)
Variação cambial e outros	(348)	(183)	(524)	-	-	-	(1 055)
Saldo a 31 dezembro 2024	6 896	10 817	15 601	84	203	-	33 601
Depreciações do exercício	94	505	1 280	11	36	-	1 926
Abates / Vendas	-	(32)	(69)	-	-	-	(101)
Variação cambial e outros	(4)	(2)	320	-	-	-	314
Saldo a 30 junho 2025	6 986	11 288	17 132	95	239	-	35 740
Saldo líquido a 30 junho 2025	709	1 609	8 647	33	63	-	11 201
Saldo líquido a 31 dezembro 2024	796	1 844	8 884	44	94	-	11 662

NOTA 26 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é analisada como segue:

	30.06.2025	31.12.2024
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	18 244	18 211
Outros	-	82
	18 244	18 293
Imobilizado em curso		
	733	716
	18 977	19 009
Amortização acumulada		
	(17 948)	(17 857)
	(17 948)	(17 857)
Total	1 029	1 152

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 1 janeiro 2024	23 559	173	756	24 488
Aquisições				
Adquiridos a terceiros	277	-	592	869
Abates / Vendas	(5 524)	(40)	-	(5 564)
Transferências	190	(35)	(547)	(392)
Diferenças de câmbio	(291)	(16)	(85)	(392)
Saldo a 31 dezembro 2024	18 211	82	716	19 009
Aquisições				
Adquiridos a terceiros	20	-	34	54
Abates / Vendas	-	(82)	-	(82)
Transferências	16	-	(16)	-
Diferenças de câmbio	(3)	-	(1)	(4)
Saldo a 30 junho 2025	18 244	-	733	18 977
Amortizações				
Saldo a 1 janeiro 2024	22 554	120	-	22 674
Amortizações do exercício	1 002	11	-	1 013
Abates / Vendas	(5 509)	(40)	-	(5 549)
Transferências	35	(35)	-	-
Diferenças de câmbio	(272)	(9)	-	(281)
Saldo a 31 dezembro 2024	17 810	47	-	17 857
Amortizações do exercício	144	-	-	144
Abates / Vendas	-	(49)	-	(49)
Diferenças de câmbio	(4)	-	-	(4)
Saldo a 30 junho 2025	17 950	(2)	-	17 948
Saldo líquido a 30 junho 2025	294	2	733	1 029
Saldo líquido a 31 dezembro 2024	401	35	716	1 152

NOTA 27 - OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 20)	24 085	19 886
Sector público administrativo	57 261	53 692
Devedores por operações sobre Futuros	3 842	5 642
Outros devedores diversos	3 638	3 948
Valores de créditos e derivados a receber	9 891	11 802
	98 717	94 970
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(6 037)	(6 048)
	92 680	88 922
Outros ativos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	2 169	1 040
Outros ativos	5 418	5 419
	7 587	6 459
Despesas com custo diferido	1 660	1 961
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	2 674	610
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	1 206
Outras operações a regularizar	1 258	4 084
	3 932	5 900
Pensões de reforma	13 407	10 669
Total	119 264	113 911

Em 30 de junho de 2025, a rubrica do Setor público administrativo inclui (i) um depósito judicial no Brasil de 24 008 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 23 393 milhares de euros) relativos a um processo PIS/COFINS, até 2014; (ii) e 13 976 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 12 479 milhares de euros) relativos a processos fiscais no Brasil em curso desde 2015 (Nota 36).

Esta rubrica inclui também (i) o valor de depósito-caução efetuado à Direção-Geral do Tesouro e Finanças ao abrigo do crédito tributário (confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira) inerente ao REAID no valor de 192 milhares de euros (no âmbito do crédito tributário de 2020) e (ii) pagamentos efetuados à Autoridade Tributária referentes a processos fiscais que se encontram em litigância no valor de 7 982 milhares de euros.

Relativamente ao depósito-caução ao abrigo do REAID o nº 8 do art.º 6º da Portaria 2016 (na redação resultante da Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro) estabelece que “No prazo máximo de três meses a contar da confirmação da conversão de ativos por impostos diferidos em crédito tributário prevista na Portaria n.º 259/2016, de 4 de outubro, o sujeito passivo constitui um depósito a favor do Estado, em entidade a indicar pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, no montante correspondente ao preço de exercício do direito potestativo de aquisição da totalidade dos direitos de conversão, o qual é reduzido, na respetiva proporção, sempre que haja entrega ao Estado do preço relativo aos direitos potestativos de aquisição exercidos ou exercício pelo Estado dos direitos de conversão.

A rubrica - Outros devedores diversos inclui maioritariamente comissões a receber de clientes pela prestação de serviços pelo Banco.

A rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, evidencia o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respetiva liquidação financeira.

NOTA 28 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de instituições de crédito a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Recursos de instituições de crédito		
No país		
Outros recursos	49 551	-
	49 551	-
No estrangeiro		
Operações com acordo de recompra	922 601	702 471
Outros recursos	242 221	244 199
	1 164 822	946 670
Total	1 214 373	946 670

A rubrica Operações com acordo de recompra, corresponde a operações de reporte efetuadas em mercado monetário sendo um instrumento para gestão de tesouraria do Grupo. Os Outros recursos correspondem a aplicações de médio e longo prazo realizadas por outras instituições de crédito junto do Grupo

O escalonamento dos Recursos de instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Até 3 meses	795 605	616 012
De 3 meses a um ano	285 759	6 880
De um a cinco anos	116 502	306 278
Mais de cinco anos	16 507	17 500
Total	1 214 373	946 670

As taxas médias de juro verificadas para os exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como os respetivos saldos médios e os juros do exercício encontra-se apresentado na Nota 39.

NOTA 29 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	11 780	35 513
	11 780	35 513
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	1 125 983	1 040 681
	1 125 983	1 040 681
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	85 693	214 670
Outros Depósitos	2 048	2 184
	87 741	216 854
Total	1 225 504	1 293 048

A rubrica Operações de venda com acordo de recompra, corresponde a operações de reporte efetuadas em mercado com contrapartes não financeiras.

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Depósitos à ordem	11 780	35 513
Depósitos a prazo		
Até 3 meses	277 464	343 782
De 3 meses a um ano	421 611	386 048
De um a cinco anos	426 908	310 851
	1 125 983	1 040 681
Outros recursos		
Até 3 meses	15 116	162 592
De 3 meses a um ano	20 128	11 309
De um a cinco anos	52 497	42 954
	87 741	216 854
Total	1 225 504	1 293 048

NOTA 30 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades Representadas por Títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		
Outras Obrigações	272 563	318 413
Total	272 563	318 413

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 38.

Durante 2025, o Grupo Haitong Bank procedeu à emissão de 66 166 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 21 770 milhares de euros) de títulos a 30 de junho de 2025, tendo sido reembolsados 105 957 milhares de euros a 30 de junho de 2025 (31 de dezembro de 2024: 317 662 milhares de euros).

As características essenciais destes recursos emitidos em 2025 decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	30.06.2025			
			Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG DESAGIADA BRINTLCOAK40	BRL	2025	787	2029	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9D3	BRL	2025	2 712	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9E1	BRL	2025	822	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9F8	BRL	2025	8 218	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9G6	BRL	2025	575	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9H4	BRL	2025	1 642	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9I2	BRL	2025	6 403	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9J0	BRL	2025	1 806	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9K8	BRL	2025	2 463	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG DESAGIADA BRINTLLFI9L6	BRL	2025	1 580	2029	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9M4	BRL	2025	298	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9N2	BRL	2025	15 678	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9O0	BRL	2025	423	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9P7	BRL	2025	3 449	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9Q5	BRL	2025	1 199	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9R3	BRL	2025	901	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9S1	BRL	2025	1 568	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9T9	BRL	2025	7 839	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9U7	BRL	2025	1 561	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9V5	BRL	2025	2 138	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9W3	BRL	2025	1 888	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9X1	BRL	2025	546	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9Y9	BRL	2025	593	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI9Z6	BRL	2025	172	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFIA07	BRL	2025	55	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFIA15	BRL	2025	31	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFIA23	BRL	2025	445	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFIA31	BRL	2025	86	2027	CDI 100%
Haitong Brasil	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFIA49	BRL	2025	289	2027	CDI 100%
Total				66 167		

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Até 3 meses	-	72 008
De 3 meses a um ano	38 921	64 994
De um a cinco anos	233 642	181 411
Total	272 563	318 413

NOTA 31 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	Total
Saldo a 1 janeiro 2024	7 878	1 989	9 867
Dotações líquidas	(3 343)	417	(2 926)
Utilizações	(952)	-	(952)
Diferenças de câmbio e outras	(309)	(177)	(486)
Saldo a 30 junho 2024	3 274	2 229	5 503
Dotações líquidas	2 072	(1 332)	740
Utilizações	(1 950)	-	(1 950)
Diferenças de câmbio e outras	(369)	(8)	(377)
Saldo a 31 dezembro 2024	3 027	889	3 916
Dotações líquidas	(6)	696	690
Utilizações	(826)	-	(826)
Diferenças de câmbio e outras	32	(21)	11
Saldo a 30 junho 2025	2 227	1 564	3 791

As provisões para garantias e as provisões para outros compromissos correspondem a 1 419 milhares de euros e 145 milhares de euros respetivamente (31 de dezembro de 2024: 728 milhares de euros e 161 milhares de euros).

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a atividade do Grupo. As principais contingências em curso são apresentadas na Nota 36.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2024	Dotações líquidas	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2025
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 18)	2 378	(1 228)	-	-	(270)	880
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 22)	693	426	(134)	23	(23)	985
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (Nota 23)	9	14	-	-	-	23
Crédito a clientes (Nota 24)	5 551	1 960	39	75	(72)	7 553
Títulos (Nota 22)	1 194	19	(162)	-	(19)	1 032
Outros ativos (Nota 27)	6 048	39	-	-	(50)	6 037
Total	15 873	1 230	(257)	98	(434)	16 510

(milhares de euros)

	30.06.2024	Dotações líquidas	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 18)	1 925	390			63	2 378
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 22)	2 482	(915)	(971)	200	(103)	693
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (Nota 23)	9	-	-	-	-	9
Crédito a clientes (Nota 24)	7 078	423	(1 872)	3	(81)	5 551
Títulos (Nota 22)	2 533	(472)	(787)	28	(108)	1 194
Outros ativos (Nota 27)	13 665	455	(7 992)	-	(80)	6 048
Total	27 692	(119)	(11 622)	231	(309)	15 873

(milhares de euros)

	31.12.2023	Dotações líquidas	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 18)	1 865	-	-	-	60	1 925
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 22)	2 983	124	(295)	(150)	(180)	2 482
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (Nota 23)	16	(7)	-	-	0	9
Crédito a clientes (Nota 24)	7 642	(455)	-	2	(111)	7 078
Títulos (Nota 22)	3 071	(309)	(85)	-	(144)	2 533
Outros ativos (Nota 27)	12 479	1 187	-	-	(1)	13 665
Total	28 056	540	(380)	(148)	(376)	27 692

NOTA 32 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente no exercício de junho de 2025 e 2024 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC de 20% acrescida de uma taxa de 1,5% referente à Derrama Municipal de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 milhares euros e inferior a 7 500 milhares euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 milhares euros e inferior a 35 000 milhares euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor (quando aplicável).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Assim, para o primeiro semestre de 2025, o imposto diferido foi apurado à taxa de 25,24% ().

Foi publicada a Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2025) que decretou o decréscimo da taxa nominal de IRC de 21% para 20% com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025. Deste modo, a taxa de imposto diferido foi alterada em conformidade.

Relativamente à atividade em Portugal, foi publicada em 4 de setembro de 2019, a Lei n.º 98/2019, que veio alterar o regime fiscal aplicável em matéria de imparidade das instituições de crédito e de outras instituições financeiras. No artigo 4.º da referida lei é estabelecido um período de adaptação de 5 anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, nos termos do qual se mantém aplicável o regime vigente à data de entrada da presente lei, salvo se existir comunicação dirigida ao Diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira da opção pelo regime definitivo.

A partir de 2024, o Banco passa a estar ao abrigo do novo regime automaticamente, dado que o período de adaptação de 5 anos terminou em 2023.

Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos

Em 2014, o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REPID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos ativos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- a) Apuramento de resultado líquido negativo;
- b) Liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respetiva autorização por autoridade de supervisão competente.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, o REPID deixou de ser aplicado aos impostos diferidos ativos referentes aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

O crédito tributário reconhecido nas contas com referência a junho de 2025, o qual contempla igualmente os reembolsos já ocorridos por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira e a respetiva reserva especial, podem ser analisados no quadro que se segue:

(milhares de euros)

Ano	Crédito Tributário	Reserva Especial
2015	5 281	5 809
2016	20 529	22 582
2017	9 060	9 966
2018	233	255
2020	433	476
2021	(15 078)	-
2022	(5 414)	(16 585)
2023	(174)	(5 956)
Total	14 870	16 547

O crédito tributário e a respetiva reserva especial foram objeto de registo no decurso do exercício seguinte ao do crédito tributário, numa rubrica de ativo por imposto corrente e de outras reservas, respetivamente.

Em 2021, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2015 e 2016, no montante de 15 078 milhares de euros.

Por sua vez, no decurso do exercício de 2022, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2017 e 2018 no montante de 5 414 milhares de euros.

Em 2023, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência ao exercício de 2020 no montante de 174 milhares de euros.

No âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de ações ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido ao acionista do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro.

Em 2022, o acionista exerceu o seu direito potestativo ao abrigo do REAID com referência ao exercício de 2015 e 2016 tendo a reserva diminuído, nesse exercício, em 16 585 milhares de euros.

No exercício de 2023, o acionista do Banco também exerceu o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão atribuídos ao Estado ao abrigo do regime especial dos impostos diferidos relativos ao exercício de 2017 e 2018, tendo a reserva diminuído, nesse exercício, em 5 956 milhares de euros.

Por sua vez, para o exercício de 2020, caso o acionista não exerça o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, no exercício em que o Estado exerça esses direitos, irá exigir ao Banco o respetivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial e consequente emissão e entrega gratuita de ações ordinárias representativas do capital social do Banco, podendo ser necessário ajustar o valor da reserva inicialmente constituída.

De acordo com a legislação em vigor, o acionista do Haitong Bank poderá exercer o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão até três anos contados a partir da confirmação da conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário pela Autoridade Tributária e Aduaneira, o que, no caso do exercício de 2020, será até maio de 2026.

O montante dos ativos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser certificados por revisor oficial de contas.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido positivo com referência a 31 de dezembro de 2024, não houve possibilidade de conversão de qualquer saldo de impostos diferidos abrangidos por este regime em crédito tributário, com referência a este exercício.

Em julho de 2019 e em janeiro de 2020, o Banco foi notificado dos Relatórios de Inspeção Final relativos a 2015 e 2016, respetivamente, ambos emitidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nesses relatórios, alguns procedimentos adotados pelo Banco, nomeadamente no que se refere à aplicação do REAID e à aceitação fiscal de determinados custos, são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Neste sentido, não concordando o Banco com essas correções, em novembro de 2019 foi submetida uma Reclamação Graciosa relativa ao Relatório de Inspeção fiscal de 2015 e, em abril de 2020, uma Reclamação Graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2016. Atualmente para o exercício de 2015 as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de Impugnação Judicial e para o exercício de 2016 em sede de Recurso Hierárquico.

Em janeiro de 2021 o Banco recebeu o Relatório de Inspeção fiscal de 2017 e 2018 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nestes relatórios, à semelhança do que aconteceu nos Relatórios de Inspeção fiscal de 2015 e 2016, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2021, submeteu reclamação graciosa para contestar os Relatórios de Inspeção de 2017 e de 2018. Atualmente as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de Recurso Hierárquico.

Em maio de 2023, o Banco recebeu o relatório de inspeção fiscal de 2020 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Neste relatório, à semelhança no que aconteceu nos relatórios de inspeção fiscal de 2015 a 2018, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela AT.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2023, submeteu Reclamação Graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2020. No decorrer do exercício de 2024, o Banco submeteu Recurso Hierárquico para contestar a decisão.

Por último, refere-se ainda que, no âmbito da inspeção fiscal aos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020 a Autoridade Tributária e Aduaneira efetuou correções ao crédito tributário destes exercícios, reduzindo-o no valor total de 14 870 milhares de euros (do montante total de 35 536 milhares de euros).

A Administração do Banco considera que a análise fiscal adotada respeita a legislação em vigor e, assim sendo, estima que não é provável que a posição da Autoridade Tributária prevaleça. Ainda assim, esta correção caso se verificasse materializar-se-ia no reconhecimento de imposto diferido ativo. Adicionalmente, o Conselho de Administração acredita que quaisquer outras correções que possam eventualmente materializar-se, relacionadas com os exercícios inspecionados, não terão impacto material quer no capital do Banco quer no resultado do Banco com referência a junho de 2025, na medida em que afetam essencialmente prejuízos fiscais que ainda não foram utilizados e para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos.

A atividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria coletável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis.

Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	19%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Macau	12%

As subsidiárias localizadas no Brasil encontram-se sujeitas a tributação sobre os respetivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor no respetivo país. Nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 45%.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento	6 826	6 577	(9 115)	(11 549)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	14 870	14 870	-	-
Imposto corrente ativo/(passivo)	21 696	21 447	(9 115)	(11 549)

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Instrumentos financeiros derivados	(6 860)	57	-	-	(6 860)	57
Títulos	1 682	1 971	-	-	1 682	1 971
Crédito a clientes	10 330	11 112	-	-	10 330	11 112
Provisões	4 145	4 111	-	-	4 145	4 111
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	4 414	5 084	-	-	4 414	5 084
Outros	7 094	7 435	(5 387)	(5 573)	1 707	1 862
Prejuízos fiscais reportáveis	76 603	69 430	-	-	76 603	69 430
Imposto diferido ativo/(passivo)	97 408	99 200	(5 387)	(5 573)	92 021	93 627
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	97 408	99 200	(5 387)	(5 573)	92 021	93 627

O imposto referido em “Outros” corresponde, em Portugal, ao crédito de imposto das sucursais (6 170 milhares de euros) e redução do imposto diferido ativo referente ao justo valor através de resultados (-563 milhares de euros). O remanescente corresponde ao Brasil e diz respeito essencialmente a imposto diferido referente a contingências legais (1 487 milhares de euros).

O Grupo apenas reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis quando considera ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados no futuro. Do total de ativo por imposto diferido referente aos prejuízos fiscais, 30 057 milhares de euros dizem respeito ao Haitong Bank em Portugal e o valor remanescente corresponde ao Brasil.

O período de utilização dos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excecionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020), assim como o previsto na Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, nos termos do qual é eliminada a limitação temporal para a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação. As alterações ao período de reporte aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso a essa data. Contudo, importa notar que o novo prazo, não é aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificada uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (nomeadamente, em caso de apuramento de resultado líquido negativo).

Deste modo, para o Haitong Bank em Portugal, o prejuízo fiscal de 2014 e 2019 não tem caducidade e o prejuízo fiscal 2015 e 2016 tem como ano de caducidade 2029 e 2030, respetivamente.

No âmbito da fusão, o Banco preparou o orçamento para os anos 2025 até 2029, utilizando um conjunto de pressupostos acordados com seu atual acionista final, concluindo-se pela recuperabilidade dos prejuízos fiscais reportáveis do Banco.

O montante de imposto diferido não reconhecido relativos a prejuízos fiscais, por ano de origem é apresentado na tabela seguinte:

(milhares de euros)

Prejuízo fiscal	30.06.2025	31.12.2024	Data de expiração
2018	7 738	7 738	2025
2019	645	645	Sem caducidade
Total	8 383	8 383	

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	93 627	100 043
Reconhecido em resultados	(538)	2 178
Reconhecido em reservas de justo valor	(122)	(311)
Reconhecido em outras reservas	(687)	(133)
Variação cambial e outros	(259)	(8 150)
Saldo final (Ativo/(Passivo))	92 021	93 627

Os impostos reconhecidos em resultados e reservas a 30 de junho de 2025 e 2024 tiveram o seguinte desdobramento:

(milhares de euros)

	30.06.2025		30.06.2024	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	7 078	-	(1 626)	-
Títulos	-	122	-	112
Crédito a clientes	769	-	1 393	-
Provisões	(173)	-	141	-
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	(17)	687	31	-
Depreciações (IFRS 16)	-	-	1 780	-
Outros	304	-	707	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(7 423)	-	(1 304)	-
	538	809	1 122	112
Impostos Correntes	1 448	-	2 530	-
Total do imposto reconhecido	1 986	809	3 652	112

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025		30.06.2024	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses que não controlam		3 103		8 509
Taxa de imposto do Haitong Bank	25.2		26.2	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		783	-	2 233
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	1.5	48	(7.7)	(653)
Contribuição sobre o sector bancário	11.2	347	5.5	467
Prejuízo fiscal não reconhecido	0.4	12	-	-
Imposto sobre lucros das sucursais	16.4	507	17.8	1 517
Diferenças resultantes de consolidação	3.2	102	(3.4)	(293)
Outros movimentos de acordo com a estimativa de impostos	4.6	143	3.7	317
Tributação autónoma	1.4	44	0.8	64
Total	63.9	1 986	42.9	3 652

NOTA 33 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é detalhada como se segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2025	31.12.2024
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	16 776	16 624
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 20)	11 947	6 750
Credores diversos		
Passivo de locação	9 437	9 961
Credores por operações sobre valores mobiliários	567	907
Credores por fornecimento de bens	672	1 136
Outros credores	2 492	4 143
	41 891	39 521
Custos a pagar		
Prémios de final de carreira (Nota 15)	465	486
Outros custos a pagar	5 862	5 447
	6 327	5 933
Receitas com proveito diferido	349	368
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	7 012	-
Operações cambiais a liquidar	2 610	605
Outras operações a regularizar	4 595	15 503
	14 217	16 108
Total	62 784	61 930

A rubrica do Setor público administrativo inclui 13 917 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 12 445 milhares de euros) a pagar de contribuições PIS e Cofins, incorridas após 31 de dezembro de 2014 (Nota 36).

A rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, nos períodos findos a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, evidencia o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respetiva liquidação financeira.

Na sub-rubrica Custos a pagar – Outros custos a pagar corresponde a responsabilidades para com colaboradores referentes a remunerações.

NOTA 34 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Ações ordinárias

Até 3 de agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., acionista único do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os ativos do Banco Espírito Santo, S.A. selecionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 22 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 40 000 milhares de euros, através da emissão de 8 000 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 25 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 20 000 milhares de euros, através da emissão de 4 000 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo acionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 13 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 26 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, por conversão de um empréstimo concedido pelo acionista, no montante de 80 000 milhares de euros e pela conversão dos Instrumentos designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resetable Instruments”, no montante de 80 000 milhares de euros, aumento esse que foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de agosto de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 38 500 milhares de euros, através da emissão de 7 700 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo acionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 2022, foram deliberadas duas resoluções para aumento do capital social do Haitong Bank em 2 630 milhares de euros a 1 de julho, para 847 399 milhares de euros e em 15 879 milhares de euros a 6 de dezembro, para 863 278 milhares de euros.

Em 19 de dezembro de 2023, o Banco realizou um aumento de capital de 7 999 milhares de euros, através da emissão de 1 600 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi totalmente subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Estes aumentos de capital realizados em 2023 e 2022, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreram da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco. No caso do aumento de capital de 2023 relativos aos anos fiscais de 2016 e 2017 e no caso do aumento de capital de 2022 relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID).

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social do Haitong Bank ascende 871 278 milhares de euros (31 de dezembro de 2023: 871 278 milhares de euros) e encontra-se representado por 174 255 532 ações (dezembro 2024: 174 255 532 ações) de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detidas pelo Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos acionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efetuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Durante o exercício de 2011, foi efetuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

O Banco procedeu no dia 20 de abril de 2022, ao reembolso antecipado integral destas obrigações, ao preço de reembolso, correspondente ao valor nominal de 3 731 milhares de euros.

Em março de 2018, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 ("Additional Tier 1"), no montante global de 130 000 milhares de dólares americanos, a que corresponderam 105 042 milhares de euros, designados "Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments". Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo de 7,5%, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6..

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Desde a sua emissão em 2018, o Banco não efetuou qualquer pagamento de juros associado a estes instrumentos.

NOTA 35 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal apenas pode ser utilizada para as finalidades previstas no artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais. Uma dessas finalidades é a cobertura “da parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas” (artigo 296.º, alínea b) do CSC).

Uma vez que o Banco apresenta prejuízos acumulados relativos a exercícios anteriores, não foi reforçada a Reserva Legal no ano de 2024, sendo o lucro relativo a esse exercício levado na totalidade a Outras Reservas e Resultados Transitados, para cobertura desses prejuízos.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através do rendimento integral, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no período e/ou em períodos anteriores, bem como de eventuais ajustamentos por via da contabilidade de cobertura. O valor destas reservas é apresentado líquido de impostos diferidos.

Na rubrica de outras reservas está incluído a reserva especial ao abrigo do REAID no montante correspondente a 16 547 milhares de euros a 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas, atribuível a acionistas do Banco, foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor		Desvios atuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo a 1 janeiro 2024	(6 991)	2 115	(4 876)	39 878	(21 010)	(164 521)	(222 201)	(367 854)
Desvios atuariais	-	-	-	-	(1 981)	-	-	(1 981)
Alterações de justo valor	3 312	(311)	3 001	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(15 058)	-	(15 058)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	17 262	17 262
Saldo a 31 dezembro 2024	(3 679)	1 804	(1 875)	39 878	(22 991)	(179 579)	(204 939)	(367 631)
Desvios atuariais	-	-	-	-	2 069	-	-	2 069
Alterações de justo valor	(687)	(122)	(809)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(193)	-	(193)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	5 078	5 078
Saldo a 30 junho 2025	(4 366)	1 682	(2 684)	39 878	(20 922)	(179 772)	(199 861)	(360 677)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos atribuível a acionistas do Banco pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	(1 875)	(4 876)
Variação de justo valor	(1 520)	4 113
Cobertura de Justo valor	408	(10)
Imparidade reconhecida no exercício	425	(791)
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	(122)	(311)
Saldo final	(2 684)	(1 875)

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025		31.12.2024	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	4 459	(193)	5 853	-1077
Haitong Securities do Brasil S.A.	3 646	103	3 553	203
Haitong Negócios S.A.	6 596	231	6 383	340
Haitong do Brasil DTVM S.A.	1 477	41	1 438	74
FI Multimercado Treasury	1 642	(78)	322	28
Total	17 820	104	17 549	(432)

O movimento de Interesses que não controlam nos exercícios findos a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	17 549	22 781
Dividendos a distribuir	-	(632)
Variação da reserva de justo valor	206	(404)
Variação cambial e outros	(39)	(3 764)
Resultado líquido do exercício	104	(432)
Saldo final	17 820	17 549

NOTA 36 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	89 488	111 490
Ativos financeiros dados em garantia	1 288 380	1 262 887
Total	1 377 868	1 374 377
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	52 723	62 120
Compromissos revogáveis	47 981	36 131
Total	100 704	98 251

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transações no montante de 10 000 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 10 000 milhares de euros), (ii) no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária no montante de 4 000 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 2 000 milhares de euros) e (iii) 176 742 milhares de euros de colateral livre não utilizado (31 de dezembro 2024: 216 242 milhares de euros). Os valores anteriormente descritos dizem respeito ao valor após haircut aplicado pelo Banco de Portugal, sendo que o justo valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 207 757 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 260 574 milhares de euros); e
- Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 253 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 250 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra 1 071 701 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 969 510 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao abrigo de contratos de compensação de derivados 74 355 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 32 553 milhares de euros).

O valor nominal das posições dos derivados contratados encontra-se apresentado nas notas 20 e 21.

Os títulos recebidos em operações com acordo de revenda (Nota 23) tem um justo valor de 118 238 milhares de euros (31 de Dezembro de 2024: de 14 301 milhares de euros).

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	30.06.2025	31.12.2024
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	80 650	43 700
Outras responsabilidades por prestação de serviços	227 561	222 783
Total	308 211	266 483

Em Outras responsabilidades por prestações de serviços estão considerados os valores relativos aos ativos de clientes investidos em Gestão de Carteiras.

Passivos contingentes

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é atualmente réu em um processo relacionado com o aumento do capital social do BES ocorrido em junho de 2014.

No que respeita a este processo (ação instaurada por vários fundos de investimento), depois de proferida decisão de 1.ª instância a declarar a deserção da instância, o Tribunal da Relação de Lisboa veio revogar essa decisão e ordenou o prosseguimento dos autos. Dois dos Réus neste processo interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, e este confirmou a decisão do Tribunal da Relação. Foram interpostos recursos de revisão extraordinária e para o Tribunal Constitucional, todos eles mantendo o anteriormente decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa. O processo baixou à 1.ª instância para prosseguimento dos seus termos, aguardando-se marcação de audiência prévia.

O Haitong Bank é ainda réu em 8 processos, todos relacionados com emissões de instrumentos financeiros realizadas por entidades do GES (Rioforte e ESI – Espírito Santo International).

Desde o início destes processos, em 2015, é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável e remota qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma.

Esta opinião foi, entretanto, corroborada por diversas decisões judiciais.

De facto, dos 78 processos instaurados contra o Banco relacionados com emissões de papel comercial e de outros instrumentos financeiros de entidades do GES, já transitaram em julgado 49 desses processos, com a absolvição total do Haitong Bank, tendo ocorrido a desistência do pedido pelos Autores em 21 processos.

Em julho de 2019, o Haitong Bank foi notificado de uma nova ação judicial proposta contra si e contra antigos administradores, relativa ao papel comercial emitido pela Espírito Santo International e Rioforte em 2013 e 2014.

A referida ação judicial foi proposta pelo Fundo de Recuperação de Créditos “FRC – INQ – Papel Comercial ESI e Rio Forte” (“FRC”), ao qual foram alegadamente cedidos por certos detentores de papel comercial da ESI e da Rioforte, os créditos emergentes das referidas emissões, que perfazem o montante de € 517 500 099.71, ao qual acresce juros. O Haitong Bank apresentou a sua contestação a esta ação em 25 de junho de 2020 e encontra-se a aguardar o agendamento pelo tribunal da audiência prévia.

Na opinião dos advogados externos a quem foi confiado este processo movido pelo FRC, o mesmo não tem uma sustentabilidade jurídica sólida e por isso consideram pouco provável a condenação do Haitong Bank.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa aos referidos processos judiciais.

Sem prejuízo do acima exposto quanto ao desfecho favorável ao Haitong Bank dos processos em causa, e para efeitos de cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, entende-se que não é possível quantificar um montante expectável de eventuais perdas que poderiam decorrer para o Haitong Bank, individualmente considerado, tendo em conta que tais processos foram intentados contra diversas entidades e não apenas contra o Haitong Bank.

Em junho de 2022, o Haitong Bank foi citado no âmbito de uma ação cível intentada contra si e contra uma outra entidade, no âmbito da qual foi pedida a condenação solidária dos réus no pagamento do montante de 4 905 460.96€, ao qual acresce juros, movida pela REDITUS GESTÃO, S.A. e pela GREENDRY LDA (Autoras), no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Central Cível. As autoras argumentam que o Banco violou as suas obrigações enquanto Agente Escrow.

O outro réu recorreu do despacho saneador e o Tribunal da Relação deu provimento ao mesmo, pois considerou que existia uma cláusula de arbitragem que excluía a competência do tribunal cível nesta matéria. As autoras recorreram desta decisão para o Supremo Tribunal de Justiça, que confirmou a decisão do Tribunal da Relação. Relativamente ao Haitong Bank, o processo judicial prossegue os seus trâmites em 1ª instância, tendo o Haitong Bank requerido a suspensão da acção cível até que seja obtida uma decisão do tribunal arbitral no âmbito do litígio entre as autoras e o antigo réu.

No Brasil, encontra-se em discussão judicial a constitucionalidade da lei aplicável à incidência das contribuições para o Programa de Integração Social (“PIS”) e para o Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”) sobre outras receitas que não sejam aquelas decorrentes da venda de bens e da prestação de serviços. Suportadas em decisão judicial, as entidades do Grupo no Brasil, depositam mensalmente, os valores objeto de discussão judicial e entregam ao Fisco diretamente apenas aqueles valores que incidem sobre as receitas de serviços, os quais não são objeto desta discussão.

Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 30 de junho de 2025, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 490 mil euros (31 de dezembro de 2024: 350 mil euros), tendo por base uma taxa contributiva de 0,039% calculada em conformidade com a Instrução 28/2023 do Banco de Portugal.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (Novo Banco), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de euros, dos quais 377 milhões de euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3 823 milhões de euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Em dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) ao Banco Santander Totta, S.A. (Santander Totta), por 150 milhões de euros, também no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2 255 milhões de euros, que visou cobrir contingências futuras, financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1 766 milhões de euros diretamente pelo Estado Português. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português.

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao BES (processo que deu origem à criação do Novo Banco) e em 2015 ao Banif criaram incertezas relacionadas com o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução, que é significativo, bem como com o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

Foi neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução, por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nos seus rendimentos regulares, isto é, sem

necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução assumiu que está assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.

Adicionalmente, no dia 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017. O Fundo Lone Star passou a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%. Adicionalmente, as condições aprovadas incluem um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas. As eventuais injeções de capital a realizar nos termos deste mecanismo contingente estão sujeitas a um limite máximo absoluto de 3 890 milhões de euros durante um período de 8 anos.

Em 13 de junho de 2025 o Novo Banco, S.A. comunicou ao mercado que o seu acionista maioritário Nani Holdings S.à r.l. (uma entidade detida pela Lone Star Funds), assinou um Memorando de Entendimento para a venda da sua posição acionista ao BPCE, por um montante equivalente a uma valorização de aproximadamente 6,4 mil milhões de euros para 100% do capital social. Nessa mesma data, o Novo Banco, S.A. comunicou também que a conclusão da transação está prevista ocorrer durante o primeiro semestre de 2026. Também em 13 de junho de 2025, o Fundo de Resolução comunicou que, detendo 13,54% do capital social do Novo Banco, S.A., a venda da sua participação no âmbito desta operação permitir-lhe-á obter um encaixe bruto de cerca de 866 milhões de euros, que irá acrescer às verbas já recebidas do Novo Banco, S.A. a título de distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2024 (valor bruto: 30 milhões de euros) e no âmbito da redução de capital realizada já em 2025 (149 milhões de euros).

Na presente data não é possível estimar os eventuais efeitos para o Fundo de Resolução decorrentes: (i) da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação; (ii) da garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante (iii) outras responsabilidades que se conclua terem de ser assumidas pelo Fundo de Resolução.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, bem como aos desenvolvimentos subsequentes acima descritos, as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025 refletem a expectativa do Grupo de que não serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução.

NOTA 37 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Grupo realizadas com entidades relacionadas do Grupo Haitong nos exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025							
	Ativo				Garantias	Passivo	Proveitos	Custos
	Crédito	Títulos	Outros	Total				
Ultimate parent company e Acionistas								
HAITONG SECURITIES CO., LTD		-	-	-	-	-	4	-
Subsidiárias e associadas de acionistas								
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	-	-	-	9
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	33 001	-	108	33 109	-	4 232	1 155	12
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	-	34	34	-	298	(240)	1
HAITONG UT BRILLIANT LIMITED	-	-	-	-	-	-	16	-
TOTAL	33 001	-	142	33 143	-	4 530	935	22

(milhares de euros)

	31.12.2024							
	Ativo				Garantias	Passivo	Proveitos	Custos
	Crédito	Títulos	Outros	Total				
Subsidiárias e associadas de acionistas								
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	-	-	-	18
HAITONG INTERNATIONAL FINANCE HOLDINGS LIMITED	-	-	-	-	-	-	201	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	36 645	-	-	36 645	-	7 257	2 858	30
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	-	-	-	-	421	194	13
HAITONG UT BRILLIANT LIMITED	-	-	-	-	-	-	1	-
TOTAL	36 645	-	-	36 645	-	7 678	3 254	61

A rubrica de proveitos a 30 de junho de 2025 inclui o montante de (112) milhares de euros referentes à rubrica de rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados (31 de dezembro de 2024: 638 milhares de euros).

O valor das transações do Grupo Haitong realizadas com entidades relacionadas em que o Administrador e/ou familiar tenham influência significativa, nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2025						
	Ativo				Passivo	Proveitos	Custos
	Crédito	Títulos	Outros	Total			
Entidades com influência relevante							
Fundo de pensões Haitong Bank	-	-	54 783	54 783	-	1 892	-
CAMARA COMERCIO E INDUSTRIA LUSO-CHINESA	-	-	-	-	-	-	1
Membros do órgão de administração e de fiscalização do órgão de administração	-	-	-	-	2 406	-	3
TOTAL	-	-	54 783	54 783	2 406	1 892	4

(milhares de euros)

	31.12.2024						
	Ativo				Passivo	Proveitos	Custos
	Crédito	Títulos	Outros	Total			
Entidades com influência relevante							
Fundo de pensões Haitong Bank	-	-	53 447	53 447	-	1 608	-
CAMARA COMERCIO E INDUSTRIA LUSO-CHINESA	-	-	-	-	-	-	6
Membros do órgão de administração e de fiscalização do órgão de administração	-	-	-	-	2 054	-	7
TOTAL	-	-	53 447	53 447	2 054	1 608	13

Todas as transações com Partes Relacionadas são realizadas em condições normais de mercado. Quando não for possível determinar as condições de mercado aplicáveis a uma determinada transação com uma Parte Relacionada, o Grupo aplica um referencial de comparabilidade para avaliar as condições de mercado.

NOTA 38 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O Grupo Haitong Bank estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros *standard* de mercado tais como desconto de *cash flows* e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis diretamente no mercado, são obtidos de instrumentos transacionados ativamente no mercado ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Grupo realiza ajustes ao justo valor de instrumentos derivados não colateralizados de forma a refletir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivados considerando o valor atual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Custo amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total valor de balanço	Justo Valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Saldo a 30 junho 2025						
Caixa e equivalentes de caixa	16 485	-	-	-	16 485	16 485
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	39 091	850 182	939	890 212	890 212
Instrumentos financeiros derivados	-	-	28 165	-	28 165	28 165
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	-	5 453	10 982	16 435	16 435
Crédito a clientes	-	-	-	24	24	24
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	213 025	80 681	102 351	396 057	396 057
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	553 274	-	-	-	553 274	548 250
Aplicações em instituições de crédito	656 019	-	-	-	656 019	656 019
Crédito a clientes	760 642	-	-	-	760 642	756 194
Ativos financeiros	1 986 420	252 116	964 481	114 296	3 317 313	3 307 841
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	-	96 281	-	96 281	96 281
Instrumentos financeiros derivados	-		37 524	-	37 524	37 524
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	1 214 373	-	-	-	1 214 373	1 212 731
Recursos de clientes	1 225 504	-	-	-	1 225 504	1 154 818
Responsabilidades representadas por títulos	272 563	-	-	-	272 563	270 647
Passivos financeiros	2 712 440	-	133 805	-	2 846 245	2 772 000
Saldo a 31 dezembro 2024						
Caixa e equivalentes de caixa	38 159	-	-	-	38 159	38 159
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	39 938	726 267	4 697	770 902	770 902
Instrumentos financeiros derivados	-	-	23 821	-	23 821	23 821
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	-	5 115	11 922	17 037	17 037
Crédito a clientes	-	-	-	23	23	23
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	207 083	96 176	54 185	357 444	357 444
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	617 566	-	-	-	617 566	608 926
Aplicações em instituições de crédito	512 202	-	-	-	512 202	512 202
Crédito a clientes	718 758	-	-	-	718 758	715 164
Ativos financeiros	1 886 685	247 021	851 379	70 827	3 055 912	3 043 678
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	817	-	-	817	817
Instrumentos financeiros derivados	-		23 131	-	23 131	23 131
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	946 670	-	-	-	946 670	942 691
Recursos de clientes	1 293 048	-	-	-	1 293 048	1 288 225
Responsabilidades representadas por títulos	318 413	-	-	-	318 413	314 273
Passivos financeiros	2 558 131	817	23 131	-	2 582 079	2 569 137

Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registados ao justo valor são classificados em três níveis definidos pela IFRS 13 da seguinte forma:

Nível 1 – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados ativos e líquidos. Incluem-se neste nível obrigações de governos, obrigações de empresas, e ações e derivados listados e transacionados em mercados regulados.

Nível 2 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado ativo de instrumentos similares e com base em cotações de mercados que não são ativos nem líquidos. Incluem-se neste nível obrigações, derivados OTC não complexos, ações ilíquidas e fundos valorizados com base no *Net Asset Value* publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivados de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contratos de garantia (ISDA com CSA - *Credit Support Annex*), com valor mínimo de transferência (MTA) muito baixo, que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte, e o CVA (*Credit Value Adjustment*) não é considerado significativo. Adicionalmente, estão incluídos derivados financeiros negociados em mercado de balcão (OTC), que não possuem CSA assinado, mas em que o peso dos dados não observáveis no mercado (Ex: Avaliação Interna, Probabilidade de *default* determinada por modelos internos, etc) para a avaliação do CSA não é significativo no valor do derivado como um todo (é considerado um valor significativo quando o valor do CVA é superior a 5% do valor de mercado do derivado).

Nível 3 - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível derivados OTC complexos valorizados com base em parâmetros não observáveis no mercado ou com base em cotações indicativas de uma terceira parte, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no *Net Asset Value* publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e ações não transacionadas em mercado regulado. No Nível 3 estão incluídos os instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão com contrapartes que a HB não possui CSA assinado e o peso de dados não observáveis de mercado incorporados na avaliação da CVA, é considerado significativo no valor de mercado do derivado (o valor do CVA é 5% maior que o valor de mercado do derivado).

Para a valorização destes instrumentos são *inputs* não observáveis o Spread de Crédito, no caso das obrigações e o CVA no caso dos derivados. Para efeitos de cálculo do CVA são utilizados, entre outros, LGD, PD e Rácio do Colateral.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025 nos ativos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

Em Junho de 2025, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 20 123 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3 e de 9 311 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2.

(milhares de euros)

	Ativos financeiros detidos para negociação		Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo a 31 dezembro 2024	4 697	-	11 922	23	54 185	70 827
Resultados reconhecidos em Margem financeira	221	-	946	-	894	2 061
Resultados de instrumentos de negociação e de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de negociação	(24)	-	(741)	1	(82)	(846)
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	-	160	160
Imparidade em ativos financeiros	-	-	-	-	(239)	(239)
Outras variações de justo valor	(10)	-	(9)	-	(14)	(33)
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	-	-	-
Aquisições	939	-	8	-	47 586	48 533
Saídas	(4 884)	-	(1 144)	-	(10 951)	(16 979)
Transferências de outros níveis	-	-	-	-	20 123	20 123
Transferências para outros níveis	-	-	-	-	(9 311)	(9 311)
Saldo a 30 junho 2025	939	-	10 982	24	102 351	114 296

Relativamente aos instrumentos derivados, entre janeiro e dezembro de 2024:

(milhares de euros)

	Ativos financeiros detidos para negociação		Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo a 31 dezembro 2023	8 410	2 114	8 354	24	64 668	83 570
Resultados reconhecidos em Margem financeira	610	-	943	-	4 095	5 648
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	3	285	491	(1)	-	778
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	-	(1 418)	(1 418)
Imparidade em ativos financeiros	-	-	-	-	(118)	(118)
Outras variações de justo valor	(1 219)	(2 234)	(575)	-	(4 003)	(8 031)
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	-	1 344	1 344
Aquisições	-	-	2 888	-	30 919	33 807
Saídas	-	-	(179)	-	(15 546)	(15 725)
Reembolsos	(3 131)	-	-	-	(4 618)	(7 749)
Transferências de outros níveis	24	-	-	-	9 311	9 335
Transferências para outros níveis	-	(165)	-	-	(30 449)	(30 614)
Saldo a 31 dezembro 2024	4 697	-	11 922	23	54 185	70 827

Em dezembro de 2024, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 30 449 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2 e de 9 311 milhares de euros de Nível 1 para Nível 3.

Adicionalmente, também com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram também transferidos ativos financeiros de negociação no valor de 24 milhares de euros de Nível 1 para Nível 3.

Em relação aos instrumentos derivados, entre janeiro e dezembro de 2024, 165 milhares de euros foram transferidos do Nível 3 para o Nível 2, devido à redução do impacto do Ajuste de Avaliação de Crédito (CVA) na avaliação do derivado, que havia excedido 5% em dezembro de 2023.

Os principais parâmetros utilizados, durante 2025, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas *swap*:

(%)

	30.06.2025			31.12.2024		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	1,93	4,39	5,24	2,92	4,37	5,52
1 mês	1,93	4,33	5,35	2,85	4,32	5,72
3 meses	1,94	4,30	5,23	2,71	4,30	5,74
6 meses	2,05	4,15	5,04	2,57	4,25	5,70
1 ano	1,88	3,87	4,76	2,02	4,18	5,62
3 anos	2,10	3,40	4,23	2,19	4,05	5,04
5 anos	2,27	3,43	4,25	2,25	4,04	5,00
7 anos	2,42	3,53	4,38	2,29	4,05	5,05
10 anos	2,61	3,69	4,59	2,36	4,07	5,16
15 anos	2,79	3,88	4,91	2,42	4,12	5,33
20 anos	2,82	3,96	5,09	2,36	4,10	5,46

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit. A tabela seguinte representa a evolução dos principais índices de crédito:

(pontos base)

Índice	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
30.06.2025				
CDX USD Main	30,51	51,06	71,07	90,78
iTraxx Eur Main	31,62	54,51	74,36	94,80
iTraxx Eur Senior Financial	-	58,73	-	95,46
31.12.2024				
CDX USD Main	29,85	49,84	70,45	90,23
iTraxx Eur Main	35,24	57,65	77,48	97,96
iTraxx Eur Senior Financial	-	63,78	-	101,40

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*):

(%)

	30.06.2025			31.12.2024		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	42,47	71,23	50,91	68,79	70,16	64,55
3 anos	66,97	96,20	84,30	83,63	101,12	98,52
5 anos	74,97	97,37	94,76	86,08	103,76	104,74
7 anos	77,34	97,61	98,65	85,52	103,64	105,89
10 anos	77,78	96,88	100,73	83,59	102,38	104,96
15 anos	76,04	95,34	101,02	79,71	98,48	102,36

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*):

	Efeito cambial		Volatilidade (%)				
	30.06.2025	31.12.2024	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,1720	1,0389	8,43	8,06	7,82	7,80	7,75
EUR/GBP	0,8555	0,8292	4,26	4,58	4,89	5,08	5,21
EUR/CHF	0,9347	0,9412	5,53	5,67	5,73	5,81	5,86
EUR/PLN	4,2423	4,2750	6,91	5,76	6,53	6,53	6,52
EUR/CNY	8,3970	7,5833	6,91	6,76	6,53	6,53	6,52
USD/BRL a)	5,4935	6,1847	11,11	12,07	12,86	13,43	13,80

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento atual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de instituições de crédito

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Débitos representados por títulos e passivos subordinados

Genericamente, o justo valor destes instrumentos é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. Quando indisponível, o justo valor é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros relativos a estes instrumentos no futuro.

Especificamente para a HB Brasil, o valor justo desses instrumentos é baseado na previsão de fluxos de caixa futuros, descontados pela Curva de Juros Brasileira (composta pelos Contratos Futuros de B3 DI), acrescido de um spread de crédito de acordo com o Preço de Transferência de Financiamento (FTP) interno do prazo restante da transação.

NOTA 39 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais financeiras estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e compromissos de crédito – e em produtos derivados – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

Os *portfolios* de crédito do Grupo são monitorizados permanentemente, com uma interação próxima entre as equipas de negócio e de gestão de risco durante as fases sequenciais do ciclo de crédito.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito, rácios de produtividade, provisionamento e métricas de concentração é efetuado de forma contínua.

São igualmente objeto de análise o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas de negócio.

Cálculo da ECL

A norma IFRS 9 prevê um modelo de “três stages” para cálculo de imparidade baseado em alterações na qualidade de crédito face ao momento de reconhecimento inicial. De acordo com o modelo do Grupo Haitong Bank, a perda de crédito esperada (ECL) é determinada de acordo com a informação detalhada com o capítulo 2.4.1., Imparidade de Ativos Financeiros e Modelo Financeiro:

- **Stage 1 – Performing:** O cálculo de imparidade é realizado com base na perda de crédito esperada para 12 meses, a qual é determinada como o valor atual da exposição em risco à data de referência multiplicada pela probabilidade de incumprimento (PD) de 12 meses e pela perda dado o incumprimento;
- **Stage 2 – Under Performing:** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de possíveis situações de incumprimento que possam ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento. A ECL reflete o valor presente dos fluxos de caixa esperados e a PD ao longo do remanescente período de vigência do instrumento financeiro. Para o cálculo da ECL, o Grupo considera a PD diária intra-período à data de referência.
- **Stage 3 – Non-Performing:** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

Inputs para o cálculo da ECL

Como resultado das características da carteira do Grupo (número reduzido de operações e elevada heterogeneidade), o cálculo da ECL tem como principal vetor de medição a análise individual de imparidade. No modelo coletivo, aplicável para instrumentos financeiros classificados em *Stage 1* e para determinar a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros classificados em *Stage 2*, os principais parâmetros de cálculo são:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* – PD): reflete a probabilidade de incumprimento num dado período. O Grupo toma em consideração as PD facultadas pela S&P, ao passo que o processo de atribuição de *rating* é realizado internamente com base na metodologia da S&P. O exposto garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade. Adicionalmente, o Grupo incorpora por via do *rating* considerações climáticas e ambientais nas suas atividades de crédito através de um modelo de classificação do risco ESG, que identifica os clientes com riscos ESG potencialmente elevados. Para esses clientes, são efetuadas diligências prévias adicionais em matéria de ESG para avaliar as medidas de atenuação, o que conduz a uma classificação final do risco ESG integrada no *rating*, tendo assim impacto no cálculo da ECL.
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* – LGD): magnitude da perda no momento de um incumprimento. O Grupo aplica a LGD com base nos *benchmarks* da Moody's que cobrem um amplo período histórico.
- Exposição dado o Incumprimento (*Exposure at Default* – EAD): a exposição esperada em caso de incumprimento. O parâmetro EAD é calculado dependendo do tipo de ativo.

De notar que para compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras, o montante considerado no cálculo de imparidade em cada *Stage* é determinado como a exposição à data de referência ponderada pelo fator de conversão de crédito (de acordo com a CRR- *Capital Requirements Regulation*).

Informação Prospetiva

No âmbito do exercício de *forward-looking*, o Grupo ajustou as probabilidades de incumprimento ao longo do ciclo económico (i.e., as *probability of default through-the-cycle* ou “PD TTC”), incorporando informação macroeconómica prospetiva, o que gera probabilidades de incumprimento “*point-in-time*” (ou “PD PiT”). As PD TTC são as probabilidades de incumprimento fornecidas pela S&P, tendo o Grupo desenvolvido uma metodologia de análise para estimar as PD PiT, que tem por suporte o conceito de Fator Escalar (ou *Variable Scalar*), i.e., o coeficiente que converte a PD TTC em PD PiT.

A informação prospetiva utilizada pelo Grupo assenta numa abordagem baseada em princípios de razoabilidade e proporcionalidade, atenta a dimensão e perfil do Grupo. Considerando as características das carteiras do Banco e, tendo em conta, a sua presença mundial, a principal alteração do exercício prospetivo para 2023 prende-se com a adoção de uma análise macroeconómica global.

O fator escalar foi determinado tendo por uma abordagem baseada em cenários suportados por informações externas, o que fornece granularidade suficiente para atender aos requisitos regulatórios e contabilísticos. A cenarização incorpora um caso base e um cenário negativo, ponderados pela sua probabilidade de ocorrência, respetivamente, 80% e 20%.

A tabela abaixo sistematiza os pressupostos considerados para cada cenário, considerando que o Grupo teve em consideração as projeções existentes de entidades conceituadas.

Cenário / Ano	PIB Global		Inflação Global		EURIBOR a 3 meses	
	(Taxa de variação homóloga – preços constantes)		(% variação IPC médio)		(em valor)	
	Downside	Base	Downside	Base	Downside	Base
2025	2,50%	3,25%	4,00%	4,32%	3,50%	2,50%
2026	2,75%	3,27%	4,00%	3,63%	3,50%	2,20%
2027	2,75%	3,15%	5,00%	3,36%	3,50%	2,16%

O exercício de *forward-looking* do Grupo é aplicado ao modelo coletivo de imparidade e cobre igualmente as operações com aumento significativo de risco de crédito, i.e., em *Stage 2*, nomeadamente, para os anos em que as projeções económicas estão disponíveis.

A atualização do exercício anual de *forward-looking* em 31 de dezembro de 2024 levou a uma diminuição dos valores de imparidade em aproximadamente 413 mil euros.

O Grupo procedeu ainda a uma análise de sensibilidade com referência a 31 de dezembro de 2024, que assentou na avaliação do impacto caso se verifique uma variação de 10% nos parâmetros externos considerados no modelo coletivo para o cálculo das perdas de crédito esperadas (PD e LGD). Para tal, foi aplicado um choque de +10% na PD PiT e no parâmetro da LGD, verificando-se que o impacto nas perdas de crédito esperadas resultaria num aumento de cerca de 542 mil euros e 571 mil euros, respetivamente. Paralelamente, o Banco efetuou uma análise de sensibilidade para divulgar os impactos na imparidade resultantes de variações na ponderação dos cenários utilizados, ajustando as ponderações do cenário base e do cenário negativo para 70% e 30%, respetivamente. Esta análise verificou que o impacto nas perdas de crédito esperadas resultaria num aumento de cerca de 189 mil euros.

Adicionalmente, o Grupo tem realizado o exercício regular de testes de esforço às suas carteiras de crédito, os quais se baseiam numa análise de sensibilidade para avaliar os potenciais impactos sobre os principais indicadores de qualidade de ativos/perfil de risco, resultantes de choques específicos afetando o mercado como um todo, as contrapartes e determinadas geografias.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na norma IFRS 9, detalhados por Stage, à data de 30 de junho 2025 e 31 de dezembro 2024. De notar que ao longo da apresentação das tabelas de risco de crédito foram incluídas na classe de ativos de instrumentos de dívida (títulos) uma obrigação mensurada ao FVTPL no valor de 885 milhares de euros e uma operação de crédito a clientes mensurada ao FVTPL no valor de 24 milhares de euros que, apesar de não estarem sujeitas ao cálculo de imparidade, contribuem ao nível prudencial para a carteira bancária do Banco, estando assim apresentadas nestas tabelas.

(milhares de euros)

Classe de Ativos	30.06.2025											
	Stage 1			Total Stage 1	Stage 2				Total Stage 2	Stage 3 e POCI		Total
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Not rated		Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Doubtful [lccc]	Not rated		Total Stage 3	Total Stage 3	
Crédito a clientes	52 476	662 711	-	715 187	16 658	23 885	-	-	40 543	12 489	12 489	768 219
Compromissos de crédito	2 100	78 241	-	80 341	-	-	-	-	-	363	363	80 704
Garantias	21 650	57 274	-	78 924	-	-	-	-	-	10 564	10 564	89 488
Títulos	53 838	890 462	-	944 300	-	8 976	-	-	8 976	3 911	3 911	957 187
Aplicações em instituições de crédito	475 115	180 927	-	656 042	-	-	-	-	-	-	-	656 042
Caixa e Equivalentes de Caixa	8 767	5 142	-	13 909	-	-	-	-	-	3 454	3 454	17 363
Devedores e outras aplicações	-	-	892	892	-	-	-	-	-	12 637	12 637	13 529
Compromissos com Terceiros	-	20 000	-	20 000	-	-	-	-	-	-	-	20 000
Total	613 946	1 894 757	892	2 509 595	16 658	32 861	-	-	49 519	43 418	43 418	2 602 532

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2024										
	Stage 1			Total Stage 1	Stage 2		Total Stage 2	Stage 3 e POCI		Total Stage 3	Total
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]		Impaired			
Crédito a clientes	73 378	618 432	-	691 810	25 583	-	25 583	6 940	6 940	724 333	
Compromissos de crédito	2 100	75 799	-	77 899	-	-	-	352	352	78 251	
Garantias	30 796	70 716	-	101 512	-	9 606	9 606	372	372	111 490	
Títulos	107 349	862 005	-	969 354	10 126	-	10 126	3 788	3 788	983 268	
Aplicações em instituições de crédito	449 505	62 706	-	512 211	-	-	-	-	-	512 211	
Caixa e Equivalentes de Caixa	32 487	3 866	284	36 637	-	-	-	3 898	3 898	40 535	
Devedores e outras aplicações	-	-	431	431	-	-	-	15 319	15 319	15 750	
Compromissos com Terceiros	-	20 000	-	20 000	-	-	-	-	-	20 000	
Total	695 615	1 713 524	715	2 409 854	35 709	9 606	45 315	30 669	30 669	2 485 838	

A 30 de junho de 2025, a exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeitos a requisitos de imparidade ascende a 4,9 milhões de Euros (31 de dezembro de 2024: 28,2 milhões de Euros), correspondente a exposições a bancos centrais.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e garantias prestadas, por setor de atividade, *Stage* e dias de atraso, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

(milhares de euros)

Ativos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de atividade, Stage e dias de atraso	30.06.2025																					
	Stage 1						Total Stage 1	Stage 2		Total Stage 2	Stage 3 e POCI						Total Stage 3 e POCI		Total			
	Sem dias de atraso		1 - 29 dias		30 - 89 dias			Sem dias de atraso			Sem dias de atraso		90 - 180 dias		Mais de 181 dias (1)							
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade		Exposição Bruta	Valor Imparidade		Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	-	-	-	-	-	-	-	-	3 648	80	3 648	80	-	-	-	-	-	-	-	-	3 648	80
Automóveis e peças de automóveis	49 471	201	-	-	-	-	49 471	201	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49 471	201
Bancos	678 873	34	-	-	-	-	678 873	34	-	-	-	-	3 454	880	6	1	-	-	3 460	881	682 333	915
Corretagem	175	1	-	-	-	-	175	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	175	1
Materiais de construção	11 040	28	-	-	-	-	11 040	28	16 658	66	16 658	66	-	-	-	-	186	186	186	186	27 884	280
Bens de investimento	41 512	10	-	-	-	-	41 512	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41 512	10
Indústria química	22 062	40	-	-	-	-	22 062	40	16 484	1 594	16 484	1 594	5 690	802	-	-	570	570	6 260	1 372	44 806	3 006
Comércio e Serviços	39 463	572	-	-	-	-	39 463	572	-	-	-	-	3 893	1 128	5	5	-	-	3 898	1 133	43 361	1 705
Construção e Obras Públicas	112 338	105	213	2	-	-	112 551	107	-	-	-	-	-	-	-	-	378	378	378	378	112 929	485
Bens de consumo e vestuário	18 044	86	-	-	-	-	18 044	86	-	-	-	-	1 804	60	-	-	-	-	1 804	60	19 848	146
Alimentação, bebidas e tabaco	34 236	121	-	-	-	-	34 236	121	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34 236	121
Fundos e gestores de ativos	413	-	-	-	-	-	413	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	413	-
Administração pública	324 628	444	-	-	-	-	324 628	444	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	324 628	444
Saúde	11 322	4	-	-	-	-	11 322	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 322	4
Media e entretenimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	44 227	93	-	-	-	-	44 227	93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44 227	93
Instituições financeiras não bancárias	64 846	344	-	-	-	-	64 846	344	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64 846	344
Indústria de petróleo e gás	126 426	294	-	-	-	-	126 426	294	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126 426	294
Papel e produtos florestais	22 610	14	-	-	-	-	22 610	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 610	14
Energia	135 554	501	-	-	-	-	135 554	501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135 554	501
Imobiliário	101 275	494	-	-	-	-	101 275	494	3 753	278	3 753	278	-	-	-	-	-	-	-	-	105 028	772
Arrendamento e Locação	12 768	113	-	-	-	-	12 768	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12 768	113
Retalho	23 152	112	-	-	-	-	23 152	112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23 152	112
Telecomunicações	106 371	331	102	1	50	1	106 523	333	-	-	-	-	10 351	1 351	-	-	11	11	10 362	1 362	116 885	1 695
Transportes	16 923	43	-	-	-	-	16 923	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16 923	43
Infraestruturas de transportes	99 729	110	-	-	125	1	99 854	111	(1)	-	(1)	-	1 656	643	-	-	9 891	4 063	11 547	4 706	111 400	4 817
Água e Saneamento	21 559	77	-	-	-	-	21 559	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21 559	77
Outros	-	-	247	2	109	2	356	4	-	-	-	-	-	-	44	5	1 548	809	1 592	814	1 948	818
Total	2 119 017	4 172	562	5	284	4	2 119 863	4 181	40 542	2 018	40 542	2 018	26 848	4 864	55	11	12 584	6 017	39 487	10 892	2 199 892	17 091

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Stage 1).

31.12.2024																							
Ativos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de atividade, Stage e dias de atraso	Stage 1						Total Stage 1		Stage 2		Total Stage 2		Stage 3 e POCI						Total Stage 3 e POCI		Total		
	Sem dias de atraso		1 - 29 dias		30 - 89 dias				Sem dias de atraso				Sem dias de atraso		90 - 180 dias		Mais de 181 dias (1)						
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	
Agricultura e bens alimentares	-	-	-	-	-	-	-	-	4 724	105	4 724	105	-	-	-	-	-	-	-	-	4 724	105	
Cooperativas agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Automóveis e peças de automóveis	45 570	113	-	-	-	-	45 570	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45 570	113	
Bancos	573 203	34	-	-	-	-	573 203	34	-	-	-	-	3 897	2 378	-	-	-	-	-	3 897	2 378	577 100	2 412
Corretagem	6 217	1	-	-	-	-	6 217	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 217	1	
Materiais de construção	30 782	61	-	-	-	-	30 782	61	-	-	-	-	-	-	-	-	189	189	189	189	30 971	250	
Bens de investimento	42 133	14	-	-	-	-	42 133	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42 133	14	
Indústria química	20 557	35	-	-	-	-	20 557	35	15 923	706	15 923	706	-	-	-	-	2 483	572	2 483	572	38 963	1 313	
Comércio e Serviços	39 436	568	-	-	-	-	39 436	568	-	-	-	-	4 089	1 256	5	5	-	-	4 094	1 261	43 530	1 829	
Construção e Obras Públicas	96 330	61	7	-	-	-	96 337	61	-	-	-	-	-	-	-	-	378	378	378	378	96 715	439	
Bens de consumo e vestuário	18 050	85	-	-	-	-	18 050	85	-	-	-	-	1 841	-	-	-	-	-	1 841	-	19 891	85	
Embalagens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alimentação, bebidas e tabaco	19 263	46	-	-	-	-	19 263	46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19 263	46	
Fundos e gestores de ativos	5 996	4	-	-	-	-	5 996	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5 996	4	
Administração pública	327 970	359	-	-	-	-	327 970	359	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	327 970	359	
Saúde	12 205	7	97	1	-	-	12 302	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12 302	8	
Media e entretenimento	-	-	62	1	-	-	62	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	1	
Metalúrgica & Mineração	47 509	98	-	-	-	-	47 509	98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47 509	98	
Instituições financeiras não bancárias	41 054	345	-	-	-	-	41 054	345	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41 054	345	
Indústria de petróleo e gás	122 191	323	-	-	-	-	122 191	323	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122 191	323	
Papel e produtos florestais	22 659	14	-	-	-	-	22 659	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 659	14	
Energia	189 494	649	-	-	-	-	189 494	649	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189 494	649	
Imobiliário	94 638	438	32	-	-	-	94 670	438	3 754	278	3 754	278	-	-	-	-	8	4	8	4	98 432	720	
Arrendamento e Locação	17 547	134	-	-	-	-	17 547	134	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17 547	134	
Retalho	33 386	133	-	-	-	-	33 386	133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33 386	133	
Telecomunicações	94 112	226	20 554	30	29	-	114 695	256	9 606	615	9 606	615	-	-	-	-	11	6	11	6	124 312	877	
Transportes	19 117	54	-	-	-	-	19 117	54	250	-	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19 367	54	
Infraestruturas de transportes	105 383	126	7	-	-	-	105 390	126	932	26	932	26	1 711	657	-	-	9 891	4 140	11 602	4 797	117 924	4 949	
Água e Saneamento	14 205	41	-	-	-	-	14 205	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14 205	41	
Outros	3	-	23	-	130	2	156	2	-	-	-	-	-	-	635	64	1 720	686	2 355	750	2 511	752	
Total	2 039 010	3 969	20 782	32	159	2	2 059 951	4 003	35 189	1 730	35 189	1 730	11 538	4 291	640	69	14 680	5 975	26 858	10 335	2 121 998	16 068	

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Stage 1).

Em seguida apresenta-se a exposição por classe de instrumento financeiro, intervalo de rating interno e *Stage* de imparidade.

Crédito a clientes

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de crédito a clientes do Grupo Haitong Bank para 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

(milhares de euros)

Crédito a clientes		30.06.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	52 476	16 658	-	-	69 134
Monitoring	[bbb+;b-]	662 711	23 885	-	-	686 596
Impaired	[d]	-	-	2 907	9 558	12 465
Exposição Bruta		715 187	40 543	2 907	9 558	768 195
Imparidade (Nota 31)		2 929	2 018	659	1 947	7 553
Valor líquido		712 258	38 525	2 248	7 611	760 642
<i>Justo valor através de resultados</i>						
Impaired	[d]	-	-	24	-	24
Exposição Bruta		-	-	24	-	24
Reavaliação		-	-	-	-	-
Valor líquido		-	-	24	-	24
Total bruto		715 187	40 543	2 931	9 558	768 219
Imparidade (Nota 31)		2 929	2 018	659	1 947	7 553
Total líquido		712 258	38 525	2 272	7 611	760 666

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2024				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	73 378	-	-	-	73 378
Monitoring	[bbb+;b-]	618 432	25 583	-	-	644 015
Impaired	[d]	-	-	2 976	3 941	6 917
Exposição Bruta		691 810	25 583	2 976	3 941	724 310
Imparidade (Nota 31)		2 568	1 115	679	1 188	5 550
Valor líquido		689 242	24 468	2 297	2 753	718 760
<i>Justo valor através de resultados</i>						
Impaired	[d]	-	-	23	-	23
Exposição Bruta		-	-	23	-	23
Valor líquido		-	-	23	-	23
Total bruto		691 810	25 583	2 999	3 941	724 333
Imparidade (Nota 31)		2 568	1 115	680	1 188	5 551
Total líquido		689 242	24 468	2 318	2 753	718 781

Compromisso de empréstimos

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de compromissos de empréstimos prestadas a clientes do Grupo Haitong Bank para 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

(milhares de euros)

Compromissos de crédito		30.06.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	2 100	-	-	-	2 100
Monitoring	[bbb+;b-]	78 241	-	-	-	78 241
Impaired	[d]	-	-	363	-	363
Total bruto		80 341	-	363	-	80 704
Imparidade (Nota 31)		131	-	5	-	136
Total líquido		80 210	-	358	-	80 568

Compromissos de crédito		31.12.2024				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	2 100	-	-	-	2 100
Monitoring	[bbb+;b-]	75 799	-	-	-	75 799
Impaired	[d]	-	-	352	-	352
Total bruto		77 899	-	352	-	78 251
Imparidade (Nota 31)		143	-	6	-	149
Total líquido		77 756	-	346	-	78 102

Garantias prestadas

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de garantias prestadas a clientes do Grupo Haitong Bank para 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

(milhares de euros)

Garantias		30.06.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	21 651	-	-	-	21 651
Monitoring	[bbb+;b-]	57 273	-	-	-	57 273
Impaired	[d]	-	-	10 564	-	10 564
Total bruto		78 924	-	10 564	-	89 488
Imparidade (Nota 31)		46	-	1 373	-	1 419
Total líquido		78 878	-	9 191	-	88 069

(milhares de euros)

Garantias		31.12.2024				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	30 796	-	-	-	30 796
Monitoring	[bbb+;b-]	70 716	-	-	-	70 716
Substandard	[ccc+;ccc]	-	9 606	-	-	9 606
Impaired	[d]	-	-	372	-	372
Total bruto		101 512	9 606	372	-	111 490
Imparidade (Nota 31)		74	615	39	-	728
Total líquido		101 438	8 991	333	-	110 762

Instrumentos de dívida da carteira bancária (títulos)

O quadro apresenta em seguida um sumário da carteira de instrumentos de dívida ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral do Grupo Haitong Bank, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida da carteira bancária		30.06.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	17 903	-	-	-	17 903
Monitoring	[bbb+;b-]	536 669	-	-	-	536 669
Valor Bruto		554 572	-	-	-	554 572
Imparidade (Nota 31)		1 032	-	-	-	1 032
Cobertura de Justo valor		(265)	-	-	-	(265)
Valor líquido		553 275	-	-	-	553 275
<i>Justo valor através de outro rendimento integral</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	35 935	-	-	-	35 935
Monitoring	[bbb+;b-]	353 794	8 976	-	-	362 770
Impaired	[d]	-	-	-	3 027	3 027
Valor Bruto		389 729	8 976	-	3 027	401 732
Imparidade (Nota 31)		820	21	-	144	985
Reavaliação		(4 883)	(289)	-	75	(5 097)
Cobertura de Justo valor		408	-	-	-	408
Valor líquido		384 434	8 666	-	2 958	396 058
<i>Justo valor através de resultados</i>						
Impaired	[d]	-	-	-	885	885
Valor Bruto		-	-	-	885	885
Valor líquido		-	-	-	885	885
Total bruto		944 301	8 976	-	3 912	957 189
Imparidade (Nota 31)		1 852	21	-	144	2 017
Reavaliação		(4 883)	(289)	-	75	(5 097)
Cobertura de Justo valor		143	-	-	-	143
Total líquido		937 709	8 666	-	3 843	950 218

Instrumentos de dívida da carteira bancária		31.12.2024				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	75 031	-	-	-	75 031
Monitoring	[bbb+;b-]	544 420	-	-	-	544 420
Valor Bruto		619 451	-	-	-	619 451
Imparidade (Nota 31)		1 194	-	-	-	1 194
Cobertura de Justo valor		(691)	-	-	-	(691)
Valor líquido		617 566	-	-	-	617 566
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	32 318	-	-	-	32 318
Monitoring	[bbb+;b-]	317 585	10 126	-	-	327 711
Impaired	[d]	-	-	-	2 901	2 901
Exposição Bruta		349 903	10 126	-	2 901	362 930
Imparidade		646	47	-	-	693
Reavaliação		(4 285)	(432)	-	(66)	(4 783)
Cobertura de Justo valor		(10)	-	-	-	(10)
Valor líquido		344 962	9 647	-	2 835	357 444
Total bruto						
Total líquido	[d]	-	-	-	887	887
Not rated						-
Valor Bruto		-	-	-	887	887
Valor líquido		-	-	-	887	887
Total bruto		969 354	10 126	-	3 788	983 268
Imparidade (Nota 31)		1 840	47	-	-	1 887
Reavaliação		(4 285)	(432)	-	(66)	(4 783)
Cobertura de Justo valor		(701)	-	-	-	(701)
Total líquido		962 528	9 647	-	3 722	975 897

Depósitos e Disponibilidades

O quadro apresenta em seguida um sumário dos depósitos e disponibilidades do Grupo Haitong Bank, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

(milhares de euros)

Caixa e Equivalentes de Caixa		30.06.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	8 766	-	-	-	8 766
Monitoring	[bbb+;b-]	5 141	-	-	-	5 141
Impaired	[d]	-	-	3 454	-	3 454
Total bruto		13 907	-	3 454	-	17 361
Imparidade (Nota 31)		-	-	880	-	880
Total líquido		13 907	-	2 574	-	16 481

(milhares de euros)

Caixa e Equivalentes de Caixa		31.12.2024				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	32 487	-	-	-	32 487
Monitoring	[bbb+;b-]	3 866	-	-	-	3 866
Impaired	[d]	-	-	3 898	-	3 898
Not rated		284	-	-	-	284
Total bruto		36 637	-	3 898	-	40 535
Imparidade (Nota 31)		-	-	2 378	-	2 378
Total líquido		36 637	-	1 520	-	38 157

Aplicações em instituições de crédito

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de aplicações em instituições de crédito do Grupo Haitong Bank, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		30.06.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	475 115	-	-	-	475 115
Monitoring	[bbb+;b-]	180 927	-	-	-	180 927
Total bruto		656 042	-	-	-	656 042
Imparidade (Nota 31)		23	-	-	-	23
Total líquido		656 019	-	-	-	656 019

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2024				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	449 505	-	-	-	449 505
Monitoring	[bbb+;b-]	62 706	-	-	-	62 706
Total bruto		512 211	-	-	-	512 211
Imparidade (Nota 31)		9	-	-	-	9
Total líquido		512 202	-	-	-	512 202

Devedores e outros ativos

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de devedores e outros ativos do Haitong Bank, para 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

(milhares de euros)

Devedores e outras aplicações		30.06.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Impaired	[d]	-	-	-	9 891	9 891
Not rated		892	-	2 746	-	3 638
Total bruto		892	-	2 746	9 891	13 529
Imparidade (Nota 31)		9	-	1 965	4 063	6 037
Total líquido		883	-	781	5 828	7 492

(milhares de euros)

Devedores e outras aplicações		31.12.2024				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Impaired	[d]	-	-	-	11 802	11 802
Not rated		431	-	3 517	-	3 948
Total bruto		431	-	3 517	11 802	15 750
Imparidade (Nota 31)		4	-	1 904	4 140	6 048
Total líquido		427	-	1 613	7 662	9 702

Compromissos financeiros com terceiros

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de Compromissos financeiros com terceiros do Haitong Bank, para 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

(milhares de euros)

Compromissos com Terceiros		30.06.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	20 000	-	-	-	20 000
Total bruto		20 000	-	-	-	20 000
Imparidade (Nota 31)		11	-	-	-	11
Total líquido		19 989	-	-	-	19 989

(milhares de euros)

Compromissos com Terceiros	31.12.2024				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado					
Monitoring [bbb+;b-]	20 000	-	-	-	20 000
Total bruto	20 000	-	-	-	20 000
Imparidade (Nota 31)	11	-	-	-	11
Total líquido	19 989	-	-	-	19 989

Movimentação por stage

Durante o ano de 2025 e de 2024, ocorreram as seguintes movimentações:

(milhares de euros)

	Dos quais:			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo em 31 dezembro 2024	2 404 868	44 884	30 603	2 480 355
Aumentos/reduções de exposição	221 808	(1 960)	2 539	222 387
Transferências				
de stage 1	(16 658)	16 658	-	-
de stage 2	-	(10 351)	10 351	-
de stage 3	-	-	-	-
Write-off	-	-	-	-
Saídas	(105 165)	-	-	(105 165)
Saldo em 30 junho 2025	2 504 853	49 231	43 493	2 597 577

(milhares de euros)

	Dos quais:			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo em 31 dezembro 2023	2 536 238	32 266	46 538	2 615 042
Aumentos/reduções de exposição	36 996	(12 911)	3 302	27 387
Transferências				
de stage 1	(15 923)	15 923	-	-
de stage 2	-	-	-	-
de stage 3	-	9 606	(9 606)	-
Write-off	-	-	(9 631)	(9 631)
Saídas	(152 443)	-	-	(152 443)
Saldo em 31 dezembro 2024	2 404 868	44 884	30 603	2 480 355

Durante 2025, uma exposição de 16,7 milhões de euros foi transferida de Stage 1 para Stage 2, e uma exposição de 10,3 milhões de euros foi transferida de Stage 2 para Stage 3.

A utilização de proteção de crédito é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o preço.

As principais técnicas de redução de risco utilizadas pelo Grupo são as cauções financeiras (proteção real de crédito – garantia real financeira sob a forma de títulos e dinheiro) e garantias pessoais (proteção pessoal de crédito com efeito de substituição).

O Grupo Haitong Bank segue as indicações da CRR no que diz respeito a *haircuts* de garantias reais para cálculo de imparidade. Assim, em vez de utilizar o valor de garantias reais, o Grupo considera o valor das garantias reais após a aplicação do *haircut*.

A frequência e os métodos de avaliação da garantia real dependem da sua natureza. Para títulos de capital de empresas cotadas em bolsa e títulos de dívida, a avaliação é realizada diariamente utilizando os preços de mercado.

Tal como foi aprovado pela Comissão Executiva durante 2024, o valor das cauções de contas bancárias passou a ser atualizado semestralmente, depois das datas de referência 30/6 e 31/12 ou sempre que haja um aumento significativo que implique a atualização de valores, de acordo com a informação do banco depositário.

No que diz respeito à caução sobre títulos de capital de empresas não cotadas, às cauções sobre equipamentos e a hipotecas a avaliação é realizada pelo menos anualmente e é baseada em informações financeiras do emitente ou em relatórios de avaliação de entidades externas (por exemplo: imóveis).

À data de 30 de junho de 2025, o montante de instrumentos financeiros para os quais não se identificaram perdas de crédito esperadas decorrente da existência de garantia (i.e., sempre que a exposição, dado o incumprimento líquida de garantias detidas, for igual a zero), foi de 308 mil euros, contabilizado na carteira de garantias (31 de dezembro de 2024: 5 466 mil euros).

Em seguida apresenta-se por classe de *rating* o valor de balanço bruto e a exposição dado o incumprimento (EAD) para todos os ativos financeiros (incluindo garantias prestadas), de forma separada para cada *Stage* e para os instrumentos POCL.

(milhares de euros)

30.06.2025									
Classe de rating		Stage 1		Stage 2		Stage 3		POCL	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	613 945	593 808	16 658	16 658	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 894 757	1 622 806	32 861	32 861	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	17 314	11 787	23 360	23 360
Not rated		892	892	-	-	2 744	2 746	-	-
Total		2 509 594	2 217 506	49 519	49 519	20 058	14 533	23 360	23 360

(milhares de euros)

31.12.2024									
Classe de rating		Stage 1		Stage 2		Stage 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	695 616	668 236	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 713 524	1 538 005	35 709	35 647	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	-	-	9 606	4 803	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	7 621	7 151	19 531	19 531
Not rated		714	715	-	-	3 517	3 515	-	-
Total		2 409 854	2 206 956	45 315	40 450	11 138	10 666	19 531	19 531

Exposições Não Produtivas e Exposições Diferidas

De acordo com as definições definidas no Anexo V do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2018/1627, de 8 de outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) No. 680/2014, no que diz respeito à avaliação prudente para reportes regulatórios, o Grupo divulga as exposições não produtivas e diferidas (*"forborne exposures"*).

As definições de exposições não produtivas e exposições diferidas encontram-se na secção 2.4.1..

Neste sentido, a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	30.06.2025			31.12.2024		
	Exposição bruta e reavaliações (1)	Imparidade e Provisões	Cobertura	Exposição bruta e reavaliações (1)	Imparidade e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	2 554 085	7 039	0,3%	2 449 752	6 426	0,3%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	948 247	1 873	0,2%	974 062	1 887	0,2%
Crédito a clientes	755 730	4 947	0,7%	717 394	3 683	0,5%
Aplicações em instituições de crédito	656 042	23	0,0%	512 211	9	0,0%
Caixa & Equivalentes de Caixa	13 909	-	0,0%	36 637	-	0,0%
Garantias	78 924	46	0,1%	111 118	689	0,6%
Compromissos de crédito	80 341	131	0,2%	77 899	143	0,2%
Outros compromissos	20 000	11	0,1%	20 000	11	0,1%
Outras contas a receber	892	8	0,9%	431	4	0,9%
Exposições Não Produtivas (NPE)	43 493	11 036	25,4%	30 602	10 335	33,8%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	3 986	144	3,6%	3 722	-	0,0%
Crédito a clientes	12 489	2 606	20,9%	6 939	1 868	26,9%
Caixa & Equivalentes de Caixa	3 454	880	25,5%	3 898	2 378	61,0%
Garantias	10 564	1 373	13,0%	372	39	10,5%
Compromissos de crédito	363	5	1,4%	352	6	1,7%
Outros ativos	9 891	4 062	41,1%	11 804	4 141	35,1%
Outras contas a receber	2 746	1 966	71,6%	3 515	1 903	54,1%
Total	2 597 578	18 075	0,7%	2 480 354	16 761	0,7%
NPE ratio	1,7%			1,2%		
NPL ratio	1,6%			1,0%		

(1) Custo Amortizado, incluindo juro corrido e coberturas descontinuadas acrescidos dos montantes de ajustamentos de coberturas vivas e dos montantes de revalorização dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as exposições diferidas apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	30.06.2025			31.12.2024		
	Exposição bruta e reavaliações (1)	Imparidade e Provisões	Cobertura	Exposição bruta e reavaliações (1)	Imparidade e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	2 530 197	5 089	0,2%	2 424 418	5 311	0,2%
Exposições Diferidas Produtivas	23 885	1 952	8,2%	25 334	1 115	4,4%
Crédito a clientes	23 885	1 952	8,2%	25 334	1 115	4,4%
Exposições Diferidas Não Produtivas	11 126	1 953	17,6%	10 990	1 874	17,1%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	3 987	145	3,6%	3 722	-	0,0%
Crédito a clientes	6 776	1 803	26,6%	6 916	1 868	27,0%
Compromissos de crédito	363	5	1,4%	352	6	1,7%
Exposições Não Produtivas	32 369	9 084	28,1%	19 612	8 461	43,1%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Crédito a clientes	5 714	802	14,0%	23	-	0,0%
Caixa & Equivalentes de Caixa	3 454	880	25,5%	3 898	2 378	61,0%
Garantias	10 564	1 373	13,0%	372	39	10,5%
Outros ativos	9 891	4 063	41,1%	11 804	4 141	35,1%
Outras contas a receber	2 746	1 966	71,6%	3 515	1 903	54,1%
Total	2 597 577	18 078	0,7%	2 480 354	16 761	0,7%

(1) Custo Amortizado, incluindo juro corrido e coberturas descontinuadas acrescidos dos montantes de ajustamentos de coberturas vivas e dos montantes de revalorização dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral.

As tabelas seguintes apresentam as medidas de reestruturação aplicadas, detalhando o número de operações, exposição bruta e reavaliações, e imparidade pelas diferentes *stages* a 30 de junho de 2025 e a 31 de dezembro de 2024.

(milhares de euros)

30.06.2025												
Exposições Diferidas	Stage 2			Stage 3			POCI			Total		
	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões
Extensão de Prazo	1	3 753	278	-	-	-	-	-	-	1	3 753	278
Reagendamento de Pagamentos	1	16 486	1 592	-	-	-	-	-	-	1	16 484	1 594
Outras medidas	1	3 649	80	2	3 270	664	3	7 854	1 289	6	14 774	2 032
Total	3	23 888	1 950	2	3 270	663	3	7 854	1 289	8	35 011	3 904

(milhares de euros)

31.12.2024												
Exposições Diferidas	Stage 2			Stage 3			POCI			Total		
	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões
Extensão de Prazo	1	3 754	278	-	-	-	-	-	-	1	3 754	278
Reagendamento de Pagamentos	2	16 855	732	-	-	-	-	-	-	2	16 855	732
Outras medidas	1	4 725	105	2	4 148	686	3	6 842	1 188	6	15 714	1 979
Total	4	25 334	1 115	2	4 148	686	3	6 842	1 188	9	36 323	2 989

Durante os anos de 2025 e 2024, registaram-se as seguintes movimentações nas exposições diferidas, por montante bruto e reavaliações:

(milhares de euros)

	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial da carteira de exposições diferidas	36 323	23 194
Exposições diferidas no período	-	19 644
Desreconhecimento	-	-
Liquidação de exposições diferidas	(2 044)	(4 030)
Write-off	-	(2 484)
Outros	733	-
Saldo final da carteira de exposições diferidas	35 012	36 324

Concentração de riscos

Quanto ao risco de concentração – ou seja, o risco decorrente da possibilidade de exposição ou de grupo de exposições que partilham fatores de risco comuns ou inter-relacionados que produzem perdas suficientemente grandes para afetar a solvência do Grupo –, o Haitong Bank tem limites internos estabelecidos para as maiores exposições individuais. O acompanhamento regular desses limites, juntamente com o dos limites regulatórios, reforça o quadro de acompanhamento do grupo para a concentração de risco de crédito.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por setores de atividade, para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

Indústria	30.06.2025								
	Crédito a clientes				Ativos de negociação			Títulos (1)	
	Valor Bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido					
Agricultura e bens alimentares	3 648	-	80	-	-	914	1 784	-	-
Automóveis e peças de automóveis	37 821	-	183	-	-	1 243	-	54 869	148
Bancos	-	-	-	-	-	10 760	6 006	72 551	117
Corretagem	-	-	-	-	-	-	-	175	1
Materiais de construção	27 697	-	94	-	-	1 624	-	-	-
Bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	7 581	8
Indústria química	16 484	5 690	1 595	803	-	1 428	-	25 266	55
Comércio e Serviços	38 178	-	1 633	-	-	1 286	-	4 600	39
Construção e Obras Públicas	5 995	24	29	-	-	1 296	-	57 886	152
Bens de consumo e vestuário	19 848	-	146	-	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	31 373	-	115	-	-	-	-	36 144	25
Fundos e gestores de ativos	-	-	-	-	-	3 647	-	11 406	-
Administração pública	-	-	-	-	-	850 647	-	391 823	569
Saúde	-	-	-	-	-	1 233	-	20 630	92
Alojamento e turismo	-	-	-	-	-	436	-	8 029	1
Holdings de investimento	-	-	-	-	-	1 406	-	-	-
Media e entretenimento	-	-	-	-	-	1 653	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	34 008	-	49	-	-	261	-	24 597	120
Instituições financeiras não bancárias	63 053	-	344	-	-	6 347	397	24 550	30
Indústria de petróleo e gás	114 500	-	277	-	-	-	-	21 914	23
Papel e produtos florestais	-	-	-	-	-	-	14	2 610	3
Farmacêuticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia	110 397	-	388	-	-	1 208	103	26 927	280
Imobiliário	72 287	-	645	-	-	1 167	-	69 353	73
Arrendamento e Locação	11 948	-	112	-	-	-	-	820	1
Retalho	-	-	-	-	-	-	-	31 576	125
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	239	-	-	-
Telecomunicações	84 325	-	307	-	-	-	6 790	21 435	28
Transportes	-	-	-	-	-	1 999	-	23 142	50
Infraestruturas de transportes	82 390	-	713	-	-	1 418	13 071	16 895	40
Água e Saneamento	8 553	-	40	-	-	-	-	13 006	37
TOTAL	762 505	5 714	6 750	803	-	890 212	28 165	967 785	2 017

(1) Inclui: A) Ativos financeiros pelo custo amortizado; B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; C) Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

Indústria	31.12.2024								
	Crédito a clientes				Ativos de negociação			Títulos (1)	
	Valor Bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Agricultura e bens alimentares	4 724	-	105	-	-	-	274	-	-
Cooperativas agrícolas	33 841	-	95	-	-	2 237	41	55 403	101
Automóveis e peças de automóveis	-	-	-	-	-	13 845	4 409	64 356	55
Bancos	-	-	-	-	-	-	158	175	1
Corretagem	30 782	-	61	-	-	1 914	-	-	-
Materiais de construção	-	-	-	-	-	2 547	-	11 337	12
Bens de investimento	15 923	-	706	-	-	3 646	-	23 659	49
Indústria química	38 214	-	1 739	-	-	3 841	-	4 587	40
Comércio e Serviços	-	23	-	-	-	592	-	42 030	105
Construção e Obras Públicas	19 890	-	86	-	-	-	-	5 230	3
Embalagens	16 420	-	40	-	-	-	-	25 601	19
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	-	-	-	986	1	17 099	4
Fundos e gestores de ativos	123	-	-	-	-	726 628	-	395 645	485
Administração pública	-	-	-	-	-	156	-	21 455	93
Saúde	-	-	-	-	-	953	-	7 870	1
Seguros	-	-	-	-	-	603	-	-	-
Media e entretenimento	-	-	-	-	-	1 048	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	37 521	-	54	-	-	986	-	13 251	63
Instituições financeiras não bancárias	36 645	-	343	-	-	3 611	998	24 102	56
Indústria de petróleo e gás	113 382	-	305	-	-	-	205	9 794	10
Papel e produtos florestais	-	-	-	-	-	-	2 950	2 659	3
Energia	-	-	-	-	-	-	-	7 151	5
Imobiliário	139 275	-	479	-	-	1 157	217	43 282	208
Arrendamento e Locação	50 470	-	465	-	-	1 410	-	91 238	206
Retalho	12 061	-	113	-	-	-	-	5 486	22
Sistema de tratamento automático de dados	-	-	-	-	-	1 594	-	33 386	134
Telecomunicações	-	-	-	-	-	622	-	-	-
Transportes	87 496	560	221	1	-	2 086	5	25 940	41
Infraestruturas de transportes	250	-	-	-	-	195	-	29 746	61
Água e Saneamento	86 732	-	739	-	-	106	14 563	19 247	69
Outros	-	-	-	-	-	139	-	14 205	41
TOTAL	723 749	583	5 551	1	-	770 902	23 821	993 934	1 887

(1) Inclui: A) Ativos financeiros pelo custo amortizado; B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; C) Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por país de risco, para os exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, encontra-se apresentada conforme se segue:

(milhares de euros)

País de Risco	30.06.2025								
	Crédito a clientes				Ativos de negociação			Títulos (1)	
	Valor Bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido					
Austrália	27 371	-	40	-	-	-	-	-	-
Áustria	-	-	-	-	-	214	-	10 139	11
Belgica	20 231	-	50	-	-	-	-	-	-
Brasil	85 969	5 689	955	803	-	849 183	2 204	277 615	854
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	6 128	9
Colômbia	-	-	-	-	-	-	-	8 771	19
Croácia	-	-	-	-	-	1 006	-	-	-
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	8 904	3
República Checa	20 415	-	21	-	-	-	-	32 573	35
China	16 658	-	66	-	-	3 990	-	50 487	78
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 610	3
França	31 423	-	243	-	-	437	2 203	72 483	204
Alemanha	26 132	-	127	-	-	25	2 657	22 407	45
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	17 958	11
Hong-Kong	-	-	-	-	-	6 961	-	7 583	3
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	51 981	46
Islandia	-	-	-	-	-	199	-	-	-
Irlanda	33 001	-	312	-	-	-	-	-	-
Itália	19 975	-	14	-	-	1 144	-	73 812	45
Japão	-	-	-	-	-	1 507	-	-	-
Coreia do Sul	-	-	-	-	-	1 752	-	-	-
Luxemburgo	-	-	-	-	-	204	-	5 453	-
Macau	-	-	-	-	-	1 653	-	7 670	1
México	17 085	-	11	-	-	-	-	7 267	5
Países Baixos	43 617	-	98	-	-	2 028	-	6 220	7
Noruega	-	-	-	-	-	-	-	2 373	2
Polónia	67 702	25	1 769	-	-	1 465	-	49 650	122
Portugal	110 706	-	564	-	-	4 520	13 188	67 586	246
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	55 502	54
Singapura	-	-	-	-	-	914	-	-	-
Espanha	108 877	-	2 024	-	-	5 034	726	47 476	95
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	7 581	8
Suiça	-	-	-	-	-	564	-	-	-
Turquia	30 051	-	32	-	-	-	-	-	-
Reino Unido	86 519	-	400	-	-	2 609	7 187	20 007	23
Estados Unidos América	-	-	-	-	-	3 800	-	47 549	88
Estónia	-	-	-	-	-	1 003	-	-	-
Peru	16 773	-	24	-	-	-	-	-	-
Ilhas virgens-brit.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	762 505	5 714	6 750	803	-	890 212	28 165	967 785	2 017

(1) Inclui: A) Ativos financeiros pelo custo amortizado; B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; C) Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

(milhares de euros)

País de Risco	31.12.2024							
	Crédito a clientes				Ativos de negociação		Títulos (1)	
	Valor Bruto		Imparidade		Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Austrália	30 930	-	45	-	-	-	-	-
Áustria	-	-	-	-	-	-	10 068	11
Brasil	70 675	-	909	-	730 610	2 265	203 801	578
Bulgária	-	-	-	-	-	-	11 289	17
Colômbia	-	-	-	-	-	-	9 653	13
Chipre	-	-	-	-	-	-	9 023	3
República Checa	20 504	-	21	-	-	-	9 918	11
China	18 716	-	32	-	5 579	-	75 934	256
Finlândia	-	-	-	-	-	-	2 659	3
França	33 341	-	159	-	-	129	94 041	129
Alemanha	20 197	-	30	-	4 136	2 177	57 118	74
Grécia	-	-	-	-	-	-	20 395	20
Hong-Kong	-	-	-	-	5 719	-	8 584	3
Hungria	-	-	-	-	1 242	-	20 337	21
Irlanda	36 645	-	343	-	-	-	-	-
Itália	19 980	-	14	-	1 605	-	127 127	108
Japão	-	-	-	-	2 435	-	-	-
Coreia do Sul	-	-	-	-	983	-	-	-
Luxemburgo	-	-	-	-	649	-	5 115	-
Macau	-	-	-	-	473	-	10 118	1
México	9 642	-	6	-	-	-	7 893	6
Países Baixos	46 901	-	99	-	3 159	-	33 386	20
Polónia	102 411	23	1 012	-	715	205	47 568	118
Portugal	126 620	-	569	-	2 127	17 736	86 283	266
Roménia	-	-	-	-	-	-	32 311	31
Espanha	80 243	-	1 886	-	5 381	311	79 812	128
Suécia	-	-	-	-	102	-	12 911	12
Turquia	-	-	-	-	-	-	10 582	44
Reino Unido	87 749	560	397	1	1 563	998	5 066	11
Estados Unidos América	-	-	-	-	2 052	-	2 942	3
Estónia	-	-	-	-	1 021	-	-	-
Índia	-	-	-	-	195	-	-	-
Indonésia	-	-	-	-	1 156	-	-	-
Peru	19 195	-	29	-	-	-	-	-
TOTAL	723 749	583	5 551	1	770 902	23 821	993 934	1 887

(1) Inclui: A) Ativos financeiros pelo custo amortizado; B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; C) Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

Monitorização do Fundo de Pensões

A gestão do Fundo de Pensões é assegurada pelo GNB Fundo de Pensões, responsável por garantir a implementação e acompanhamento da estratégia de investimento dos fundos, respeitando os limites definidos na Política de Investimento dos mesmos. O Haitong Bank delega na Mercer Portugal a responsabilidade pela validação independente dos pressupostos atuariais assumidos, bem como pela definição da metodologia da avaliação atuarial.

Estas entidades têm também a responsabilidade de fornecer a informação necessária para o devido acompanhamento dos fundos de pensões relevante por parte dos diferentes órgãos do Banco, encarregues de monitorizar este risco, nomeadamente a Comissão Executiva, a Comissão de Acompanhamento Independente e a Comissão de Risco.

Risco do Fundo de Pensões

A carteira de ativos do Fundo essencialmente constituída por ações, obrigações e unidades de participação (fundos de investimento e ETF's), os riscos inerentes aos ativos do Fundo são os específicos dos vários tipos de investimento (risco de crédito, mercado, liquidez, etc.). No que respeita aos passivos do Fundo, sendo constituídos por responsabilidades de pagamento de pensões, apresentam vários riscos atuariais, que podem ter impacto negativo no valor das responsabilidades do Fundo: taxa de inflação, crescimento dos salários e pensões, evolução das tábuas de mortalidade e respetivo aumento da esperança média de vida e taxa de desconto.

O Risco do Fundo de Pensões está integrado no *Risk Appetite Framework* (RAF) do Banco, sendo monitorizado mensalmente em termos da evolução dos ativos, responsabilidades e da taxa de desconto. O Risco do Fundo de Pensões é quantificado para efeitos de capital interno no âmbito do exercício de ICAAP do Haitong Bank.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de incorrer em perdas, nas posições dentro e fora do balanço, resultantes de movimentos adversos nos preços de mercado, nomeadamente, nos preços de ações, taxas de juros, taxas de câmbio e spreads de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado tanto na carteira de negociação como na carteira bancária.

O principal mecanismo para gerir o risco de mercado na carteira de negociação é na aplicação da política de apetite de risco, de onde a definição de limites é uma componente chave. O Banco estabelece, para todo o grupo, limites de *value-at-risk* (VaR) para risco de mercado na carteira de negociação.

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial de posições a justo valor devido a movimentos de mercado e não devem ser excedidos num período de tempo definido e com um nível de confiança definida. O Haitong Bank estima o VaR a partir das variações históricas reais das variáveis de mercado ao longo de um período de um ano, um horizonte temporal de dez dias e reavalia todas as posições para cada cenário de mercado considerando um nível de confiança de 99%.

(milhares de euros)

	30.06.2025				31.12.2024			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	8 305	6 326	9 211	4 234	4 061	4 153	5 186	3 695
Risco taxa de juro	222	429	1 211	164	381	368	1 103	161
Ações	3	2	3	2	2	5	10	2
Spread de Crédito	591	381	735	116	250	217	372	81
Covariância	(671)	(747)	(1 812)	(442)	(526)	(664)	(1 502)	(337)
VaR Global	8 450	6 392	9 349	4 074	4 168	4 079	5 169	3 602

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como os respetivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	30.06.2025			31.12.2024		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários (1)	496 618	12 245	4.97%	649 295	30 398	4.67%
Crédito a clientes	768 301	26 829	7.04%	714 009	55 823	7.80%
Investimento em Títulos	1 805 451	81 289	9.08%	1 802 467	139 081	7.70%
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	24 016	520	4.36%	22,701	1 270	5.58%
Ativos financeiros	3 094 386	120 883	7.88%	3 188 472	226 572	7.09%
Recursos de instituições de crédito	1 127 698	52 883	9.46%	1 025 475	94 830	9.22%
Recursos de clientes	1 148 779	31 325	5.50%	1 206 897	54 492	4.50%
Responsabilidades representadas por títulos	257 199	12 125	9.51%	463 234	37 885	8.16%
Outros recursos (2)	94 930	437	0.93%	25 105	827	3.29%
Passivos financeiros	2 628 606	96 770	7.42%	2 720 711	188 034	6.89%
Resultado Financeiro	24 113			38 538		

Inclui: (1) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações em instituições de crédito; (2) Passivos financeiros detidos para negociação e Outros passivos (Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação + Passivos de locação)

Considerando que, a posição cambial aberta é a maior fonte de risco de mercado, o Haitong Bank gere cada exposição por moeda. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a exposição dos ativos e passivos, por moeda, era a seguinte:

(milhares de euros)

	30.06.2025			31.12.2024		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
AOA	3	-	3	2	-	2
AUD	-	-	-	13	-	13
BRL	85 026	6 327	91 353	80 861	7 781	88 642
CAD	-	-	-	35	-	35
CHF	144	-	144	(55)	-	(55)
CNY	4 992	-	4 992	5 724	-	5 724
DKK	(5)	-	(5)	(5)	-	(5)
GBP	15 826	(14 816)	1 010	13 859	(13 130)	729
HKD	(1 977)	-	(1 977)	(2 525)	-	(2 525)
JPY	-	-	-	36	-	36
MOP	8 276	-	8 276	9 431	-	9 431
MXN	-	-	-	10	-	10
NOK	-	-	-	3	-	3
PLN	(1 542)	42 430	40 888	(16 305)	57 310	41 005
SEK	-	-	-	35	-	35
TRY	-	-	-	-	-	-
USD	123 481	(117 592)	5 889	87 107	(77 476)	9 631
Total	234 224	(83 651)	150 573	178 226	(25 515)	152 711

Nota: ativo / (passivo)

A principal fonte de risco cambial do Haitong Bank provém da subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

O risco de mercado da carteira bancária resulta principalmente das atividades fora das unidades de negociação e de certos itens fora do balanço patrimonial, incorporando considerações de diferentes tratamentos contábeis das transações. Os riscos mais significativos na carteira bancária são a variação do risco de taxa de juro (IRRBB) e do risco de *spread* de crédito (CSRBB).

No que respeita ao IRRBB, o Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de risco de taxa de juro e avaliar o efeito das alterações do mercado no âmbito das suas atividades, e gerir o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num determinado horizonte de tempo.

Para medir o valor económico, o Banco utiliza um modelo de *run-off* do balanço, onde os ativos e passivos existentes não são substituídos à medida que maturam, e por outro lado, para medir a margem financeira, o Banco segue um modelo de balanço estável, onde os contratos que maturam são substituídos como contratos semelhantes, mas com taxas iguais às taxas *forward* na maturidade.

Em junho de 2025 e dezembro de 2024, o perfil de reprecificação do Banco para posições sensíveis ao risco de taxa de juro era o seguinte:

(milhares de euros)

Tenor	30.06.2025			31.12.2024		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Até 3 meses	1 276 008	(878 006)	398 003	1 270 761	(942 459)	328 303
3 a 6 meses	386 935	(324 347)	62 588	353 398	(391 069)	(37 670)
6 a 12 meses	166 702	(307 193)	(140 491)	161 910	(148 760)	13 150
1 a 5 anos	463 071	(514 787)	(51 716)	555 206	(449 539)	105 667
Mais de 5 anos	196 334	(90 364)	105 969	150 712	(46 872)	103 841
Total	2 489 050	(2 114 697)	374 353	2 491 988	(1 978 698)	513 290

O Banco calcula os impactos de diferentes choques nas curvas de juros, medidos pelo valor económico do capital próprio e pela margem financeira. A estes são adicionados os acréscimos regulatórios para opções automáticas e risco de base, definidos no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2024/857, gerando os impactos finais no valor económico do capital próprio e pela margem financeira. Os resultados foram:

(milhares de euros)

Cenários	30.06.2025		31.12.2024	
	Delta EVE	Delta NII	Delta EVE	Delta NII
Pior impacto final	(16 232)	(4 253)	(23 028)	(3 638)
Add ons regulatórios	(409)	(67)	(592)	(53)
Pior impacto (sem add ons regulatórios)	(15 823)	(4 186)	(22 436)	(3 585)
Subida paralela da curva de rendimentos	(15 823)	4 186	(22 436)	3,585
Descida paralela da curva de rendimentos	9 327	(4 186)	10 053	-3,585
Aumento do declive da curva de rendimentos	(7 034)	n.a.	(3 164)	n.a.
Diminuição do declive da curva de rendimentos	1 237	n.a.	(1 285)	n.a.
Aumento das taxas de curto prazo	(2 796)	n.a.	(8 362)	n.a.
Diminuição das taxas de curto prazo	228	n.a.	2 148	n.a.
% Fundos Próprios de Nível 1	3.06%	0.80%	4.28%	0.68%
% Fundos Próprios	3.05%	0.80%	4.27%	0.67%

Informação Não Auditada

Fonte: Haitong Bank S.A.

No que respeita ao CSRBB, o Haitong Bank visa capturar alterações na perceção do mercado sobre a qualidade de crédito de instrumentos individuais com risco de crédito, quer devido a alterações nos níveis de incumprimento esperados, quer devido a alterações na liquidez do mercado. Alterações nas perceções subjacentes da qualidade de crédito podem amplificar os riscos já decorrentes do risco da curva de rendimentos, sendo este risco também definido como qualquer tipo de risco de spread de ativos e/ou passivos de instrumentos com risco de crédito que não é explicado pelo IRRBB, nem pelo crédito esperado /risco de salto para o padrão.

Para mensurar mensalmente o CSRBB, o Haitong Bank considera uma abordagem de simulação de VaR histórico com período de detenção de um ano, período de observação de cinco anos e nível de confiança de 99%.

(milhares de euros)

	30.06.2025		31.12.2024	
	Requisito CSR	Posições HTCS	Requisito CSR	Posições HTCS
Haitong Bank S.A.	15 386	306 622	12 609	299 464
dos quais: Soberanos	196	14 529	200	16 844
dos quais: Empresas	15 190	292 094	12 409	282 620
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	27	89 435	262	57 980
dos quais: Soberanos	-	53 161	220	51 334
dos quais: Empresas	112	36 274	42	6 646
Covariância	(1 608)	n.a.	(2 013)	n.a.
Global	13 805	396 057	10 858	357 444
Requisito de Capital Global (Média Anual)	14 282	396 057	14 236	357 444
Duração média (em anos)	-	2.88	-	2.51

Informação Não Auditada

O requisito de capital final para CSRBB corresponde ao valor maior entre o requisito do mês de referência e a média dos requisitos do último ano. Nesse sentido, o requisito final de capital para CSRBB é de 14 milhões de euros em junho de 2025, o que representa estabilidade face aos valores de dezembro de 2024.

Reformas das taxas de juro de referência

A Regulamentação (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho (conhecida como EU Benchmark Regulation ou BMR) veio estabelecer um quadro comum para assegurar que as taxas de juro de referência cumprem determinados requisitos que garantam a sua fiabilidade e eficiência, além de proteger o consumidor e o investidor, o que implicou um conjunto de reformas, atualmente em curso, das taxas de juros de referência com diferentes implicações para as atividades das instituições financeiras.

O banco possui disposições de contingência em seus contratos, de acordo com a prática de mercado, para responder a uma descontinuidade nas taxas.

Não existem na filial de Varsóvia, à data de 30 de junho de 2025, contratos de financiamento nem derivados cujas taxas contratuais estejam associadas a taxas Libor descontinuadas.

Em 30 de junho de 2025, na filial de Varsóvia, existem contratos de financiamento e derivados relacionados ao índice WIBOR, que está planeado ser descontinuado. A reforma dos índices de referência na Polónia visa substituir o índice WIBOR pelo novo índice. A partir de dezembro de 2022, os bancos passaram a poder utilizar o novo índice - o índice WIRON.

No entanto, devido ao facto de que foi observada uma maior volatilidade do índice WIRON em relação a outros índices analisados, o que pode resultar em uma menor probabilidade de criação de um mercado de derivados líquido, o Comité de Direção do Grupo de Trabalho Nacional sobre a Reforma dos Índices de Referência (Ministério das Finanças, NBP, UKNF, BFG, GPW Benchmark, BondSpot e a comunidade bancária) declarou a necessidade de uma discussão mais aprofundada para trabalhar no novo índice e, finalmente, no futuro, esse índice poder ser utilizado como um índice alternativo que substituiria o índice de referência WIBOR.

A Autoridade de Supervisão Financeira da Polónia (KNF) anunciou no final de janeiro de 2025 que o Comité de Direção do Grupo de Trabalho Nacional (KS NGR), responsável pela reforma das taxas de referência, decidiu escolher o nome-alvo POLSTR (Polish Short Term Rate) para o índice proposto que substituirá o WIBOR. A data planeada para a conversão do setor financeiro para o novo índice – as taxas de referência – está prevista para o final de 2027.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que resulta da incapacidade de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, ou fazê-lo incorrendo em custos excessivos.

No âmbito da declaração de visão de risco aprovada pelo Conselho de Administração, o Haitong Bank pretende manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio e longo prazo, tanto ao nível do Grupo como das suas subsidiárias.

Para atingir esse objetivo, o Banco procura manter uma base diversificada de investidores, garantindo acesso a fontes e instrumentos alternativos de financiamento, e mantendo uma estrutura de financiamento adequada à sua atividade.

A gestão de liquidez e financiamento do Haitong Bank está sob a responsabilidade direta da Comissão Executiva, assessorada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO). As equipas locais de tesouraria asseguram a gestão de liquidez em cada um dos centros de tesouraria do Banco (Lisboa, S. Paulo e Varsóvia), sob a coordenação global do membro da Comissão Executiva responsável pela Tesouraria.

O Banco gere a sua liquidez estabelecendo uma política de risco de liquidez, monitorizando um conjunto de indicadores de risco de liquidez, incluindo rácios prudenciais de liquidez, realizando testes de stress e definindo planos de contingência, bem como estabelecendo limites consistentes com o apetite ao risco de liquidez do Banco e com os requisitos regulamentares.

A 30 de junho de 2025, o Banco detinha 770 milhões de euros de ativos líquidos de alta qualidade (731 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024), dos quais 465 milhões de euros correspondiam a depósitos disponíveis junto de Bancos Centrais (466 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024). O valor remanescente de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) é composto principalmente por dívida soberana de países da União Europeia e por obrigações do tesouro brasileiro denominadas em reais brasileiros e detidas pela subsidiária do Haitong Bank no Brasil.

Em 30 de junho de 2025, o Haitong Bank detinha um excedente de 314 milhões de euros sobre as suas saídas líquidas de caixa a 30 dias em cenário de stress, o que corresponde a um LCR de 221% (211% em dezembro de 2024), confortavelmente acima dos limites internos e regulamentares.

(milhões de euros)

Rácio de Cobertura de Liquidez	30.06.2025	31.12.2024
Ativos Líquidos de Elevada Qualidade	770	731
Excedente sobre saídas líquidas de caixa em stress	314	385
Rácio de Cobertura de Liquidez	221%	211%

No primeiro semestre de 2025, as principais fontes de financiamento do Haitong Bank foram empréstimos de longo prazo de bancos, obrigações emitidas pelo Haitong Bank e pela sua subsidiária brasileira, operações com acordo de recompra (*repos*) e depósitos de clientes (particulares, empresas e clientes institucionais).

Em situações de stress de mercado em que o valor dos derivativos sofre impactos significativos, podem ser exigidos montantes adicionais de colateral ao Haitong Bank devido à existência de acordos de compensação (ex. ISDA) e acordos de troca de margem (ex. *Credit Support Annex*) principalmente com instituições financeiras. As posições de derivativos e colaterais colocados e recebidos encontram-se detalhadas nas Notas 20 e 27, respetivamente.

A 30 de junho de 2025, os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	30.06.2025						Total
	à vista	Até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	De um a cinco anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	16 485	-	-	-	-	-	16 485
Ativos financeiros detidos para negociação (Títulos)	45 511	3 166	122 920	424 309	1 366 211	-	1 962 117
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	-	885	15 550	-	16 435
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	893	18 838	74 578	247 572	112 492	-	454 373
Ativos financeiros pelo custo amortizado	5 796	7 607	82 347	445 645	106 601	-	647 996
Aplicações em instituições de crédito	475 710	148 478	36 561	-	-	-	660 749
Crédito a clientes	3	16 830	100 310	690 805	102 550	-	910 498
Instrumentos derivados	-	219 153	162 945	16 959	161 325	18 811	579 193
Total	544 398	414 072	579 661	1 826 175	1 864 729	18 811	5 247 846
Passivo							
Recursos de instituições de crédito	785 267	5 420	295 833	134 440	8 849	-	1 229 809
Recursos de clientes	19 818	289 066	455 377	548 963	-	-	1 313 224
Responsabilidades representadas por títulos	-	32 048	23 587	254 691	-	-	310 326
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	96 281	-	-	-	-	96 281
Instrumentos derivados	-	221 094	159 836	16 983	161 325	6 266	565 504
Total	805 085	643 909	934 633	955 077	170 174	6 266	3 515 144

A 31 de dezembro de 2024, os fluxos de caixa contratuais não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2024						Total
	à vista	Até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	De um a cinco anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	38 159	-	-	-	-	-	38 159
Ativos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	10 767	13 284	675 201	846 874	-	1 546 126
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	17 037	17 037
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	7 804	48 812	268 439	126 462	-	451 517
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	64 959	90 982	460 613	95 003	-	711 557
Aplicações em instituições de crédito	83	497 667	20 708	-	-	-	518 458
Crédito a clientes	5	49 055	92 006	635 605	99 110	-	875 781
Instrumentos derivados	-	212 386	229 412	44 570	7 492	20 245	514 105
Total	38 247	842 638	495 204	2 084 428	1 174 941	37 282	4 672 740
Passivo							
Recursos de instituições de crédito	-	617 465	19 558	328 461	10 779	-	976 263
Recursos de clientes	37 980	508 033	412 946	412 449	-	-	1 371 408
Responsabilidades representadas por títulos	-	72 818	75 976	199 952	-	-	348 746
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	817	-	-	-	-	-	817
Instrumentos derivados	-	211 571	228 439	44 358	7 492	777	492 637
Total	38 797	1 409 887	736 919	985 220	18 271	777	3 189 871

Os *cash flows* não descontados de derivados são calculados como *cash flows* brutos de cada lado da operação, sem considerar posições líquidas.

O perfil de maturidade das garantias emitidas pelo Haitong Bank e dos compromissos não utilizados encontra-se detalhado na tabela abaixo:

(milhares de euros)

	30.06.2025					Total
	à vista	Até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	De um a cinco anos	Mais de 5 anos	
Garantias financeiras	-	23 291	15 805	41 254	9 138	89 488
Compromissos não utilizados	-	10 435	37 546	50 623	2 100	100 704
Total dos compromissos e garantias	-	33 726	53 351	91 877	11 238	190 192

Os *cash flows* não descontados de derivados são calculados como *cash flows* brutos de cada lado da operação, sem considerar posições líquidas.

Risco operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da implementação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. Os riscos jurídicos estão incluídos nesta definição. Desta forma, considera-se o risco operacional como o cômputo dos riscos operacionais e de sistemas de informação (IT).

O Banco possui um sistema de gestão de risco operacional que assegura a uniformização e sistematização das atividades regulares de identificação, monitorização, controlo e mitigação do risco operacional. O departamento de Gestão de Risco tem uma equipa exclusivamente dedicada à gestão deste sistema.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objetivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD (Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (*RWAs – Risk Weighted Assets*) e pelo grau de alavancagem.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital, fixada em 2,5% a partir de 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). O Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma reserva contracíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5%, que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica, devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia nas jurisdições sob a sua supervisão. No dia 30 de junho de 2024, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor total da posição total em risco para contrapartes domésticas. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral, mas o Banco de Portugal determinou já a aplicação de uma reserva contracíclica de 0,75% a partir de 1 de janeiro de 2026, aplicável a exposições a contrapartes localizadas em Portugal.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto no âmbito do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal. A 1 de fevereiro de 2022, o Banco de Portugal, enquanto autoridade responsável pela supervisão em base consolidada do Haitong Bank, SA, comunicou a decisão relativa ao processo anual de revisão e avaliação de supervisão (SREP 2021), segundo o qual atribui ao Haitong Bank um requisito específico de fundos próprios de 4%, a cumprir sempre a partir de 1 de julho de 2022, determinado ao abrigo das disposições conjuntas do artigo 116.ºC (1), (2)(a), (3)(b) e (4) do RGICSF.

Em 24 de Novembro de 2024 o Banco de Portugal informou o o Haitong Bank da sua decisão de reduzir o requisito de fundos próprios específico do Banco para 3,5% a partir de 1 de abril de 2025.

Atualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método “Standard” tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

O quadro seguinte apresenta o resumo da adequação de capital do Grupo Haitong Bank S.A. a 30 de junho de 2025 e a 31 de dezembro 2024:

	30.06.2025	31.12.2024
CET1 ratio	19,10%	19,30%
Tier 1 ratio	23,90%	24,10%
Total Capital ratio	23,90%	24,20%

Unaudited Information

Source: Haitong Bank S.A.

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 30 de junho de 2025 e a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração do Banco, não se verificou nenhum acontecimento subsequente que exigisse ajustamentos ou modificações às mesmas.

Declaração sobre a Auditoria às Contas

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que a informação financeira relativa ao primeiro semestre de 2025 do Haitong Bank, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação não foi sujeita a auditoria.

Lisboa, 10 de setembro de 2025

Pan Guangtao
(Presidente do Conselho de Administração)

Wu Min
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

Lu Xiaoli
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Chen Xuemei
(Vogal)

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
(Vogal)

Zhang Xinjun
(Vogal)

The background of the page is a deep blue color with a series of flowing, wavy lines in a lighter shade of blue, creating a sense of movement and depth. These waves are more pronounced on the left side and fade towards the right.

ANEXOS

Ações e Obrigações detidas por Membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização

Anexo referido no parágrafo 5 do Artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais

Conselho de Administração Conselho Fiscal	Títulos	Títulos detidos a 31/dez/2024	Transações em 1H2025			Títulos detidos a 30/jun/2025
			Data	Aquisições	Alienações	
Pan Guangtao	-	-	-	-	-	-
Wu Min	-	-	-	-	-	-
Alan Fernandes	-	-	-	-	-	-
Nuno Carvalho	-	-	-	-	-	-
Vasco Câmara Martins	-	-	-	-	-	-
Miguel Guiomar	-	-	-	-	-	-
Lu Xiaoli (Nick Lu)	-	-	-	-	-	-
Zhang Xinjun (Jeff Zhang)	-	-	-	-	-	-
António Domingues	-	-	-	-	-	-
Maria do Rosário Ventura	-	-	-	-	-	-
Martina García	-	-	-	-	-	-
Chen Xuemei (Michelle Chen)	-	-	-	-	-	-

Declaração de Conformidade

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º - J do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Haitong Bank, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, conforme o disposto no número 3 do artigo 29.º - J do Código dos Valores Mobiliários;
- b) As demonstrações financeiras referidas na alínea a) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;
- c) O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2025, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 10 de setembro de 2025

Pan Guangtao
(Presidente do Conselho de Administração)

Wu Min
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

Lu Xiaoli
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Chen Xuemei
(Vogal)

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
(Vogal)

Zhang Xinjun
(Vogal)

